

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO**

**Porto Alegre e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945):
impactos no cotidiano da capital gaúcha**

Lucas Silva da Silva

Porto Alegre

2009

Lucas Silva da Silva

**Porto Alegre e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945):
impactos no cotidiano da capital gaúcha**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Cláudia Musa Fay

Porto Alegre

2009

**Dados Internacionais de
Catalogação na Publicação (CIP)**

S586P Silva, Lucas Silva da
Porto Alegre e a segunda Guerra Mundial (1939-1945):
impactos no cotidiano da capital gaúcha / Lucas Silva da
Silva. – Porto Alegre, 2009.
132 f.
Diss. (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas, Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Cláudia Musa Fay.

1. Porto Alegre - História. 2. Cotidiano. 3. Guerra
Mundial II, 1939-1945. I. Fay, Cláudia Musa. II. Título.

CDD 981.651

Bibliotecária Responsável
Ginamara Lima Jacques Pinto
CRB 10/1204

Lucas Silva da Silva

**Porto Alegre e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945):
impactos no cotidiano da capital gaúcha**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em 31 de agosto de 2009

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Cláudia Musa Fay (História – PUCRS)

Prof. Dr. René Ernaini Gertz (História – PUCRS/UFRGS)

Prof^ª. Dr^ª. Maria Heloisa Lenz (Economia – UFRGS)

Dedico esta Dissertação a minha mãe Vera Lúcia e a meu pai Anoir, que continua vivo em minha memória.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à Prof^ª. Dr^ª. Cláudia Musa Fay, que desde o início acreditou em minha pesquisa, e ao Prof. Me. Harry Rodrigues Bellomo, que sempre me incentivou a trilhar os caminhos da pesquisa acadêmica.

Gostaria também de agradecer a minha família pelo apoio incondicional, especialmente a minha mãe Vera Lúcia, a meu pai Anoir, a meu irmão Pedro, a minha avó Wilma, a meu avô Heitor e a meu tio José Alexandre.

Aos colegas do Curso de Graduação em História da PUCRS e do Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS pelo companheirismo e incentivo, especialmente a Bruno Biazetto, Carla Xavier, Charles Carvalho, Fernando Carapeços, Geneci Guimarães, Julia Matos, Kelvin D'Angelis, Luciano Vescovini, Marcelo Lima, Rafael Lima, Ricardo Ribeiro e Rodrigo Russommano.

Aos professores do Curso de Graduação em História da PUCRS e do Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS pelos valiosos ensinamentos, especialmente a Arnaldo Doberstein, Helder Silveira, Luciano Abreu, Margaret Bakos, Núncia Constantino, René Gertz e Sandra Brancato.

Aos funcionários do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Arquivo Municipal de Porto Alegre Moisés Velinho, Biblioteca Central da PUCRS e Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, pela atenção e prestação de serviços.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, especialmente a Carla Pereira, pela compreensão e paciência.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo auxílio financeiro.

Aos amigos de longa data Ana, Bruno, Diego, Eurídes, Gabriel, Ítalo, Iuri, Jonas, Jova, Lucas Ferreira, Lucas Santos, Neni, Miltinho, Petry, Roger, Vinícius, entre tantos outros, que deixam a minha vida bem mais divertida.

“Feliz a cidade que nos tempos de paz teme a guerra”.

(Cecílio Balbo)

Resumo

Esta Dissertação tem como objetivo analisar os impactos causados pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945) em Porto Alegre, na vida cotidiana da capital gaúcha, tendo em vista que este foi um conflito que extrapolou os limites europeus, atingindo – direta ou indiretamente – todos os países do mundo. Para tanto, entre as fontes pesquisadas, um grande destaque é dado à imprensa da época, fator que possibilitou uma maior aproximação do cotidiano de Porto Alegre durante a guerra. Busca-se, sobretudo, mostrar que a Segunda Guerra Mundial, do início ao fim, se fez presente na vida cotidiana da capital gaúcha. Nesse sentido é que foram organizados os quatro capítulos que compõem esta Dissertação, que abordam o dia-a-dia de Porto Alegre durante a guerra, os atos de hostilidade e intimidação contra imigrantes estrangeiros e descendentes – especialmente alemães e italianos –, as dificuldades de exportação e importação, a crise dos combustíveis, o aumento do custo de vida, as ações tomadas pelas autoridades públicas para controlar a tendência inflacionista, a escassez de uma série de produtos dos estabelecimentos comerciais, o surgimento de um “mercado negro” e o receio de que a capital gaúcha pudesse ser atacada ou até mesmo invadida pelos países do Eixo, depois que navios brasileiros começaram a ser afundados no Oceano Atlântico por submarinos alemães e italianos.

Palavras-chave: Porto Alegre. Segunda Guerra Mundial. Cotidiano. Mobilização.

Abstract

This thesis aims to analyze the impacts caused by World War II (1939-1945) in Porto Alegre, in the daily life of the city, considering that this was a conflict that went beyond the limits of Europe and reached - directly or indirectly - all the world. Therefore, among the sources studied, considerable importance is given to the press of the period, which allowed a closer approach to the everyday life of Porto Alegre during the war. The aim is to mainly show that the Second World War, from beginning to end, was in town. In this sense it was arranged that the four chapters of this thesis, dealing with daily life in Porto Alegre during the war, the actions of intimidation and hostility against immigrants and descendants of foreigners - especially Germans and Italians - the difficulties of export and import, fuel crisis, the rising cost of living, the actions taken by public authorities to control the rising cost of living, shortage of products from business, the emergence of a "black market" and the fear that the city could be attacked or even invaded by the Axis countries, after the Brazilian ships began to be sunk in the Atlantic Ocean by German and Italian submarines.

Keywords: Porto Alegre. World War II. Daily. Mobilization.

Sumário

Introdução	01
Capítulo 1 – A guerra e a vida cotidiana em Porto Alegre	15
1.1– A guerra do início ao fim: impactos em Porto Alegre.....	15
1.2 – A Porto Alegre das décadas de 1930 e 1940.....	23
1.3 – A guerra e os imigrantes e descendentes dos países do Eixo.....	27
Capítulo 2 – A guerra e as dificuldades de importação e exportação: impactos em Porto Alegre	46
2.1 – A guerra nos mares e suas conseqüências.....	46
2.2 – A falta de combustíveis e seus impactos em Porto Alegre.....	59
2.3 – Álcool-motor e gasogênio: alternativas para a crise dos combustíveis.....	67
Capítulo 3 – A guerra no bolso dos porto-alegrenses	77
3.1 – A guerra e o aumento do custo de vida no Brasil.....	77
3.2 – A guerra e o aumento do custo de vida em Porto Alegre.....	79
3.3 – A escassez e o “mercado negro”.....	92
3.4 – Assistência Social para minorar a crise.....	95
Capítulo 4 – Preparação para a guerra: o temor de um ataque ou invasão dos países do Eixo a Porto Alegre	102
4.1 – O governo federal diante das ameaças do Eixo.....	102
4.2 – Porto Alegre e a organização da defesa da população civil.....	106
4.3 – Duas campanhas: mobilização dos veículos de comunicação em prol da defesa da população civil.....	115
4.4 – O perigo se foi: a desmobilização em Porto Alegre.....	121
Conclusão	126
Referências Bibliográficas	128
Fontes de Pesquisa	133

Introdução

Com muita propriedade, o historiador inglês Eric Hobsbawm, em seu famoso livro *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*, destacou que tanto a Primeira como a Segunda Guerra Mundial foram os eventos centrais do século XX. Para ele:

O grande edifício da civilização do século XX desmoronou nas chamas da guerra mundial, quando suas colunas ruíram. Não há como compreender o breve século XX sem ela. Ele foi marcado pela guerra. Viveu e pensou em termos de guerra mundial, mesmo quando os canhões se calavam e as bombas não explodiam.¹

Ao tratar da Segunda Guerra Mundial, Eric Hobsbawm afirmou que muito mais que europeia, ela foi um conflito “global”: “É quase desnecessário mostrar que a Segunda Guerra Mundial foi global. Praticamente todos os Estados independentes do mundo se envolveram, quisessem ou não, embora as repúblicas da América Latina só participassem de forma mais nominal”.²

O também historiador inglês John Keegan é outro que na mesma linha de Eric Hobsbawm, dimensiona a importância da Segunda Guerra Mundial no cenário internacional:

A Segunda Guerra Mundial foi verdadeiramente uma guerra mundial, envolvendo todos os países e impérios existentes; apenas aqueles absolutamente distantes para participar ou severamente marcados por recentes guerras internas permaneceram longe. Qualquer história da Segunda Guerra Mundial é, portanto, uma história do mundo entre 1939 e 1945.³

Assim, diante de um conflito que extrapolou os limites europeus e espalhou-se por todo o mundo, esta Dissertação tem como objetivo analisar os impactos causados pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945) em Porto Alegre, na vida cotidiana da capital gaúcha, sejam eles políticos, econômicos ou culturais.

¹ HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 30.

² *Ibidem*. p. 31.

³ KEEGAN, John. *The Battle for History*. New York: Vintage Books, 1996. p. 31. Citado por: CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Geração, 2000. p. 13-14.

Bastante conhecida e documentada é a condução da política externa do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. Inúmeros autores – tanto nacionais como estrangeiros – já exploraram as relações do governo brasileiro com as principais potências mundiais envolvidas no conflito.⁴

Também bastante conhecida e documentada é a participação militar do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Inclusive, ela encontra-se eternizada em um dos principais monumentos da capital gaúcha: o Arco do Expedicionário.⁵ Este monumento é, acima de tudo, o que o historiador Pierre Nora chama de um “lugar de memória”,⁶ que, além de prestar homenagem, cristaliza na memória coletiva as ações da Força Expedicionária Brasileira (FEB), que lutou na Itália durante a Segunda Guerra Mundial.

No entanto, se a condução da política externa e a participação militar do Brasil durante a guerra são bastante conhecidas e documentadas, o mesmo não pode ser dito sobre os impactos da guerra no Brasil. O mais completo estudo realizado até então sobre esse assunto pertence ao historiador Roney Cytrynowicz, que, no ano de 2000, publicou o livro *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. Através de uma linguagem atraente e narrativa, Roney Cytrynowicz mostra de que forma a guerra e seus desdobramentos atingiram a vida cotidiana da capital paulista.⁷ Recentemente, o historiador René Gertz deu início a estudos semelhantes no Rio Grande do Sul, ministrando, em 2008, a disciplina “A Segunda Guerra Mundial e o Rio Grande do Sul”, no Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, e publicando, no mesmo ano, o texto *O Rio Grande do Sul e a*

⁴ Para informações sobre a condução da política externa brasileira antes, durante e depois da Segunda Guerra Mundial, ver: MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.; Idem. *Sucessos e Ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: FGV, 1991.; SEITENFUS, Ricardo. *A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.; HILTON, Stanley. *O Brasil e as grandes potências: os aspectos políticos da rivalidade comercial (1930-1939)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.; e Idem. *O Brasil e a crise internacional (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

⁵ O Arco do Expedicionário, localizado no Parque Farroupilha, em frente ao Colégio Militar de Porto Alegre, foi inaugurado em 16 de junho de 1957. A idéia da construção deste monumento foi lançada pelo jornal *Correio do Povo* em 1946, com o propósito de homenagear a Força Expedicionária Brasileira (FEB), que recém havia voltado da Itália. Para tanto, foi aberto um concurso público para projetos de construção de um “Arco do Triunfo”. O projeto vencedor foi o do escultor Antônio Caringi, intitulado “Altar da Pátria”. Na época da inauguração, o Arco do Expedicionário chegou a ser motivo de piada entre os porto-alegrenses, por tratar-se do primeiro “Arco do Triunfo” do mundo com duas passagens. Isso porque, “Arcos do Triunfo” ou têm apenas uma passagem ou então três. Sobre este assunto, ver CARNEIRO, Luiz Carlos. *Porto Alegre: da aldeia à metrópole*. Porto Alegre: Marsiaj Oliveira, 1992.

⁶ NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. In: *Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP*. São Paulo: EDUC, nº 10, 1993. p. 07-28.

⁷ CYTRYNOWICZ, Roney. Op. Cit.

Segunda Guerra Mundial, parte integrante do livro *As guerras dos gaúchos*, organizado pelo também historiador Gunter Axt.⁸

Sem dúvida, esses trabalhos serviram de inspiração para a execução desta Dissertação, que se destaca por abordar um tema até então inédito: os impactos da Segunda Guerra Mundial em Porto Alegre, na vida cotidiana da capital gaúcha, sejam eles políticos, econômicos ou culturais.

Nesse sentido, esta Dissertação se insere dentro da chamada história cultural. Mais precisamente em uma de suas ramificações: a história do cotidiano.

Nas últimas décadas, multiplicaram-se os estudos sobre história cultural, uma área do conhecimento que por quase um século foi deixada de lado pelos historiadores. Entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, houve um predomínio dos temas político-militares nas produções históricas. Para os historiadores desta corrente, que ficou conhecida como “Metódica”, a história, para ser científica, deveria basear-se na aplicação de técnicas e metodologias rigorosas de análise de documentos oficiais. Somente os documentos oficiais interessavam. Todas as demais fontes eram ignoradas. Tudo em busca de uma suposta “objetividade absoluta” no domínio da história. Como consequência, as produções históricas do período caracterizavam-se pela factualidade, pela ordenação cronológica dos acontecimentos e pelo destaque aos grandes acontecimentos e às grandes personalidades.⁹

Esse quadro só começou a mudar a partir de 1929, depois que os historiadores franceses Marc Bloch e Lucien Febvre fundaram a revista *Annales d'histoire économique et sociale* [Anais de história econômica e social]. Por meio desta revista, teve início um movimento de combate aos principais pilares da corrente “Metódica”: a política, a cronologia e o indivíduo. Defendia-se, sobretudo, um projeto de inovação e renovação para a história, que contemplasse tanto a diversidade de fontes como de enfoques, em prol de uma “história total”, que abordasse todos os aspectos das atividades humanas.¹⁰

Essa nova corrente historiográfica, que no final da década de 1970 foi intitulada pelo historiador francês Jacques Le Goff de a “História Nova”,¹¹ abriu precedentes para que diferentes áreas do conhecimento histórico fossem exploradas. Nesse contexto, de

⁸ GERTZ, René. *O Rio Grande do Sul e a Segunda Guerra Mundial*. In: AXT, Gunter (Org.). *As guerras dos gaúchos*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

⁹ BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As Escolas Históricas*. Lisboa: Fórum da História, 1983. p. 97-119.

¹⁰ *Ibidem*. p. 119-132.

¹¹ LE GOFF, Jacques. *A história nova*. In: LE GOFF, Jacques (Org.). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 32-75.

quebra dos paradigmas tradicionais, que a história cultural foi “redescoberta”. Segundo o historiador inglês Peter Burke, a partir da década de 1970, o interesse pela história cultural ficou cada vez mais visível. O comportamento humano tornou-se o centro privilegiado do conhecimento histórico. Diversos grupos particulares, em locais e períodos específicos, passaram a ser valorizados. Assim, multiplicaram-se os trabalhos sobre gênero, minorias étnicas e religiosas, hábitos e costumes, etc.¹²

Entre a grande quantidade de estudos que podem ser classificados como história cultural, encontra-se a história do cotidiano. A história do cotidiano procura, sobretudo, trazer novos elementos para se pensar à vida cotidiana. Aliás, o próprio termo nos remete a isto, já que cotidiano vem do latim *cotidie* ou *cotidianus*, que significa todos os dias, o diário, o dia-a-dia, o comum, o habitual. De acordo com a filósofa e socióloga Agnes Heller:

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com toda a sua individualidade, sua personalidade. Nela, colocam-se em “funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias.¹³

Agnes Heller também ressalta a importância da vida cotidiana nos processos históricos:

A vida cotidiana não está “fora” da história, mas no centro do acontecer histórico: é a verdadeira “essência” da substância social. [...]. As grandes ações não cotidianas que são contadas nos livros de história partem da vida cotidiana e a ela retornam. Toda grande façanha histórica concreta torna-se particular e histórica precisamente graças a seu posterior efeito na cotidianidade.¹⁴

Exposto o referencial teórico, cabe ressaltar que esta Dissertação não tem como objetivo tratar da condução da política externa ou da participação militar do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. Isso porque ela não trata do Brasil na guerra, mas sim da guerra no Brasil, dos impactos da guerra em Porto Alegre. Ainda assim, para efeito de contextualização, torna-se necessário apresentar algumas das principais decisões tomadas pelo governo brasileiro no cenário internacional durante a guerra –

¹² BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

¹³ HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 17.

¹⁴ *Ibidem*. p. 20.

inclusive o envio de tropas para lutar na Itália. Todas elas com forte impacto em todo o país.

Logo que teve início a Segunda Guerra Mundial, em 1º de setembro de 1939, após o exército alemão invadir a Polônia, Getúlio Vargas, então presidente do Brasil, anunciou que o país se manteria neutro diante do conflito. A partir de então, a política externa desempenhada pelo governo brasileiro procurou manter boas relações com os dois lados envolvidos no conflito, ou seja, tanto com os Aliados (Estados Unidos, Inglaterra e Canadá) como com o Eixo (Alemanha, Itália e Japão). Curiosamente, os dois países com que o Brasil matinha relações mais estreitas até do início da guerra eram os Estados Unidos e a Alemanha, rivais durante o conflito. Os Estados Unidos, pela maior proximidade e por ser um tradicional parceiro comercial do país. Já a Alemanha, por afinidades ideológicas no que se refere à organização político-social e, especialmente, por um cada vez mais intenso intercâmbio comercial.

A intensificação do comércio entre o Brasil e a Alemanha teve início após a grande crise econômica de 1929. Desde então, não parou de crescer. Tanto que em 1938, ano anterior ao início da guerra, a Alemanha já se apresentava como o segundo parceiro comercial do Brasil em importância, só perdendo a liderança para os Estados Unidos.¹⁵ O sucesso do comércio entre os dois países devia-se, sobretudo, à assinatura de uma série de acordos bilaterais, que suprimiam a utilização de moeda corrente no intercâmbio comercial, por meio de um mecanismo de “compensação” entre as importações e as exportações. Além de reduzir a pressão sobre as divisas internacionais, esse tipo de comércio ainda possibilitava ao governo brasileiro melhores condições de negociação com os Estados Unidos, que desde a ascensão do nazismo na Europa, temia os perigos potenciais que a influência alemã poderia causar no continente americano.

Esta política externa eclética, denominada pelo historiador Gerson Moura de “equidistância pragmática”,¹⁶ por explorar a rivalidade de duas das principais potências mundiais envolvidas no conflito para aumentar o poder de barganha do Brasil, foi mantida pelo governo brasileiro durante o tempo que foi possível. No entanto, a entrada dos Estados Unidos na guerra, em dezembro de 1941, em decorrência do ataque japonês à base norte-americana de *Pearl Harbor*, acabou modificando o equilíbrio das forças,

¹⁵ Em 1938, a participação dos Estados Unidos nas importações e exportações brasileiras correspondeu a 24,2 e 34,3, enquanto a participação da Alemanha correspondeu a 24,9% e 19%, respectivamente. HILTON, Stanley. *O Brasil e as grandes potências...* Op. Cit. p. 217.

¹⁶ MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência...* Op. Cit.

exigindo do governo brasileiro um posicionamento mais claro em relação aos países beligerantes.

Dentro do governo brasileiro, Góis Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército, e Gaspar Dutra, ministro da Guerra, eram contrários ao rompimento, sob a alegação de que o Brasil não estava “preparado militarmente para suportar as conseqüências de tal gesto”.¹⁷ As ameaças representadas pelo Eixo e o escasso preparo militar do Brasil, tanto em homens como em armamentos, realmente não aconselhavam o rompimento. No entanto, segundo o historiador Ricardo Seitenfus, ainda que as justificativas dos principais dirigentes militares do Brasil tenham fundamento, “é impossível dissociar suas simpatias ideológicas dos regimes totalitários”.¹⁸

Desse modo, para que o Brasil rompesse relações diplomáticas e comerciais com o Eixo, os Estados Unidos teve que se comprometer a fornecer armamentos militares às Forças Armadas Brasileiras e a montar um sistema de defesa da costa brasileira (para neutralizar a oposição dos principais dirigentes militares do país), além de conceder ao governo brasileiro um empréstimo para a montagem da Usina Siderúrgica de Volta Redonda. Esta última, inclusive, já estava presente nos planos de Getúlio Vargas desde a época em que assumiu a presidência da república. Em 1930, em um de seus primeiros discursos como presidente, declarou que não apenas o “desenvolvimento industrial”, como a própria “segurança nacional” requeria que o Brasil desenvolvesse a sua própria indústria siderúrgica, de modo a obter uma maior independência dos fornecedores estrangeiros.¹⁹

Diante desse contexto, coube a Oswaldo Aranha, ministro das relações exteriores e um dos principais articuladores do alinhamento do Brasil com os Estados Unidos, comunicar, ao final da Conferência dos Chanceleres das Repúblicas Americanas do Rio de Janeiro, em 28 de janeiro de 1942, a decisão de Getúlio Vargas de romper relações diplomáticas e comerciais com os países do Eixo. Seguiu-se a este episódio uma intensa cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos. Em contrapartida ao fornecimento de armamentos militares, à montagem de um sistema de defesa da costa brasileira e à concessão de recursos financeiros, o Brasil passou a fornecer aos Estados Unidos materiais estratégicos (principalmente a borracha) e a permitir que os norte-americanos instalassem bases militares nas cidades costeiras de Belém, Natal e na

¹⁷ SEITENFUS, Ricardo. Op. Cit. p. 294.

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ HILTON, Stanley. *O Brasil e as grandes potências...* Op. Cit. p.46.

Ilha de Fernando de Noronha. Nesse período, as regiões norte e nordeste do Brasil adquiriram grande importância estratégica para a defesa do continente americano, devido à proximidade com o norte da África, ocupado por tropas alemãs desde 1941.²⁰

Confirmado o posicionamento do Brasil, Alemanha e a Itália, logo após o final da Conferência dos Chanceleres das Repúblicas Americanas do Rio de Janeiro, como represália, começaram a bombardear navios brasileiros no Oceano Atlântico. Nesse período, Alemanha e a Itália possuíam um comando submarino que atuava no Oceano Atlântico, chamado *Betasom*. Ao todo, eram 32 submarinos,²¹ que entre fevereiro de 1942 e junho de 1944, afundaram nada menos que 33 navios brasileiros.²²

Em um primeiro momento, o objetivo da Alemanha e Itália era impedir a navegação comercial brasileira no Oceano Atlântico. Tanto que entre fevereiro e julho de 1942, foram afundados 13 navios mercantes: *Buarque*, *Olinda*, *Cabedelo*, *Arabutan*, *Cairu*, *Parnaíba*, *Comandante Lira*, *Gonçalves Dias*, *Alegrete*, *Pedrinhas*, *Tamandaré*, *Barbacena* e *Piave*. Se durante esse período os alvos foram exclusivamente navios mercantes, afundados longe do litoral brasileiro, a partir do mês de agosto de 1942, os submarinos alemães e italianos não hesitaram em bombardear navios de transporte de passageiros, em águas territoriais brasileiras, o que resultou em um número muito maior de vítimas fatais. Se entre fevereiro e julho os afundamentos vitimaram 136 pessoas, somente no mês de agosto, 607 pessoas perderam a vida.²³

A mais violenta onda de ataques começou em 15 de agosto de 1942, quando foram afundados no litoral de Sergipe os navios *Baependi* (270 mortos) e *Araraquara* (131 mortos). No dia seguinte, na mesma região, foi à vez do *Aníbal Benévolo* (150 mortos). Em 17 de agosto, no litoral da Bahia, foram bombardeadas o *Itagiba* (39 mortos) e o *Arará* (20 mortos), e, dois dias mais tarde, o *Jacira* (nenhum morto).²⁴ Assim, a guerra, aparentemente distante, chegou ao Brasil.

Diante da violência desses ataques, uma grande comoção espalhou-se por todo o país. A indignação tomou conta da população, que considerava indispensável uma reação do governo brasileiro, pois, além das vítimas humanas e dos prejuízos materiais, a honra nacional estava sendo ferida. Em resposta a esses atentados, o governo brasileiro, no final do agosto de 1942, declarou guerra à Alemanha e Itália. Por não ter

²⁰ SEITENFUS, Ricardo. Op. Cit. p. 297-298.

²¹ Ibidem. p. 309.

²² SANDER, Roberto. *O Brasil na mira de Hitler: a história dos afundamentos de navios brasileiros por nazistas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007. p. 97.

²³ Ibidem.

²⁴ Ibidem.

agredido o país, nenhuma iniciativa foi tomada em relação ao Japão, sendo suficiente o rompimento das relações diplomáticas e comerciais.²⁵

Conforme o historiador Gerson Moura, após a declaração de guerra à Alemanha e Itália, o governo brasileiro passou a pressionar os Estados Unidos em busca de uma participação de destaque do Brasil na guerra. Esta participação significaria não apenas uma preeminência indisputável na América Latina, mas também uma possibilidade do Brasil participar do reordenamento do sistema de poder mundial nas convenções de paz do pós-guerra. Em janeiro de 1943, o ministro das Relações Exteriores Osvaldo Aranha afirmou que o Brasil deveria “inelutavelmente [tornar-se] uma das grandes potências econômicas e militares do mundo”.²⁶ Apesar dessa idéia não ser do agrado dos norte-americanos e ingleses, os Estados Unidos, para manter o Brasil como aliado na América Latina, aceitou patrocinar a criação de uma contingente militar brasileiro para lutar na guerra. Daí nasceu a FEB. Como o Brasil não possuía recursos financeiros, técnicos e materiais para bancar esse empreendimento, os Estados Unidos foi responsável por financiar, fornecer armamentos e treinar os soldados brasileiros.

A FEB foi estruturada durante o ano de 1943. O norte da África foi o local escolhido pelos Estados Unidos para FEB desempenhar ações de combate. Entre julho de 1944 e fevereiro de 1945, cinco contingentes partiram do Rio de Janeiro rumo à Itália. Chegando lá, receberam treinamento e foram incorporados à quinta divisão do Exército dos Estados Unidos. Ao todo, 25 mil homens fizeram parte da FEB, dos quais 1.880 eram do Rio Grande do Sul.²⁷

Ainda segundo o historiador Gerson Moura, “apesar da dedicação dos soldados brasileiros, o papel da FEB foi bastante modesto e não podia resultar no capital político esperado por muitas das autoridades brasileiras”. Tudo porque a FEB “não foi criada para responder a demanda dos Aliados, mas surgiu como resultado da exigência brasileira junto aos Estados Unidos”.²⁸

A participação militar do Brasil na Segunda Guerra Mundial, além de não ter trazido nenhum ganho real ao país no cenário internacional, ainda foi um dos motivos que levaram à queda do presidente Getúlio Vargas. Conforme o historiador Ricardo Seitenfus, após a entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados,

²⁵ SEITENFUS, Ricardo. Op. Cit. p. 316.

²⁶ MOURA, Gerson. *Sucessos e Ilusões...* Op. Cit. p. 26.

²⁷ BENTO, Cláudio Moreira. *História da 3ª Região Militar (1889-1953)*. Vol. II. Porto Alegre: Qualidade – Imprensa Gráfica, 1995. p. 23.

²⁸ MOURA, Gerson. *Sucessos e Ilusões...* Op. Cit. p. 26.

A situação do governo Vargas, em particular a do presidente-ditador, torna-se desconfortável. Getúlio combate oficialmente contra o Eixo pela liberdade e democracia, ao mesmo tempo em que mantém o país sob um regime ditatorial. [...]. Tal paradoxo será fatal para Getúlio Vargas, destituído pelos militares em outubro de 1945.²⁹

De forma resumida, essas foram as mais marcantes ações diplomático-militares tomadas pelo governo brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial. Também para efeito de contextualização, torna-se necessário ressaltar o regime político vigente no Brasil entre o final da década de 1930, início da de 1940, chamado de “ditatorial” na citação anterior.

Em novembro de 1937 (quase dois anos antes do início da guerra) próximo do final de seu mandato constitucional, o presidente Getúlio Vargas, alegando uma suposta ameaça comunista, deu um golpe de Estado e instaurou o Estado Novo no Brasil. Tinha início, assim, um regime essencialmente ditatorial, marcado por medidas centralizadoras e nacionalistas, que visavam criar tanto uma unidade como uma identidade nacional.³⁰ Esse acontecimento insere-se em um clima de contestação da liberal-democracia em todo o mundo, que ganhou força logo após a grande crise econômica de 1929. O nazismo, que ascendeu ao poder na Alemanha em 1933, pode ser considerado como um dos principais exemplos de regime ditatorial surgido nesse período, com uma proposta, em parte, semelhante a que o Estado Novo passou a propagar a partir de 1937 no Brasil.

Com o advento do Estado Novo, foram fechados o Senado e o Congresso Nacional, suspensas as eleições em todos os níveis e extintos os partidos políticos. Os estados passaram a ser governados por interventores federais, nomeados pelo próprio presidente da república. Já os prefeitos das cidades passaram a ser nomeados pelos interventores federais.

No Rio Grande do Sul, em outubro de 1937, mês anterior ao golpe que deu origem ao Estado Novo, o general Daltro Filho, comandante da 3ª Região Militar (que abrangia os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) foi nomeado interventor federal do estado, depois que o governador Flores da Cunha, por divergências com o presidente Getúlio Vargas, renunciou ao cargo e se exilou no Uruguai. Daltro filho, porém, não governou por muito tempo. Já no final de novembro de 1937, por motivo de doença, se afastou do cargo, vindo a falecer menos de dois

²⁹ SEITENFUS, Ricardo. Op. Cit. p. 317.

³⁰ CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1976. p. 253-267.

meses mais tarde, em 19 de janeiro de 1938. Para o seu lugar, foi nomeado o coronel Osvaldo Cordeiro de Farias, chefe de gabinete de Daltro Filho na 3ª Região Militar. Cordeiro de Farias, que assumiu em março de 1938, deixou o governo do estado apenas em setembro de 1943, para ser incorporado a FEB. Por ocupar o cargo durante cinco dos oito anos de duração do Estado Novo, ele pode ser considerado o interventor federal mais marcante a governar o Rio Grande do Sul. No decorrer desta Dissertação, inclusive, é o interventor federal mais citado. Para substituí-lo, Getúlio Vargas nomeou o seu primo Ernesto Dorneles, que governou de setembro de 1943 até o final do Estado Novo, em outubro de 1945.³¹

No que se refere à prefeitura de Porto Alegre, Loureiro da Silva, deputado estadual antes do início do Estado Novo, foi nomeado, em outubro de 1937, prefeito da capital gaúcha. Sem dúvida, ele é um dos prefeitos mais lembrados pelos porto-alegrenses, por ter remodelado urbanisticamente Porto Alegre, transformando-a em uma cidade moderna. Loureiro da Silva deixou a prefeitura em outubro de 1943, um mês depois de Cordeiro de Farias ter deixado o governo do estado. Para o seu lugar, foi nomeado o vice-prefeito Brochado da Rocha – filho do ex-prefeito de Porto Alegre Otávio Rocha –, que governou até maio de 1945, mês do final da Segunda Guerra Mundial na Europa.

Contextualizadas as mais marcantes ações diplomático-militares tomadas pelo governo brasileiro e o regime político vigente no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial, cabe agora ressaltar de que forma foi estruturada esta Dissertação.

Inicialmente, quando o projeto de execução desta Dissertação foi apresentado ao Programa de Pós-Graduação da PUCRS, o objetivo era analisar a organização da defesa civil em Porto Alegre durante a Segunda Guerra Mundial, diante da possibilidade da capital gaúcha ser atacada ou até mesmo invadida pelos países do Eixo, depois que navios brasileiros começaram a ser atacados no Oceano Atlântico por submarinos alemães e italianos. No entanto, no decorrer da pesquisa empírica de análise de fontes primárias em museus, arquivos, inventários, etc., um grande número de informações inéditas de diferentes áreas foi encontrado. Assim, para que essas informações pudessem tornar-se públicas, o objetivo foi ampliado, abordando não apenas a análise da organização da defesa civil em Porto Alegre, mas os impactos da Segunda Guerra

³¹ Sobre o Estado Novo no Rio Grande do Sul, ver: ABREU, Luciano Aronne. *Um olha regional sobre o Estado Novo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.; e GERTZ, René. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. Da Universidade de Passo Fundo, 2005.

Mundial na vida cotidiana da capital gaúcha de uma forma geral. Devido a esta decisão, pode-se afirmar que esta Dissertação ganhou em volume de informações e perdeu um pouco em profundidade.

Em um primeiro momento, foi realizada uma revisão bibliográfica teórica que proporcionou um suporte conceitual e contextual ao assunto proposto. Esta revisão foi seguida por uma pesquisa empírica de análises de fontes primárias, compostas por documentos governamentais, particulares e pela imprensa dos anos 1939 a 1945. A grande maioria das informações foi retirada da imprensa da época, fator que possibilitou uma maior aproximação da vida cotidiana em Porto Alegre durante a Segunda Guerra Mundial. Os principais veículos de comunicação pesquisados foram os dois mais importantes jornais do Rio Grande do Sul nas décadas de 1930 e 1940: o *Correio do Povo* e o *Diário de Notícias*.

Antes de mais nada, cabe ressaltar que, por o regime vigente no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial ser ditatorial, os veículos de comunicação eram controlados pelo governo. Em 1931, logo após assumir a presidência da república, Getúlio Vargas deu o primeiro passo no sentido de controlar a opinião pública, ao criar Departamento Oficial de Propaganda (DOP), que, em 1934, foi reestruturado e transformado em Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC). Ambos, além de controlar as informações, também eram responsáveis por fazer propaganda do governo. Em dezembro de 1939, em plena vigência do Estado Novo, o DPDC foi substituído pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), com poderes muito mais amplos. Segundo a historiadora Silvana Goulart, a influência do DIP ultrapassou os limites da censura e da propaganda, exercendo uma marcante normatização e regulamentação dos meios de comunicação no Brasil (imprensa, rádio, cinema e teatro).³² No que se refere à imprensa, a pressão ocorria da seguinte forma: como era o governo que importava o papel utilizado pela imprensa e fazia a sua distribuição, os jornais que não seguiam as determinações do governo tinham suas cotas ameaçadas, correndo o risco de não ter como funcionar.³³

Nas décadas de 1930 e 1940, o *Correio do Povo* e o *Diário de Notícias* já eram jornais adaptados aos mais modernos padrões jornalísticos da época, tanto pelos moldes verdadeiramente capitalistas de organização, como pelo abandono do modelo político-

³² GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990. p. 54.

³³ *Ibidem*. p. 25.

partidário e também literário-noticioso. Para ambos, os jornais eram apenas veículos imparciais de informação, responsáveis pelo registro dos dias em curso e pela divulgação profissional e verídica dos acontecimentos. Segundo a historiadora Andréa Sanhudo, apesar de serem concorrentes na conquista dos leitores e rotularem-se como “apolíticos”, ambos contribuíram com a expansão do nacionalismo difundido pelo Estado Novo.³⁴

O *Correio do Povo*, fundado pelo sergipano Caldas Júnior em 1895, durante as décadas de 1930 e 1940 fazia questão de estampar em sua primeira página a seguinte frase: “O jornal de maior tiragem e circulação do Rio Grande do Sul”. Como apoiava Getúlio Vargas desde a época em que tomou posse da presidência da república, o jornal não teve problemas para engajar-se ao Estado Novo. De acordo com o historiador José Luiz Nunes, no transcorrer dos anos que marcaram a existência do Estado Novo, o *Correio do Povo* tentou adequar-se à nova realidade política do país, ora apoiando o regime em seus primeiros anos, ora silenciando convenientemente a partir da definição da guerra em favor dos Aliados, mas também, de uma forma ou de outra, permitindo a crítica de seus articulistas ao governo.³⁵

Já o *Diário de Notícias* teve um engajamento bem menos tranqüilo. Criado em 1925 por meio de bases de alta capitalização, em 1930 já havia se consolidado como o segundo principal jornal do Rio Grande do Sul, com uma tiragem de 5 mil exemplares, um pouco menor que a do *Correio do Povo*. Em 1930, o *Diário de Notícias* foi comprado pelas Emissoras e Diários Associados, um conglomerado de veículos de comunicação espalhados por todo o Brasil de propriedade do empresário paraibano Assis Chateaubriand. No início de 1937, o jornal, atendendo a determinações das Emissoras e Diários Associados, lançou apoio a Armando Sales, candidato de oposição a Getúlio Vargas, tendo em vista à eleição presidencial que ocorreria em janeiro de 1938. No entanto, com o golpe de Estado e a instauração do Estado Novo, em novembro de 1937, as eleições em todos os níveis foram suspensas, fato que deixou o *Diário de Notícias* em uma posição desconfortável. Para se manter funcionando, o jornal acabou engajando-se ao novo regime, muito mais por necessidade de sobrevivência do que por livre iniciativa.³⁶

³⁴ SANHUDO, Andréa. *Imprensa: política e cidadania*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. p. 153-154.

³⁵ Sobre a posição assumida pelo *Correio do Povo* durante o Estado Novo, ver: NUNES, José Luiz Martins. *Censura e Imprensa no Estado Novo: os articulistas do Correio do Povo*. Tese (Doutorado em História) Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, 2001. p.57.

³⁶ SANHUDO, Andréa. Op. Cit. p. 149-155.

Outra questão acerca da estrutura desta Dissertação refere-se ao fato de que no decorrer dos capítulos que a compõe aparecem cifras em duas unidades monetárias distintas. Isso porque, em 1º de novembro de 1942, houve a mudança da moeda nacional, com a saída dos Réis (Rs) e a entrada do Cruzeiro (Cr\$). Por equivalência, 1,00 Cr\$ correspondia a 1\$000 Rs (mil Réis).³⁷

Assim, esta Dissertação foi dividida em 4 capítulos, que procuram apresentar de forma clara e narrativa os impactos da Segunda Guerra Mundial em Porto Alegre, na vida cotidiana da capital gaúcha.

O primeiro deles, intitulado “A guerra e a vida cotidiana em Porto Alegre” mostra que a Segunda Guerra Mundial, do início ao fim, esteve presente no cotidiano dos porto-alegrenses. Além disso, faz uma breve apresentação de Porto Alegre no final da década de 1930, início da década de 1940, apresentando como era a capital gaúcha e as transformações por que passou durante esse período. No final desse capítulo, ainda são apresentados os impactos provocados pela guerra entre os imigrantes e descendentes dos países do Eixo em Porto Alegre.

O segundo capítulo, intitulado “A guerra e as dificuldades de importação e exportação: impactos em Porto Alegre”, mostra de que forma a guerra dificultou as relações comerciais do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre com o resto do Brasil e do mundo. Entre os inúmeros casos apresentados, um destaque especial foi dado às dificuldades de importação de combustíveis líquidos, que provocaram uma mudança radical no cotidiano dos porto-alegrenses. Medidas tomadas pelas autoridades, como o incentivo à utilização de combustíveis alternativos, também são apresentadas.

O terceiro capítulo, intitulado “A guerra no bolso dos porto-alegrenses”, mostra de que forma a guerra tanto provocou, como serviu de justificativa para o aumento do custo de vida em Porto Alegre. São analisadas também as medidas tomadas pelas autoridades públicas para minorar os efeitos da tendência inflacionista e os seus resultados, satisfatórios ou não.

O quarto e último capítulo, intitulado “Preparação para a guerra: o temor de um ataque ou invasão das forças do Eixo a Porto Alegre”, apresenta a organização da defesa da população civil durante a Segunda Guerra Mundial, depois que navios brasileiros começaram a ser atacados no Oceano Atlântico por submarinos alemães e italianos. Nesse capítulo, foi dada uma atenção especial às medidas tomadas pelas autoridades

³⁷ *Correio do Povo*. 01/11/1942. p. 01.

públicas e pelos principais veículos de comunicação do Rio Grande do Sul em prol da defesa da população civil de todo o estado, apresentando os impactos delas entre os porto-alegrenses.

Capítulo 1 – A guerra e a vida cotidiana em Porto Alegre

1.1 – A guerra do início ao fim: impactos em Porto Alegre

“A Alemanha dá início às hostilidades, bombardeando, na madrugada de hoje, cidades polonesas”.³⁸ Com esta manchete estampada na primeira página, no dia 1º de setembro de 1939, o *Correio do Povo* informava aos gaúchos sobre o início da Segunda Guerra Mundial. Logo que a notícia chegou ao Brasil, o governo federal baixou um decreto estabelecendo feriado nacional entre os dias 2 e 4 de setembro, tendo em vista a defesa dos interesses econômicos do país diante das perturbações provocadas pela eclosão da guerra no mundo dos negócios. Nesses três dias em Porto Alegre, apenas as repartições públicas e alguns estabelecimentos comerciais funcionaram normalmente. Como se pode ver, mesmo no início e aparentemente distante, a guerra já se mostrava presente na sociedade porto-alegrense.

Nos dias seguintes ao início da guerra, após o Brasil declarar a sua neutralidade diante do conflito, Francisco Campos, ministro da Justiça, enviou uma circular aos governos de todos os estados do país determinando que as autoridades estaduais e municipais tomassem as medidas necessárias “para proibir, especialmente nas zonas de colonização estrangeira, toda a discussão pública sobre os assuntos de guerra”, além de “manifestações pró ou contra quaisquer dos países em luta ou com possibilidade de entrar no conflito”.³⁹

Essa proibição, no entanto, não obteve êxito em Porto Alegre. Isso porque a guerra invadiu todas as esferas da vida pública e privada da capital gaúcha. A guerra estava no cotidiano e no discurso oficial. Estava nas conversas em casa, nas brincadeiras das crianças, no trabalho, na rua, nos bares, nas lojas, nas barbearias, etc. A guerra virou o assunto predileto dos porto-alegrenses, que discutiam tanto as movimentações das tropas nos campos de batalha como os impactos do conflito em suas vidas, fossem eles políticos, econômicos ou culturais.

A guerra estava diariamente nas páginas dos dois principais jornais do Rio Grande do Sul na época. Tanto o *Correio do Povo* como o *Diário de Notícias* traziam já na primeira página enormes manchetes e fotografias que ilustravam as notícias vindas diretamente dos campos de batalha. Nas páginas centrais, autoridades públicas,

³⁸ *Correio do Povo*. 01/09/1939. p. 01.

³⁹ *Documentação dos Governantes*. Maço 132.

articulistas e diversas personalidades assinavam artigos sobre a guerra, enquanto na última página, eram apresentados os impactos da guerra no estado e em todo o Brasil. Até mesmo os anúncios publicitários publicados nos dois jornais faziam alusão à guerra. A Livraria do Globo, por exemplo, ao anunciar um desconto de 50% no valor de obras nacionais e estrangeiras, destacava: “Um autêntico bombardeio de livros... Milhares de livros! Sensacional liquidação”.⁴⁰ A esse respeito, a partir de 1943, começaram a ser anunciadas nos jornais a venda de “Bônus de Guerra”, títulos de capitalização que rendiam em torno de 6% ao ano. A aquisição dos “Bônus de Guerra” era considerada uma iniciativa eminentemente patriótica, já que contribuía com o financiamento das despesas do governo brasileiro com a segurança nacional.⁴¹

Se a guerra estava presente diariamente nos jornais, também estava presente diariamente nas ondas de rádio. Aliás, o rádio cumpriu funções muito semelhantes às da imprensa escrita durante a guerra, com a vantagem de poder atingir um número muito maior de pessoas. Cabe ressaltar que a partir da década de 1930, o rádio passou por um processo ininterrupto de crescimento no Brasil, consolidando-se como um importante meio de difusão de informações, em um país em que a maioria da população ainda era analfabeta.⁴² Segundo o jornalista Sérgio Dillemburg, entre 1939 e 1945, Porto Alegre contava com três emissoras de rádio: a *Rádio Farroupilha*, a *Rádio Difusora Porto-Alegrense* e a *Rádio Sociedade Gaúcha*. Com o desenvolvimento da guerra, elas passaram a investir em uma programação de notícias e comentários sobre o conflito. A *Rádio Farroupilha* transmitia o famoso “Repórter Esso”, um resumo noticioso de cinco minutos que apresentava aos ouvintes “as notícias do mundo” – como anunciava ao final de cada programa –, dando grande importância aos últimos fatos ocorridos nos campos de batalha. Além do “Repórter Esso”, patrocinado pela *Standard Oil Company*, a *Rádio Farroupilha* também transmitia o programa “Boa Vizinhança”, constituído por comentários, discursos e doutrinação norte-americana. Já a *Rádio Difusora Porto-Alegrense* transmitia o programa “A Marcha da Guerra”, onde militares e autoridades em política e economia discutiam fatos relacionados ao andamento da guerra. Nessa

⁴⁰ *Diário de Notícias*. 06/09/1942.

⁴¹ *Correio do Povo*. 26/10/1943. p. 03.

⁴² Segundo dados do censo demográfico de 1940, 67,26% dos habitantes do Brasil não sabiam ler nem escrever. No Rio Grande do Sul, a porcentagem de analfabetos era de 53,92%. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Recenseamento Geral do Brasil (1º de setembro de 1940)*. Série Nacional . Vol. II. Rio de Janeiro: Serviço gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950. p. 1 e 148.

mesma linha, a *Rádio Sociedade Gaúcha* transmitia o programa “A Marcha do Tempo”, muito semelhante ao “A Marcha da Guerra”.⁴³

Nenhum desses programas, porém, era feito em Porto Alegre. Todos eles vinham do Rio de Janeiro e suas produções eram supervisionadas de perto pelo governo norte-americano, por meio de um escritório criado em 1940, para, entre outros encargos, fazer propaganda em prol dos Estados Unidos e dos Aliados no Brasil e em toda a América Latina.⁴⁴

A guerra também estava presente nos cinemas de Porto Alegre. Os filmes de ficção norte-americanos sobre o conflito eram os que mais faziam sucesso entre os porto-alegrenses. E eram muitos. Isso porque, logo que teve início a guerra, o governo norte-americano dirigiu-se aos cineastas de Hollywood solicitando que as produções “se concentrasse[m] em seis assuntos: o inimigo, os Aliados, as Forças Armadas, a frente de combate, a vida dos civis durante a guerra e o aprovisionamento militar”.⁴⁵ Daí o grande número de filmes sobre a guerra. Anúncios nos jornais, chamadas nas rádios e cartazes espalhados pela capital anunciavam filmes como “Tigres Voadores”, com o ator John Wayne, que conta à história de um grupo de pilotos norte-americanos que lutavam contra os japoneses pela libertação da China; ou “Sargento Imortal”, filme com o ator

⁴³ DILLENBURG, Sérgio Roberto. *Os anos dourados do rádio em Porto Alegre*. Porto Alegre: ARI/CORAG, 1990. 11-43.

⁴⁴ Tratava-se do *Office of Commercial and Cultural Relations Between the American Republics* – que em 1941 passou a se chamar *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* –, conhecido no Brasil como Birô Interamericano. Este órgão, cujo comando foi entregue ao magnata do petróleo Nelson Rockefeller, dono da *Standard Oil Company*, fazia parte dos esforços do governo norte-americano em promover uma aproximação amigável entre os Estados Unidos e a América Latina, visando consolidar a liderança norte-americana dentro do continente e afastar a influência dos países do Eixo – principalmente da Alemanha – da região. Tudo dentro dos parâmetros da política de “boa vizinhança”. O Birô Interamericano era composto por 3 divisões: Divisão Comercial e Financeira, Divisão de Comunicações e Divisão de Relações Culturais. Os objetivos político-econômicos estavam na base do projeto. No entanto, para alcançá-los, uma grande importância foi dada às atividades de comunicação e às atividades culturais. Nesse sentido, o Birô Interamericano possuía acordos com agências de notícias *United Press* e *Associated Press*, que distribuíam informações a 422 diferentes publicações brasileiras, além de produzir e patrocinar um grande número de programas para emissoras de rádio, como os transmitidos pelas rádios porto-alegrenses. No cinema, divulgava filmes norte-americanos e produzia filmes no Brasil, assim como promovia a ida de personalidades de destaque no cenário brasileiro aos Estados Unidos, como Carmem Miranda, e a vinda de estrelas do *show business* norte-americano ao Brasil, como Orson Welles e Walt Disney, entre outros. Aliás, os Estúdios Disney foram grandes colaboradores do Birô Interamericano, produzindo documentários e filmes que buscavam demonstrar a amizade entre a América Latina e os Estados Unidos. Desse esforço nasceu o personagem Zé Carioca, brasileiro, alegre, cordial, sambista, pintado nas cores verde amarelo, amigo do Pato Donald. Juntos, estrelaram os filmes “Alô, amigos!”, “Você já foi à Bahia?”, entre outros. Sobre a atuação do Birô Interamericano, ver: TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.; e MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*. 8º ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

⁴⁵ SCHATZ, Thomas. *O Gênio do Sistema: A era dos estúdios em Hollywood*. São Paulo: Ed. Cia. das Letras, 1991. p. 301.

Henry Fonda sobre as batalhas dos exércitos inglês e canadense contra as tropas alemãs e italianas no norte da África; ou ainda “Casablanca”, drama romântico vencedor de três *Oscars* estrelado pelos atores Humphrey Bogart e Ingrid Bergman que aborda o tema dos refugiados europeus que tentavam cruzar o Oceano Atlântico rumo à América por meio da cidade de Casablanca, no Marrocos; entre outros. Por se tratar de produções norte-americanas, como não podia ser diferente, o maniqueísmo é marcante: os Aliados representam as forças do bem e o Eixo às forças do mal.

O filme “O Grande Ditador”, sátira ao nazismo alemão e ao fascismo italiano, criado, dirigido e encenado por Charles Chaplin, também fez muito sucesso em Porto Alegre. Lançado em 1940, em um primeiro momento, foi proibido de ser exibido no Brasil pelo DIP, sob alegação de que algumas cenas eram definitivamente comunistas e desmoralizadoras das Forças Armadas. No entanto, em fevereiro de 1942, depois que o Brasil rompeu relações diplomáticas e comerciais com o Eixo e que navios brasileiros começaram a ser atacados por submarinos alemães e italianos no Oceano Atlântico, o filme foi liberado em todo o país. Em Porto Alegre, a estréia de “O Grande Ditador” ocorreu em 1º de junho de 1942, nos cinemas Vera Cruz, Capitólio, Ipiranga e Rosário, com grande repercussão. Pela primeira vez na capital gaúcha um mesmo filme foi exibido em quatro cinemas simultaneamente. Todos eles superlotados.⁴⁶

A guerra estava presente até mesmo na mesa dos porto-alegrenses. Em novembro de 1942, a Coordenação da Mobilização Econômica, órgão criado pelo governo federal para gerir a economia brasileira após a entrada do Brasil na guerra, lançou o “pão de guerra”, anunciado como de maior valor nutritivo e de menor preço. Durante a guerra, o governo federal implementou inúmeras medidas que incidiam diretamente na alimentação da população. Nesse período, a questão alimentar tornou-se um importante componente estratégico da segurança nacional, no sentido de proporcionar a população os nutrientes necessários para o enfrentamento das eventualidades da guerra. A esse respeito, em 1940, houve a criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), responsável por propiciar aos trabalhadores alimentação adequada e barata. Já em 1943, foi criado o Serviço Técnico de Alimentação Social (STAS), com o encargo de propor medidas para melhorar a

⁴⁶ SOARES, Eduardo de Souza. *A Máscara e o rosto de Chaplin: o anticomunismo na repercussão da filmografia política de Carlitos em Porto Alegre (1936 – 1949)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, 2008. p. 89-97.

alimentação da população. Em 1945, foi à vez da criação da Comissão Nacional de Alimentação (CNA), com a missão de propor uma política nacional de nutrição.

Para o governo federal, o pão estava no centro da questão alimentar. Segundo João Alberto Lins de Barros, presidente da Coordenação da Mobilização Econômica:

O pão é e sempre será um alimento fundamental por sua riqueza em elementos nutritivos, pelo seu baixo custo e pela facilidade de sua conservação. Se não é um alimento protetor, é o alimento básico de um grande número de povos. O pão de trigo satisfaz realmente, como unidade nutritiva, quase todas as necessidades do organismo humano.⁴⁷

A fórmula do “pão de guerra” consistia em aumentar a extração da farinha de trigo de 70% para 80% a 85%, aproveitando-se o trigo integral, isto é, os 15% do grão dispensado na fabricação do pão branco, onde realmente encontrava-se a parte rica em vitaminas. Este processo provocava uma alteração na cor da farinha e o escurecimento do pão. Tanto na aparência como no gosto, o “pão de guerra” era muito semelhante ao que atualmente é vendido a título de “pão integral”.

No discurso oficial, porém, a fabricação do “pão de guerra” não era uma medida destinada apenas a melhorar a alimentação da população, mas também a equilibrar as finanças do país, já que possibilitaria ao Brasil reduzir a necessidade da importação de trigo, que encareceu e escasseou no mercado internacional durante a guerra. Segundo cálculos, essa medida representaria uma economia anual de 70 milhões de cruzeiros.⁴⁸ A esse respeito, João Alberto Lins de Barros afirmou: “O pão sempre constituiu, no Brasil, um problema de inquietação e preocupação para o governo, quer pelas tentativas sucessivas de ampliar entre nós a cultura do trigo, quer pelo fato de constituir um dos maiores encargos financeiros da economia nacional”. Ainda segundo o presidente da Coordenação da Mobilização Econômica, países como os Estados Unidos, Inglaterra e até mesmo Argentina e Canadá, dois grandes produtores de trigo, já haviam tomado medidas semelhantes destinadas a “racionalizar” a fabricação do pão.⁴⁹

Nesse período, o Rio Grande do Sul possuía com folga a maior produção de trigo do país, capaz de atender tranqüilamente as necessidades do mercado gaúcho. De acordo com dados do censo econômico de 1940, na safra de 1939, das 96.885 toneladas de trigo produzidas no Brasil, 75. 874 toneladas haviam sido produzidas no Rio Grande

⁴⁷ *Correio do Povo*. 14/11/1942. p.08.

⁴⁸ *Ibidem*.

⁴⁹ *Ibidem*.

do Sul. Ou seja, 78% do total.⁵⁰ Já dados do Departamento de Estatística do Estado mostram que entre 1940 e 1944, em comparação com o quinquênio 1935-1939, a média anual da produção de trigo do Rio Grande do Sul aumentou 26%, passando de 107.470 toneladas para 135.480 toneladas.⁵¹

No entanto, apesar da expressividade desses dados, após a entrada do Brasil na guerra, em agosto de 1942, o trigo à disposição no mercado gaúcho sofreu uma drástica redução. Isso porque, em 13 de novembro de 1942, o governo federal, através do decreto-lei nº 4.596, determinou que todo trigo produzido no Rio Grande do Sul fosse distribuído entre os moinhos dos demais estados brasileiros, como uma espécie de “cota de sacrifício” ao esforço de guerra do Brasil. Como consequência, o Rio Grande do Sul se via obrigado a importar trigo da Argentina, já que o volume de trigo gaúcho fixado pelo governo federal para ser moído no estado era insuficiente para atender as necessidades locais.⁵²

Em 2 de outubro de 1943, se esgotaram os estoques de trigo gaúcho em Porto Alegre, havendo à disposição para a moagem apenas trigo argentino, com preço bastante superior. Diante dessa situação, o governo do estado tornou obrigatório na capital gaúcha à fabricação do “pão de guerra”, em média 20% mais barato que o pão branco. Os panificadores ou revendedores que não tivessem o “pão de guerra” para vender eram obrigados a entregar aos consumidores o pão branco pelo preço “pão de guerra”.⁵³

Apesar de o discurso oficial dar um grande destaque ao maior valor nutritivo e ao menor preço do “pão de guerra”, ele definitivamente não caiu no agrado dos porto-alegrenses, já acostumados a consumir o pão branco. A maioria das reclamações residia no fato do pão ter ficado muito duro e escuro. “Em última análise, o povo não reclama muito pelo preço. Reclama, sim, pela qualidade do produto”, informou um dos

⁵⁰ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.. *Recenseamento Geral do Brasil (1º de setembro de 1940). Censos Econômicos: Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços*. Série Nacional. Volume III. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950. p. 67.

⁵¹ *Orientação Econômica e Financeira*. Porto Alegre, ano IV, nº 45, junho de 1946. p. 39-40.

⁵² Em dezembro de 1943, o recém empossado interventor federal Ernesto Dornelles enviou um telegrama ao ministro da Agricultura Apolônio Sales solicitando que os moinhos gaúchos pudessem comprar toda a produção de trigo do Rio Grande do Sul, visto que, na safra anterior, devido à falta de transportes, boa parte da produção ficou armazenada nos paióis, deteriorando-se à espera de condução para os demais estados do país, enquanto os moinhos gaúchos eram obrigados a adquirir trigo estrangeiro para suprir as necessidades locais. Diante da incoerência desta situação, Apolônio Sales, no final de dezembro de 1943, revogou alguns dispositivos do decreto-lei nº 4.596, de 13 de novembro de 1942, permitindo que toda a produção de trigo do Rio Grande do Sul fosse moída no próprio estado, exportando-se apenas os excedentes. *Correio do Povo*. 08/12/1943. p.08.; Idem. 10/12/1943. p. 08.

⁵³ Idem. 01/10/1943. p.08.

repartidores de pães da Padaria Aurora, no centro de Porto Alegre.⁵⁴ A esse respeito, em agosto de 1944, durante uma das reuniões do conselho consultivo da Comissão de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul (CAERGS), criada pela Coordenação da Mobilização Econômica em fevereiro daquele ano para controlar os estoques e os preços dos produtos no estado, foram apresentadas várias denúncias contra o “pão de guerra”, considerado efetivamente de qualidade “muito inferior”. Darci Gross, presidente do Sindicato dos Empregados do Comércio de Porto Alegre, chegou a taxá-lo de “intragável”. Para Conrado Ferrari, que presidiu a reunião, a baixa qualidade do produto era fruto de uma campanha de desmoralização empreendida pelos repartidores de pães, que “faz[iam] propaganda contra o ‘pão de guerra’, aconselhando o consumidor à não adquiri-lo”.⁵⁵ Provavelmente pela menor margem de lucro que o produto proporcionava. Nesse sentido, foi intensificada em Porto Alegre a fiscalização sobre a fabricação do “pão de guerra”.⁵⁶

A guerra também se fez presente no carnaval de Porto Alegre. Desde 1940, a prefeitura municipal oficializava os festejos carnavalescos populares na capital gaúcha, concedendo auxílio financeiro às “entidades”, “blocos” e “cordões”, facilitando-lhes a realização de seus programas, ornamentando uma grande área do perímetro central, instituindo concursos de estímulo, etc. No entanto, em 1943, em função dos ataques de submarinos alemães e italianos a navios brasileiros e a entrada do Brasil na guerra, a prefeitura municipal preferiu não oficializá-los. Apenas determinou o reforço da iluminação pública nas principais ruas do centro e de alguns bairros, onde os festejos carnavalescos alcançavam grande expressão.⁵⁷

Esse, porém, não foi um ato isolado. Em 1943, houve em todo o Brasil uma grande discussão sobre a pertinência da comemoração do carnaval diante do momento em que o país atravessava. No Rio de Janeiro, a prefeitura municipal cancelou o tradicional baile de carnaval do Teatro Municipal daquele ano.⁵⁸ Já as principais sociedades carnavalescas cariocas desistiram de sair às ruas, em solidariedades às vítimas dos navios brasileiros afundados.⁵⁹ Diante desta desistência, a Liga de Defesa

⁵⁴ Idem. 26/10/1943. p.10.

⁵⁵ Idem. 23/08/1944. p.08.

⁵⁶ Ibidem.

⁵⁷ Idem. 12/01/1943. p. 04.

⁵⁸ Idem. 11/02/1943. p. 08.

⁵⁹ Idem. 18/02/1943. p. 08.

Nacional⁶⁰ e a União Nacional dos Estudantes,⁶¹ com o apoio dos poderes públicos, resolveram tomar para si à tarefa de organizar os festejos carnavalescos no Rio de Janeiro. Dessa parceria, surgiu a promoção de um carnaval “à moda da época”, intitulado “Carnaval da Vitória”, que tinha os objetivos de exaltar os valores cívico-patrióticos e fazer propaganda do esforço de guerra do Brasil e das nações Aliadas contra o nipo-nazi-fascismo.⁶²

Logo após ser lançada, essa iniciativa se expandiu por todo o Brasil. Em Porto Alegre, o “Carnaval da Vitória” teve sua primeira edição já em 1943, sendo também comemorado nos anos seguintes, até 1946 (quase um ano após o final da guerra). Tomando como base às reportagens publicadas pela imprensa da época, parece que o “Carnaval da Vitória” não foi capaz de animar os foliões nem em Porto Alegre nem nas cidades brasileiras em que foi comemorado. O *Correio do Povo*, por exemplo, apresentou o carnaval de 1943 como o “Carnaval que não houve...”. De acordo com o jornal, verificou-se “desânimo e desinteresse nas festas burlescas em todo o país”, já que o “povo brasileiro [...] está compenetrado da gravidade da hora presente, e, ao mesmo tempo, sente ainda os golpes traiçoeiros e criminosos da pirataria totalitária, que cobriu de luto tantos lares”. Por esse motivo, “os festejos carnavalescos decorreram sem brilho e sem animação, resumindo-se em algumas festas sociais, que, entretanto, não tiveram muita concorrência”.⁶³ Ao que tudo indica, a notícia divulgada às vésperas do carnaval de 1943, de que mais dois navios brasileiros haviam sido afundados, o *Brasilóide* e o *Afonso Pena* – este último, com 125 vítimas fatais⁶⁴ –, contribuiu para o “desinteresse” e “desânimo” dos foliões.

Nos anos seguintes de comemoração do “Carnaval da Vitória”, a imprensa da época persistiu em decretar a “decadência” do carnaval não só em Porto Alegre como em todo o Brasil, por fatores que iam desde o “sentido de responsabilidade” dos brasileiros diante do momento em que o país atravessava, até a perda da

⁶⁰ Entidade nacionalista fundada em 1917 por Olavo Bilac, Miguel Calmon e Pedro Lessa, que tinha como objetivos exaltar o civismo, o nacionalismo, o sentido do serviço militar obrigatório, a participação política, a instrução pública e as comemorações cívicas. FLORES, Moacyr. *Dicionário de História do Brasil*. 3º ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 358.

⁶¹ Entidade fundada em 11 de agosto de 1937 para unificar as lutas estudantis, tanto educacionais como políticas. Durante a Segunda Guerra Mundial, a União Nacional dos Estudantes assumiu uma postura contra o Eixo e a favor dos Aliados. *Ibidem*. p. 614.

⁶² *Correio do Povo*. 07/03/1943. p.

⁶³ *Idem*. 11/03/1943.

⁶⁴ SANDER, Roberto. *Op. Cit.* p. 97.

“espontaneidade” dos festejos, que tinham virado muito mais um dever cívico-patriótico e uma propaganda de guerra do que uma diversão.⁶⁵

Após a entrada do Brasil na guerra, festa mesmo em Porto Alegre só se viu nos primeiros dias de maio de 1945, quando chegou à notícia sobre a rendição da Alemanha e a cessão das lutas na Itália, onde a FEB desempenhava ações de combate. A capital gaúcha simplesmente parou pra comemorar. Milhares de pessoas saíram às ruas do centro e de diversos outros bairros festejando a vitória dos Aliados e a volta dos expedicionários brasileiros.⁶⁶ Sem dúvida foi uma das maiores festas realizadas em Porto Alegre.

Dessas formas e de inúmeras outras a guerra se fez presente no cotidiano dos porto-alegrenses. Antes de ir adiante, porém, cabe conhecer um pouco de Porto Alegre entre 1939 e 1945, tendo em vista uma melhor compreensão dos impactos da guerra sobre a capital gaúcha.

1.2 – A Porto Alegre das décadas de 1930 e 1940

Entre o final da década de 1930, início da década de 1940, Porto Alegre era uma cidade em pleno crescimento populacional. Segunda o censo demográfico de 1940, a capital gaúcha possuía um total de 272.232 habitantes⁶⁷, estando entre as cinco cidades mais populosas do Brasil. Esse número, que pode ser considerado pequeno para os dias atuais, torna-se expressivo se for levado em consideração que na virada do século XIX para o XX, Porto Alegre possuía 73.674 habitantes.⁶⁸ Assim, a população da capital gaúcha teria mais que triplicado em apenas 40 anos.

Esse expressivo crescimento populacional, de um lado, foi resultado de um alto índice de crescimento vegetativo, e, de outro, de correntes migratórias tanto internas

⁶⁵ Sobre os festejos carnavalescos em Porto Alegre durante as décadas de 1930 e 1940, suas relações com os poderes públicos e com a imprensa da época, ver: ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. *Quando Vargas caiu no samba: um estudo sobre os significados do carnaval e as relações sociais estabelecidas entre os poderes públicos, a imprensa e os grupos de foliões em Porto Alegre durante as décadas de 1930 e 1940*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação de História da UFRGS, 2008.

⁶⁶ *Correio do Povo*. 04/05/1945; Idem. 05/05/1945; Idem. 06/05/1945; Idem. 08/05/1945; e Idem. 09/05/1945.

⁶⁷ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Recenseamento Geral do Brasil (1º de setembro de 1940)*. Série Regional. Parte XX – Rio Grande do Sul. Tomo 1. Rio de Janeiro: Serviço gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950. p. 182.

⁶⁸ CARONE, Edgard. *A República Velha: instituições e classes sociais*. São Paulo: Difel, 1970. p. 12.

como externas. No que se refere às correntes migratórias, cabe ressaltar que com o passar do tempo, Porto Alegre tornou-se uma cidade cada vez mais atrativa para se viver, face à multiplicação de suas indústrias, casas de comércio e serviços relacionados à educação e a órgãos públicos.⁶⁹ Além disso, o incremento das ligações de Porto Alegre com o centro do país, através de rodovias, ferrovias e, até mesmo, linhas aéreas, tornou-a ainda mais acessível.⁷⁰

Durante a primeira metade do século XX, além do crescimento populacional, a paisagem urbana de Porto Alegre passou por uma grande “remodelação”, com a realização de obras viárias, a criação de áreas verdes (parques e praças), o início da verticalização do centro, a construção de vários prédios públicos e o incremento da construção civil em novas áreas da cidade. As administrações de Otávio Rocha (1924-1928), Alberto Bins (1928-1937) e Loureiro da Silva (1937-1943) alteraram profundamente o perfil paisagístico da capital gaúcha. Nas palavras do historiador Charles Monteiro, nesse período, “Porto Alegre deixou de ser uma cidade provinciana e isolada no extremo Sul do Brasil, para tornar-se uma metrópole moderna em contato com o centro do país e interior”.⁷¹

O prefeito Loureiro da Silva foi um dos grandes responsáveis por essa grande “remodelação” de Porto Alegre. Segundo seu biógrafo, o jornalista Celito De Grandi, Loureiro da Silva, formado em Direito, se considerava um “bacharel urbanista”, que adorava “ver riscos de cidades projetadas”.⁷² Ainda segundo Celito De Grandi, Loureiro da Silva tinha como objetivo “dar um novo feitiço a Porto Alegre, fazer de sua terra uma das mais belas cidades”. Para tanto, ao longo de quase seis anos à frente da prefeitura, dedicou “tempo integral à tarefa que se impôs de consertar a fisionomia de Porto Alegre”.⁷³

A administração Loureiro da Silva (1937-1943) foi responsável por nada menos que a criação de um Conselho do Plano Diretor, o saneamento dos bairros São João e Navegantes, a finalização da Avenida Borges de Medeiros, a abertura da Avenida Farrapos, a prolongação da Avenida João Pessoa, a remodelação da Avenida 10 de Novembro (posteriormente renomeada Avenida Salgado Filho), a criação do bairro

⁶⁹ BAKOS, Margaret Marchiori. *Porto Alegre e seus eternos Intendentes*. Porto Alegre: Edipucrs, 1996. p. 20-21.

⁷⁰ MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre e suas escritas: histórias e memórias da cidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. p. 38.

⁷¹ *Ibidem*. p. 39.

⁷² DE GRANDI, Celito. *Loureiro da Silva: o charrua*. Porto Alegre: Literalis, 2002. p. 90.

⁷³ *Ibidem*. p. 90 e 95.

Petrópolis, a realização das obras de canalização do Arroio Dilúvio, a construção do Hospital de Pronto Socorro, a finalização do Mercado Livre e o aumento das áreas verdes da cidade, que passaram de 195.977 m², em 1937, para 680.660 m², em 1941.⁷⁴

Muitas dessas obras foram inauguradas em novembro de 1940, quando a capital gaúcha parou para as comemorações do bicentenário de Porto Alegre. Nesse período, inclusive, surgiu uma grande discussão sobre a pertinência dessas comemorações. Isso porque se considerava 26 de março de 1772 como a data da fundação de Porto Alegre, quando José Marcelino Figueiredo, então governador da Província de São Pedro (antiga denominação do Rio Grande do Sul) transferiu a sede do governo de Viamão para o “Porto dos Casais”, fundando a Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais (primeira denominação oficial de Porto Alegre), e não 5 de novembro de 1740, quando o sesmeiro Jerônimo de Ornelas recebeu a confirmação da posse das terras onde hoje se encontra boa parte da capital gaúcha, como pretendiam os organizadores das comemorações.

Havia um certo populismo por parte do prefeito Loureiro da Silva em querer comemorar o bicentenário de Porto Alegre em 5 de novembro de 1940, já que ele era descendente direto do sesmeiro Jerônimo de Ornelas.⁷⁵ Para resolver o impasse criado, Loureiro da Silva resolveu dar um novo enfoque às comemorações: “Não discutimos o fato em si, porque não estamos comemorando, nesse momento, em Porto Alegre, o bicentenário de fundação da cidade. O que discutimos é o bicentenário de colonização dessas terras”.⁷⁶

Confirmado esse novo enfoque, o mês de novembro de 1940 foi de festa em Porto Alegre. As comemorações, que começaram no dia 5, estenderam-se até o dia 30 daquele mês. O presidente Getúlio Vargas veio a Porto Alegre para a inauguração da Avenida Farrapos e da Avenida 10 de Novembro, além de inúmeras outras obras. Várias atividades culturais e esportivas foram organizadas, como congressos de história e geografia, desfiles, concertos musicais, bailes públicos, concursos de literatura e jornalismo, escolha da Miss Porto Alegre, provas de ciclismo, vôlei, vela, futebol, basquete, corridas de cavalo, etc.⁷⁷

⁷⁴ SILVA, José Loureiro; PAIVA, Evaldo Pereira. *Um plano de urbanização*. Porto Alegre: Globo, 1943. p. 27.

⁷⁵ DE GRANDI, Celito. Op. Cit. p. 24.

⁷⁶ SILVA, José Loureiro; PAIVA, Evaldo Pereira. Op. Cit. p. 24.

⁷⁷ MONTEIRO, Charles. Op. Cit. p. 83.

Conforme o historiador Charles Monteiro, as inaugurações em meio às comemorações criaram um “lugar de memória para Loureiro da Silva, como o administrador responsável pelo crescimento excepcional da cidade”. Artigos publicados na imprensa da época taxavam o prefeito de “amigo número um de Porto Alegre”, o verdadeiro “refundador” da cidade.⁷⁸

Se o ano de 1940 foi de festa, o mesmo não pode ser dito do ano seguinte. Isso porque Porto Alegre enfrentou a maior enchente de sua história. Entre os meses de abril e maio de 1941, foram 22 dias de chuvas praticamente ininterruptas, elevando o nível do Guaíba a 4,75 metros acima do normal. Um recorde histórico, 1,25 metros acima da maior marca anterior, medida no ano de 1873.⁷⁹

Mesmo depois de cessadas as chuvas, a enchente ainda se prolongou por vários dias. O vento sul que soprava represava as águas do Guaíba, não permitindo que elas escoassem para a Lagoa dos Patos. Este mesmo vento sul ainda fez com que as temperaturas caíssem bruscamente, piorando a situação dos flagelados. Pelos dados que chegaram ao governo do estado, as chuvas de abril e maio de 1941 provocaram enchentes em 30 municípios do Rio Grande do Sul. Em Porto Alegre, dados da Delegacia Regional de Recenseamento apontam que 15 mil residências foram inundadas e 70 mil pessoas atingidas, especialmente na zona norte da capital gaúcha.⁸⁰

Porto Alegre viveu dias de terror durante a enchente. O transbordamento do Guaíba inundou praticamente todo o centro da capital. O Mercado Público teve o andar térreo invadido pelas águas, assim como o Palácio Municipal, fato que obrigou o prefeito Loureiro da Silva a despachar de uma sala do Palácio Piratini. A Praça da Alfândega e a Rua dos Andradas – até a Rua Uruguai – também foram cobertas pelas águas. As oficinas do *Correio do Povo* e do *Diário de Notícias*, localizadas na Rua dos Andradas, ficaram debaixo d’água. O primeiro, devido aos estragos em suas impressoras, deixou de funcionar durante uma semana. Já o segundo, conseguiu manter-se precariamente, com edições diárias reduzidas.⁸¹

Barcos e canoas substituíram os bondes e automóveis, que não tinham como trafegar, enquanto estabelecimentos comerciais, restaurantes, cafés e cinemas tiveram que fechar as portas. As águas também chegaram a recém inaugurada Avenida Farrapos e a Avenida Benjamim Constant. Os estragos nos bairros industriais São João e

⁷⁸ Ibidem. p. 85-86.

⁷⁹ GUIMARAES, Rafael. *A enchente de 41*. Porto Alegre: Libernetes, 2009. p. 25.

⁸⁰ Ibidem. p. 70.

⁸¹ Ibidem. p. 31-63.

Navegantes foram grandes. Além de milhares de residências inundadas, todo o parque industrial concentrado na região ficou debaixo d'água. Grandes indústrias, como a Renner, Gerdau e Fiação Porto-Alegrense, tiveram que paralisar suas atividades. Somente na fábrica de tecidos da Renner, mais de 2 mil operários ficaram sem trabalho. Já o trasbordamento do Arroio Dilúvio inundou boa parte do bairro Cidade Baixa.⁸²

O ponto máximo da crise provocada pela enchente ocorreu no começo de maio. Cerca de 40 mil pessoas já haviam deixado as suas casas e não havia mais vagas nos albergues, em grande maioria, improvisados. Para piorar a situação, em 7 de maio, as águas invadiram a Usina do Gasômetro, uma das principais abastecedoras de energia elétrica de Porto Alegre, deixando parte da capital gaúcha sem luz. À falta de luz, seguiu-se à falta d'água e o medo de que a enchente tivesse danificado a rede de água de Porto Alegre, deixando-a em contato com os dejetos da rede cloacal, como aconteceu durante a enchente de 1928, quando uma epidemia de tifo atingiu 20 mil pessoas.⁸³

Apenas no final de maio de 1941 as águas do Guaíba começaram a baixar. Desde então, começaram a ser estudados projetos para impedir que desastres semelhantes voltassem a acontecer em Porto Alegre. Na década de 1970, teve início à construção de um muro de proteção ao lado da Avenida Mauá, que separa o Guaíba do centro da capital gaúcha e que existe até os dias de hoje.⁸⁴

Assim, o ano de 1941 foi marcado por um grande desastre que atingiu os porto-alegrenses de uma forma geral. No entanto, no ano seguinte, um novo desastre ocorreu em Porto Alegre. Dessa vez, atingindo não toda a população da capital gaúcha, mas sim um grupo em específico: os imigrantes e descendentes dos países do Eixo.

1.3 – A guerra contra os imigrantes e descendentes dos países do Eixo

“Exaltada à revolta popular contra a agressão nazista – centenas de estabelecimentos comerciais dos nacionais do ‘Eixo’ foram depredados pela multidão durante a noite de ontem”. Com essa manchete, no dia 19 de agosto de 1942, o *Correio do Povo* dava início a uma extensa reportagem sobre os acontecimentos da noite

⁸² Ibidem.

⁸³ Ibidem. p. 70.

⁸⁴ Ibidem. p. 85-93.

anterior em Porto Alegre, logo depois que navios brasileiros foram afundados próximo ao litoral do país por submarinos alemães e italianos. Segundo o jornal:

Foi um espetáculo verdadeiramente impressionante o que se registrou na noite de ontem em Porto Alegre. A despeito da inclemência do tempo, enfrentando a forte chuva que caía, milhares de pessoas percorriam as ruas, bradando por vingança, verberando o atentado totalitário, vivendo o Brasil e os seus mais altos mandatários. Prosseguindo em passeata, espalharam-se em diversas direções, ao mesmo tempo em que iam apedrejando todos os estabelecimentos comerciais do centro, de propriedade de alemães e italianos, depredando-os como podiam. Nada detinha os manifestantes. Percorreram o centro da cidade e os arrabaldes industriais de São João e Navegantes, em que diversos estabelecimentos também foram depredados.⁸⁵

Pela descrição do *Correio do Povo*, a noite do dia 18 de agosto foi de anarquia geral em Porto Alegre. Esse acontecimento contra alemães e italianos, alguns dias antes do Brasil declarar guerra à Alemanha e Itália, pode ser considerado o ponto máximo de um clima de hostilidade e intimidação contra imigrantes e descendentes, instaurado no Rio Grande do Sul cerca de cinco anos antes, mais precisamente após a posse do interventor federal Cordeiro de Farias, em março de 1938.

Em parte, esse clima de hostilidade e intimidação era avalizado pelo governo federal. Logo que Getúlio Vargas assumiu a presidência da república, em 1930, o grande número de imigrantes e descendentes de estrangeiros existentes no Brasil passou a ser visto com desconfiança pelas autoridades públicas.⁸⁶ Principalmente aqueles que viviam em comunidades isoladas, à margem da sociedade brasileira.

A carta constitucional de 1934 já estabelecia uma redução drástica na imigração, limitando a entrada de cada corrente imigratória no Brasil ao percentual de 2 % sobre o total dos respectivos nacionais ingressos nos cinquenta anos anteriores.⁸⁷ Com o advento do Estado Novo, em novembro de 1937, o governo federal lançou uma ofensiva contra as comunidades de imigrantes e descendentes de estrangeiros, com o objetivo de integrá-los à sociedade brasileira. Esta ofensiva – em consonância com o discurso nacionalista do novo regime, em prol da criação tanto de uma unidade como de uma identidade nacional – ficou conhecida como “Campanha de Nacionalização”.

⁸⁵ *Correio do Povo*. 19/08/1942. p. 02.

⁸⁶ Segundo estimativas, entre a primeira metade do século XIX e a década de 1940, teriam ingressado no Brasil cerca de 5 milhões de imigrantes. São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná foram os estados que mais receberam imigrantes. SEYFERTH, Giralda. *Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo*. In: PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. p. 200-201.

⁸⁷ *Idem*. p. 212.

Segundo o historiador René Gertz, no Rio Grande do Sul, o governo Flores da Cunha (1930-1937) constituiu um forte entrave ao avanço das tendências “nacionalizadoras”. Por isso, a “Campanha de Nacionalização” irrompeu abruptamente com o Estado Novo, estando intimamente ligada à figura do interventor federal Cordeiro de Farias.⁸⁸

A ascensão da Alemanha no cenário internacional, o grande número de imigrantes alemães e descendentes existentes no Rio Grande do Sul e a eclosão da Segunda Guerra Mundial acabaram ditando os rumos da “Campanha de Nacionalização” no estado. Em suas memórias, publicadas no ano de 1981, Cordeiro de Farias afirmou: “Desde 1933, quando Hitler sobe ao poder, criam-se departamentos oficiais destinados a catequizar alemães e seus descendentes em diferentes países. A América do Sul foi um centro importante de propagação dessas idéias, sobretudo a Argentina, o Chile e o Brasil”. Para ele, “o perfil do sul do continente seria outro se a Alemanha tivesse vencido a guerra em 1939. Hitler teria realizado o seu velho sonho de domínio do mundo, formando aqui a sua Alemanha Austral, na região mais rica e povoada de alemães”. Por isso, destaca: “Declarei minha guerra contra a Alemanha em fins de 1938, antes, portanto, da Segunda Guerra Mundial. E a campanha contra o nazismo no Rio Grande do Sul foi o ponto de honra do meu governo”.⁸⁹

Sobre esse assunto, Cordeiro de Farias ainda afirma:

estou convencido de que os mais receptivos à ideologia hitlerista foram os imigrantes alemães de origem mais recente, ainda pouco adaptados e, portanto, sem compromissos mais profundos com a pátria de adoção. Estes criavam seus filhos convencendo-os de que, embora nascidos no Brasil, eram de nacionalidade alemã. Pregavam a idéia de que o Brasil não tinha um povo, isto é, um conjunto de pessoas regidas por leis e uma cultura comum.⁹⁰

Diante dessas declarações, torna-se fácil entender por que dos diferentes grupos étnicos existentes no Rio Grande do Sul, os imigrantes alemães e descendentes foram considerados os mais perigosos à segurança nacional. Principalmente após o início da Segunda Guerra Mundial. Italianos, japoneses e descendentes, originários de países que compunham o Eixo junto com a Alemanha, também causaram preocupação às autoridades públicas gaúchas. No entanto, em menor intensidade em comparação com

⁸⁸ GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1991. p. 63.

⁸⁹ CAMARGO, Aspácia e GÓES, Walder de. *Meio século de combate: diálogos com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981. p.. 272-273.

⁹⁰ *Ibidem*. p. 272.

os alemães. Os italianos e descendentes, em grande número no estado, devido a uma suposta maior capacidade de integração à sociedade brasileira. O próprio Cordeiro de Farias era partidário desta tese. Para ele, a população estrangeira no Rio Grande do Sul estava dividida em dois grupos bem distintos: “o italiano, muito latino e mais adaptado ao Brasil, e o alemão, de tradições muito arraigadas”.⁹¹ Já os japoneses e descendentes, devido ao quase insignificante número de habitantes existentes no estado. Enquanto o censo demográfico de 1940 registrou no Rio Grande do Sul 15.279 alemães e 18.685 italianos – sem contar as centenas de milhares de descendentes de alemães e italianos existentes no estado –, registrou apenas 199 japoneses.⁹²

Segundo Cordeiro de Farias, a “Campanha de Nacionalização” no Rio Grande do Sul

foi desenvolvida em muitas frentes simultaneamente, sobretudo na área estudantil, afim de anular os efeitos de propaganda, e na área de segurança, para impedir infiltrações que comprometessem a ordem política. Os focos principais da infiltração nazista eram todas as regiões onde havia grande concentração de alemães, na encosta da serra e na serra, sobretudo de Cruz Alta em direção ao mar. Em tais regiões a segregação era total e absoluta. Nas escolas, não se falava português⁹³.

Assim, conforme essa declaração, as áreas educativa e repressiva acabaram sendo utilizadas para combater o isolamento cultural e a suposta infiltração do nazismo entre os alemães e descendentes no Rio Grande do Sul. As políticas governamentais nestas duas áreas só foram possíveis devido às colaborações de J. Coelho de Souza, secretário de Educação, e Aurélio da Silva Py, chefe de Polícia do Estado (equivalente ao cargo de secretário de Segurança nos dias de hoje).

A “Campanha de Nacionalização” na área educativa atingiu diretamente os currículos das escolas das chamadas “zonas de colonização estrangeira”. Muitas delas, passaram a encontrar sérias dificuldades para continuar funcionando. Isso porque, a partir de 1938, o governo do estado começou a colocar em prática as inúmeras determinações emitidas pelo governo federal, dentre as quais se destacam a obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa e das aulas serem ministradas em português, sendo vetado o ensino de línguas estrangeiras a menores de 14 anos; a

⁹¹ Ibidem. p. 252.

⁹² INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Recenseamento Geral do Brasil (1º de setembro de 1940)*. Série Regional. Parte XX – Rio Grande do Sul. Tomo 1. Rio de Janeiro: Serviço gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950. p. 10.

⁹³ CAMARGO, Aspácia e GÓES, Walder de. Op. Cit. p. 269.

obrigatoriedade de todas as escolas terem nomes brasileiros e de suas direções serem compostas apenas por brasileiros natos; a obrigatoriedade de todos os professores serem brasileiros natos ou naturalizados, graduados em escolas brasileiras; e a inclusão nos currículos de disciplinas como história e geografia do Brasil, educação moral e cívica, e educação física (que deveria ser ministrada por instrutores militares). As escolas que desrespeitassem essas determinações eram sumariamente fechadas.⁹⁴

Porto Alegre teve um importante papel na “Campanha de Nacionalização” no Rio Grande do Sul. Anualmente, Cordeiro de Farias promovia a vinda de quinhentos “coloninhos” do interior do estado à capital gaúcha durante as comemorações da Semana da Pátria. O objetivo era que os “coloninhos” participassem dos festejos patrióticos e fossem contaminados por eles. Em uma publicação propagandística sobre a vinda dos “coloninhos” a Porto Alegre, Cordeiro de Farias deixou claro esse objetivo:

Vamos receber agora em Porto Alegre os seus descendentes – netos, bisnetos daqueles velhos colonos brasileiros como nós – por certo, também, orgulhosos de terem nascido nesse pedaço maravilhoso da Pátria que é o Rio Grande. Mas não são eles tão felizes como nós. Aquela velha política de liberdade de relação aos seus costumes e a sua língua, que se justifica na época para com os ascendentes, prosseguiu sem razão em face de seus descendentes, que, brasileiros de fato e de direito, permaneceram em grande parte separados de nós pelo idioma e pelos hábitos. Nenhuma culpa lhes cabe nesse fato, mas compete a nós remediar o que está errado, trazendo-os, como eles próprios desejam, de alma inteira, de espírito e de coração, para o nosso meio. Daí a ‘Campanha de Nacionalização’, de que faz parte a vinda desses nossos irmãozinhos à capital do estado, na semana de nossa festa máxima. Eu lhes dou as boas vindas e os entrego à sociedade porto-alegrense, pedindo que cada lar se abra para abrigar algumas dessas crianças, que aqui vem para sentir como já somos grandes, como já somos fortes e que amanhã, - voltando para o interior onde seus pais trabalham, - hão de ter gravado, - para todo o sempre, - nos seus espíritos de meninos, o futuro radioso do Brasil.⁹⁵

Os “coloninhos” eram escolhidos através de listas feitas pelas professoras das regiões de imigração dos alunos que mais resistiam em aceitar os padrões educacionais brasileiros. Em algumas oportunidades, os “coloninhos” ficavam até um mês em Porto Alegre, hospedados em casas de famílias porto-alegrenses ou no próprio Palácio Piratini. A estadia na capital gaúcha era marcada por festividades, visitas a fábricas e, até mesmo, passeios ao litoral, já que muitos vinham da região serrana e não conheciam o mar.⁹⁶

⁹⁴ SEYFERTH, Giralda. Op. Cit. p. 220.

⁹⁵ FARIAS, Oswaldo Cordeiro de. *Nacionalização*. Porto Alegre: Ed. Globo, [1941 ?]. [s. n.].

⁹⁶ CAMARGO, Aspácia e GÓES, Walder de. Op. Cit. p. 271-272.

Junto às ações na área educativa, foram desenvolvidas as ações repressivas, que, conforme Cordeiro de Farias, eram “ações complementares à política de nacionalização e de mudança de mentalidade realizada pela Secretaria de Educação”.⁹⁷ De acordo com o interventor federal, elas visavam, fundamentalmente, “prender apenas os ‘cabeças’ da infiltração nazista. E tentar absorver os seguidores”, usando-se, sempre que necessário, “de medidas enérgicas”.⁹⁸

As ações repressivas no Rio Grande do Sul também foram balizadas por determinações emitidas pelo governo federal. Em 1939, ano do início da guerra, a “Campanha de Nacionalização” tornou-se mais abrangente em todo o país, atingindo diretamente a vida cotidiana dos imigrantes e descendentes. Através do decreto-lei 1.545, de 25 de agosto de 1939, o governo federal proibiu que os idiomas estrangeiros fossem falados em público, inclusive durante às cerimônias religiosas, cabendo ao Exército fiscalizar “as zonas de colonização estrangeira”. Já as associações culturais e recreativas tiveram que encerrar todas as atividades que pudessem estar associadas a culturas estrangeiras. A intervenção alcançou também os meios de comunicação, com a censura de programas de rádio e as restrições à imprensa em língua estrangeira. Inicialmente, os jornais tiveram que aceitar um redator brasileiro (incumbido da censura) e publicar edições bilíngües e artigos patrióticos de autores brasileiros. Depois veio a proibição definitiva das publicações em língua estrangeira e, como consequência, o desaparecimento da maioria dos jornais e revistas.⁹⁹

Algumas empresas gaúchas, para escapar da repressão policial, passaram por modificações. Em dezembro de 1941, depois que os Estados Unidos declarou guerra ao Eixo, Otto Meyer, presidente-fundador da Viação Aérea Rio-Grandense (VARIG), deixou a presidência da empresa. Isso porque ele temia que sua presença à frente da VARIG pudesse prejudicá-la, já que era alemão e tinha lutado por seu país durante a Primeira Guerra Mundial. Ainda assim, Otto Meyer não escapou da repressão. Dias depois de ter se afastado da VARIG, ele teve sua casa invadida pela polícia, que procurava rádios de comunicação, alto-falantes e armas. Acusado de envolvimento com o nazismo, Otto Meyer foi preso e ficou três dias detido no Presídio Central, sendo, depois desse prazo, transferido para a prisão domiciliar. A partir de então, passou a ter

⁹⁷ Ibidem. p. 274.

⁹⁸ Ibidem. p. 278.

⁹⁹ SEYFERTH, Giralda. Op. Cit. p. 220-221.

sua casa constantemente vigiada, não podendo ninguém entrar ou sair dela sem identificação.¹⁰⁰

Desde 1938 o governo do estado vinha desenvolvendo ações repressivas contra núcleos de imigrantes estrangeiros em todo o Rio Grande do Sul. Muitas delas foram descritas na revista *Vida Policial*, que começou a ser publicada pela Chefia de Polícia do Estado em agosto de 1938, e no livro *A Quinta-Coluna no Brasil: a conspiração nazi no Rio Grande do Sul*, escrito pelo chefe de Polícia do Estado Aurélio da Silva Py e publicado em 1942. Ambas publicações, acima de tudo, visavam legitimar as ações das autoridades policiais, apresentando provas que comprovavam a existência do “inimigo” e os riscos que ele representava a unidade e a segurança nacional. Nesse período, o “inimigo” era costumeiramente chamado ou de “nazista” ou de “quinta-coluna” (termo que designava agentes inimigos que, disfarçados entre a população, praticavam sabotagem, faziam propaganda contra o Brasil e divulgavam notícias falsas¹⁰¹). No que se refere ao recém citado livro publicado por Aurélio da Silva Py, todos os casos apresentados referem-se a alemães e descendentes e suas supostas ligações com o nazismo, o que comprova que eles eram mesmo os mais visados pelas autoridades policiais.¹⁰²

No entanto, foi mesmo a partir do início de 1942, após navios brasileiros começarem a ser afundados por submarinos alemães e italianos, que a repressão contra imigrantes e descendentes foi intensificada. Não apenas no Rio Grande do Sul, mas em todo o Brasil. Os imigrantes e descendentes dos países do Eixo foram os mais visados, ficando sujeitos a prisões sem justa causa, restrições à liberdade individual, apreensões de materiais (livros, revistas, jornais, documentos, etc.) e a toda uma gama de hostilidades e intimidações. Além disso, através do decreto-lei nº 4.166, de 11 de março de 1942, o governo federal dispôs sobre as indenizações devidas por “atos de agressão”, que permitiu ao Brasil tornar responsáveis pelas perdas humanas e materiais sofridas em decorrência dos ataques aos navios brasileiros não apenas os países do Eixo, mas também seus cidadãos. De acordo este decreto-lei, “os bens e os direitos dos cidadãos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas e jurídicas”, passariam a responder pelos

¹⁰⁰ FAY, Cláudia Musa. *Aviação Comercial na América do Sul (1920-1941)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, 1990. p. 83-94.

¹⁰¹ Credita-se a criação do termo “quinta-coluna” ao general espanhol Francisco Mora, por ocasião da conquista de Madri, em 1939, sitiada por quatro colunas, referindo-se aos colaboradores que se achavam na cidade como “quinta-coluna”. FLORES, Moacyr. Op. Cit. p. 505.

¹⁰² PY, Aurélio da Silva. *A Quinta-Coluna no Brasil: a conspiração nazi no Rio Grande do Sul*. Ed. Globo, 1942.

eventuais prejuízos do Estado brasileiro. Estes incluíam os de todas as “pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, domiciliadas ou residentes no Brasil”.¹⁰³

Após o início dos afundamentos de navios brasileiros, a simples utilização de uma língua estrangeira em público tornou-se um ato passível de prisão. Em junho de 1942, o Consulado da Espanha em Porto Alegre, que passou a defender os interesses da Alemanha no Rio Grande do Sul após o Brasil romper relações diplomáticas e comerciais com os países do Eixo, encaminhou um ofício à secretaria do interior do estado denunciando uma série de abusos praticados pelas autoridades policiais gaúchas contra os alemães. Em uma delas, o Consulado da Espanha em Porto Alegre apresentou o caso do alemão Karl Friedrich Közle, de 57 anos:

Afirma [Karl Friedrich Közle] que chegou a Porto Alegre, procedente de Santa Catarina, a 18 de janeiro [de 1942], a procura de trabalho. A 24 do mesmo mês perguntou em alemão a um senhor na rua Voluntários da Pátria o endereço da Fábrica Lindau. Esse senhor, que era da polícia secreta, o prendeu por falar alemão, afirmando o declarante falar com dificuldade o português. Foi internado na Casa de Correção e libertado em 10 de junho [de 1942]. Declara não haver pertencido a nenhum partido político.¹⁰⁴

Ainda sobre a fala de idiomas estrangeiros, esse mesmo ofício também informou que no interior do Rio Grande do Sul, pessoas flagradas falando alemão eram, muitas vezes, forçadas pelas autoridades policiais a pagar propina, sob a ameaça de prisão.¹⁰⁵

Outro caso apresentado pelo Consulado da Espanha em Porto Alegre foi o do alemão Frederico Patro, que teria falecido por falta de assistência médica na Colônia Penal Agrícola Daltro Filho, uma espécie de campo de concentração para onde eram mandados os presos políticos, localizada em Charqueadas:

Segundo declarações feitas separadamente em dias distintos por detidos postos em liberdade, achava-se internado na Colônia Penal Daltro Filho o Sr. Patro, gerente do Banco Pfeiffer em Venâncio Aires. Adoeceu na prisão e permaneceu alguns dias na enfermaria, mas sem melhora razoável foi reconduzido a sua cela. Seu estado ia-se agravando até não poder abandonar o leito, permanecendo vários dias sem receber assistência nem outra coisa que lhe era alcançada por outros detidos. Quando seu estado era desesperador, na quarta-feira, 20 de maio [de 1942], foi novamente conduzido à enfermaria e na madrugada de quinta-feira foram chamados dois Pastores para assisti-lo.¹⁰⁶

¹⁰³ SEITENFUS. Ricardo. Op. Cit. p. 314.

¹⁰⁴ *Documentação dos Governantes*. Maço 158.

¹⁰⁵ *Ibidem*.

¹⁰⁶ *Ibidem*.

Contrariando as informações do Consulado da Espanha em Porto Alegre, o inquérito policial sobre esse último caso – bastante suspeito – concluiu que Frederico Patro morreu de causas naturais.¹⁰⁷ Apesar da Colônia Penal Agrícola Daltro Filho ser considerada uma prisão padrão em termos de infra-estrutura, pouco se sabe sobre o tratamento dispensado aos presos políticos. O certo é que eles recebiam um tratamento diferenciado em relação aos presos comuns. Quanto à possíveis atos de agressão contra presos políticos, Cordeiro de Farias, como já foi visto, afirmou em suas memórias que, sempre que necessário, eram utilizadas “medidas enérgicas” contra os considerados “‘cabeças’ da infiltração nazista”.¹⁰⁸ Em outra passagem de suas memórias, deixou subtendido que, durante um interrogatório com “elementos nazistas”, conseguiu confissões por meio de tortura: “Não me perguntem quais os processos usados para que eles confessassem. A verdade é que confessaram”.¹⁰⁹ Além Frederico Patro, mais quatro mortes de presos políticos alemães foram catalogadas no Rio Grande do Sul durante a guerra.¹¹⁰

Além das prisões, os imigrantes e descendentes dos países do Eixo ainda tiveram muitas de suas liberdades individuais restringidas. Em outubro de 1942, logo após o Brasil declarar guerra à Alemanha e Itália, Mário Totta, presidente do Conselho Regional de Desportos do Estado do Rio Grande do Sul, estabeleceu que “os súditos dos países com os quais o Brasil esta[va] em guerra não pode[riam] tomar parte em qualquer competição, bem como continuar como sócios das associações esportivas”.¹¹¹

Em dezembro de 1942, após a entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados, o chefe de Polícia do Estado Aurélio da Silva Py, reiterou que os “súditos” dos países do Eixo que desejassem deslocar-se pelo Rio Grande do Sul ou para fora do estado deveriam, obrigatoriamente, portar “salvo-conduto”. Este documento poderia ser adquirido nas delegacias de polícia, sendo vedado a todos os “súditos” do Eixo que tivessem antecedentes policiais de natureza política. Tentando explicar os motivos pelos quais foi adotado o “salvo-conduto” no estado, Aurélio da Silva Py afirmou que “o direito democrático de locomoção constitui uma das liberdades fundamentais dos cidadãos”. No entanto, “em épocas anormais”, o “direito de locomoção deve sofrer restrições”. Isso porque “a sobrevivência de todas as demais liberdades que tornam a

¹⁰⁷ Ibidem.

¹⁰⁸ CAMARGO, Aspácia e GÓES, Walder de. Op. Cit. p. 278.

¹⁰⁹ Ibidem. p. 275.

¹¹⁰ GERTZ, René. *O Estado Novo...* Op. Cit. p. 177.

¹¹¹ *Correio do Povo*. 16/10/1942. p. 04.

vida digna de ser vivida, motivo principal da luta em que nos empenhamos contra o nazi-fascismo, implica em certas renúncias e sacrifícios”. Mais adiante, completa: “Essas restrições são importantíssimas porque, assim, o inimigo insidiosamente infiltrado em nosso meio fica privado de certos recursos com que melhor articularia a traição e a espionagem”.¹¹²

Estrangeiros de outras nacionalidades e brasileiros natos estavam livre do porte do salvo-conduto. No entanto, foi exigido que os primeiros passassem a portar Carteira Modelo 19 (carteira de identificação de estrangeiros no Brasil), e os segundos a carteira de identidade.¹¹³ Aliás, credita-se a esse período a difusão do porte da carteira de identidade entre os brasileiros.

Os ataques de submarinos alemães e italianos a navios brasileiros, que tiveram início em fevereiro de 1942, também fizeram com que os atos de hostilidade e intimidação contra imigrantes e descendentes dos países do Eixo, que até então se restringiam às autoridades públicas, começassem a ser praticados pela população de uma forma geral.

No mês de março de 1942, após chegar à notícia sobre os afundamentos dos navios brasileiros *Arabutan* (7 de março) e *Cairú* (8 de março), uma onda de revolta tomou conta do Rio Grande do Sul. Além destes dois navios, outros três já haviam sido afundados no mês anterior: o *Buarque* (16 de fevereiro), *Olinda* (18 de fevereiro), *Cabedelo* (25 de fevereiro).

Na noite de 13 de março, na cidade de São Leopoldo, berço da imigração alemã no Brasil, manifestantes reunira-se na Praça Centenário, no centro da cidade, e depredaram o monumento em homenagem ao imigrante alemão (inaugurado em 1924 durante as comemorações do centenário de imigração alemã no Brasil). Primeiro, os manifestantes retiraram a placa do monumento. Na seqüência, cortaram a cabeça da estátua que simbolizava o imigrante alemão. Chamada ao local, a polícia tratou de dispersar a multidão. No entanto, depois que os policiais foram embora, os manifestantes retornaram a Praça Centenário e arrancaram o resto da estátua do monumento. Após arrastá-la por vários metros até a ponte mais próxima, atiraram-na no Rio dos Sinos aos gritos de “Viva o Brasil” e “Abaixo Hitler e o nazismo”.¹¹⁴ No mês

¹¹² Idem. 20/12/1942. p. 05.

¹¹³ Ibidem.

¹¹⁴ Idem. 15/03/1942. p. 05.

seguinte, em 21 de abril, a Praça Centenário foi rebatizada com o nome de Praça Tiradentes.¹¹⁵

Em Porto Alegre, a noite do dia 13 também foi de grande agitação. Nessa data, ocorreram as primeiras manifestações públicas contra os países do Eixo na capital gaúcha. No Quarto Distrito, situado na zona norte de Porto Alegre, os moradores saíram às ruas e, como protesto, arrancaram as placas de cinco vias cujos nomes prestavam homenagem aos países do Eixo, rebatizando-as com os nomes dos navios brasileiros afundados até aquele momento. Até mesmo o pai do presidente Getúlio Vargas foi homenageado. Assim, a Avenida Veneza acabou virando Avenida Buarque, a Avenida Napolitana virou Avenida Olinda, a Rua Italiana virou Rua Arabutan, a Avenida Germânia virou Avenida Cairú e a Avenida Berlin virou Avenida general Nascimento Vargas.¹¹⁶ Quatro dessas mudanças permanecem até os dias de hoje, como é o caso da Avenida Buarque, Avenida Olinda, Rua Arabutan e Avenida Cairú.¹¹⁷

A noite seguinte, do dia 14 de março, também foi de manifestações em Porto Alegre. As ruas do centro da capital gaúcha foram tomadas por manifestantes, que protestavam contra aquilo que consideravam “uma guerra traiçoeira contra a América”. Depois das 23 horas, um grupo de manifestantes tentou depredar estabelecimentos de “súditos” do Eixo. As sedes do Banco Alemão-Transatlântico e do Banco Pfeiffer tiveram as suas placas arrancadas. Já o Café A, B C, tradicional ponto de encontro de alemães, e a sede do jornal *A Nação*, acusado de ser um difusor do nazismo, sofreram ameaça de invasão. No entanto, a polícia interveio e dispersou os manifestantes, impedindo que os atos depredatórios fossem adiante.¹¹⁸

À medida que o tempo passava e que se intensificavam os ataques de submarinos alemães e italianos a navios brasileiros, se intensificavam também as manifestações públicas contra o Eixo. Em 3 de junho de 1942, a Liga de Defesa Nacional organizou um grande comício popular em repúdio ao Eixo em Porto Alegre. Segundo Jorge Braga Pinheiro, orador da entidade no Rio Grande do Sul, tratava-se de “um protesto pelo afundamento de nossos navios mercantes e de solidariedade ao governo da república”. O local escolhido para a realização do comício foi a Praça da

¹¹⁵ GERTZ, René. *O perigo alemão...* Op. Cit. p. 69.

¹¹⁶ *Correio do Povo*. 14/03/1942. p. 05.

¹¹⁷ Todas essas quatro mudanças promovidas pela população foram ratificadas pela prefeitura municipal através do decreto-lei nº 139, de 20 de novembro de 1942. FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1988. p. 42, 90, 87, 291.

¹¹⁸ *Correio do Povo*. 15/03/1942. p. 05.

Matriz, de onde uma multidão acompanhou os discursos de diversas autoridades públicas proferidos de um palanque montado em frente ao Palácio Piratini.¹¹⁹

Já em 25 de julho de 1942, foi à vez dos estudantes porto-alegrenses promoverem uma grande manifestação “antitotalitária” em repulsa ao Eixo, exatamente na mesma data em que, até o ano de 1937, se costumava comemorar a chegada dos primeiros imigrantes alemães a São Leopoldo.¹²⁰ Milhares de manifestantes saíram às ruas do centro da capital gaúcha carregando bandeiras nacionais, cartazes com caricaturas dos chefes de estado dos países do Eixo e faixas com as legendas: “Viva o Brasil”, “Viva Getúlio Vargas”, “Abaixo a quinta-coluna”, “Tudo contra o fascismo”, “Osvaldo Aranha, campeão da democracia”, “Não compreendemos a vida sem democracia”, “Pelo Brasil e pela democracia”, entre outras.¹²¹

Essas manifestações públicas realizadas em Porto Alegre violavam as regras gerais da neutralidade brasileira baixadas pelo governo federal logo após o início da Segunda Guerra Mundial, que proibiam as “apreciações ofensivas contra países estrangeiros, suas formas de governo, seus chefes de estado e altas personalidades”.¹²² Afinal, até aquele momento, apesar dos ataques aos navios brasileiros, o Brasil ainda mantinha-se neutro diante do conflito. No entanto, à medida que os ataques se intensificaram, as regras gerais da neutralidade brasileira passaram a ser ignoradas, dado o grande número de manifestações públicas contra os países do Eixo realizadas em diversos pontos do país. Em Porto Alegre, inclusive, as próprias autoridades públicas participavam das manifestações. Durante o já citado comício organizado pela Liga de Defesa Nacional em repúdio ao Eixo, por exemplo, o próprio interventor federal Cordeiro de Farias, além de ceder toda à frente do Palácio Piratini para a construção de um palanque, ainda proferiu um discurso parabenizando a iniciativa.¹²³

Outra questão a ser debatida é o conteúdo dessas manifestações públicas, que, além de condenar os ataques aos navios brasileiros, também criticava os regimes políticos “totalitários” dos países do Eixo, muito semelhantes ao Estado Novo de Getúlio Vargas. No entanto, por mais paradoxal que possa parecer, as críticas restringiam-se ao nazismo alemão e aos fascismos italiano e japonês, sem atingir o regime político brasileiro. Nesse sentido, a recém citada manifestação “antiautoritária”

¹¹⁹ Idem. 04/06/1942. p. 05.

¹²⁰ GERTZ, René. *O Estado Novo...* Op. Cit. p. 175.

¹²¹ *Correio do Povo*. 26/07/1942. p. 05.

¹²² *Documentação dos Governantes*. Maço 132.

¹²³ *Correio do Povo*. 04/06/1942. p. 02.

organizada pelos estudantes porto-alegrenses pode não fazer sentido nos dias de hoje. No entanto, como bem destacou a historiadora Mônica Velloso, o discurso difundido pelo governo federal durante o Estado Novo fazia com que muitos brasileiros não acreditassem viver em uma ditadura, mas sim em uma “democracia”. Não em uma “democracia liberal”, como a inglesa e a norte-americana, mas em uma “democracia autoritária”, com um poder executivo forte, capaz de determinar os rumos da política nacional sem as interferências do individualismo excessivo e do partidarismo político.¹²⁴ Oliveira Vianna, um dos mais importantes ideólogos do Estado Novo, chegou a defender que a democracia “pode perfeitamente realizar-se sem eleições e mesmo sem eleitores”.¹²⁵

As manifestações “antitotalitárias” só passaram a se voltar também contra o regime político brasileiro após a entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados. A partir de então, a aproximação com os Estados Unidos e com a Inglaterra e, conseqüentemente, com os princípios da “democracia liberal”, fizeram com que o Estado Novo passasse a ser associado aos regimes políticos “totalitários” dos países do Eixo. Assim, estabeleceu-se o já citado paradoxo apontado pelo historiador Ricardo Seitenfus, ou seja, “Getúlio combate oficialmente contra o Eixo pela liberdade e democracia, ao mesmo tempo em que mantém o país sob um regime ditatorial”.¹²⁶

Todas as manifestações em repúdio ao Eixo ocorridas em Porto Alegre entre março e julho de 1942, porém, não passaram de ensaios para uma manifestação de maiores proporções. Tudo porque, a partir de agosto de 1942, os ataques de submarinos alemães e italianos, que até então se concentravam em navios comerciais, afundados longe do litoral brasileiro, passaram a se concentrar em navios de transporte de passageiros, afundados próximo ao litoral brasileiro. Como resultado, aumentou consideravelmente o número de vítimas fatais. Como já foi visto, em 15 de agosto, teve início a mais sangrenta onda de ataques, quando foram afundados, no litoral do Sergipe,

¹²⁴ Segundo Ângela de Castro Gomes, no discurso difundido pelo governo federal durante o Estado Novo, “o sentido verdadeiro da democracia não é político, mas social [...]. A própria idéia de política é revisitada, uma vez que passa a significar a intervenção técnica do governo na resolução da questão social, na integração do povo aos destinos do país. É esta dimensão que torna o estado brasileiro democrático – voltado para o povo em termos de suas necessidades naturais e espirituais. É igualmente esta dimensão que, além de afastá-lo do liberalismo, o distingue das experiências totalitárias, apenas preocupadas com o lado puramente material do homem. A democracia autoritária é uma nova forma de estado, humano e protetor”. GOMES, Ângela Maria de Castro. *O redescobrimento do Brasil*. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982. p. 146.

¹²⁵ OLIVEIRA VIANNA, Francisco José. *O Idealismo da Constituição*. Rio de Janeiro: Terra do Sol, 1927. p. 90.

¹²⁶ SEITENFUS, Ricardo. Op. Cit. p. 317.

os navios *Baependi* (270 mortos) e *Araraquara* (131 mortos). No dia seguinte, na mesma região, foi afundado o navio *Aníbal Benévolo* (150 mortos). Já em 17 de agosto, no litoral da Bahia, foram afundados os navios *Itagiba* (39 mortos) e o *Arará* (20 mortos), e, dois dias mais tarde, o *Jacira* (nenhum morto).¹²⁷

Os ataques aos navios brasileiros no mês de agosto revoltaram ainda mais os brasileiros, que exigiam uma resposta à altura do governo federal. Em praticamente todo o Brasil foram registradas manifestações públicas. No Rio Grande do Sul, as cidades de Bagé, Santa Maria, Rio Pardo, Montenegro e São Leopoldo foram palcos de grandes comícios em repúdio ao Eixo.¹²⁸ Em Passo Fundo, a Liga Nacionalista da Juventude Brasileira organizou em praça pública um enforcamento simbólico de Hitler, Mussolini e outros camaradas.¹²⁹ Em Rio Grande e Pelotas, foram atacados estabelecimentos comerciais, hotéis, casas de diversão e até mesmo residências particulares de alemães e italianos.¹³⁰ Em Porto Alegre, como já foi visto, ocorreu o mesmo. Nos dias 18 e 19 de agosto, manifestantes saíram às ruas da capital gaúcha atacando e depredando tudo o que fazia referência aos países do Eixo.

As manifestações em Porto Alegre começaram na manhã do dia 18 de agosto, depois que os jornais matutinos chegaram às bancas trazendo as últimas notícias sobre os afundamentos dos navios brasileiros. As informações sobre a violência dos ataques e sobre o grande número de vítimas fatais indignaram os porto-alegrenses. A todo o momento, oradores populares tomavam a palavra para condenar “os crimes traiçoeiros cometidos pela pirataria do Eixo”. Com o passar do tempo, cada vez mais pessoas aderiam à manifestação. Durante a tarde, uma grande passeata pelas principais ruas do centro da capital gaúcha foi realizada, com paradas e discursos em frente às sedes da Liga de Defesa Nacional e da Repartição Central de Polícia, além do Palácio Piratini e da redação do *Correio do Povo*.

As manifestações, até então pacíficas, descambaram para a violência no início da noite, quando os manifestantes mais exaltados deram início às depredações. Segundo escreveu o *Correio do Povo*: “Foram tantas as casas atingidas que a nossa reportagem, apesar do esforço desenvolvido, não conseguiu relacioná-las, porém são quase todas, senão todas as que trazem nomes ou designações germânicas ou italianas”. Os

¹²⁷ SANDER, Roberto. Op. Cit. p. 97.

¹²⁸ *Diário de Notícias*. 19/08/1942. p. 08.

¹²⁹ *Revista do Globo*. Ano XIV, nº 326, 12/09/1943. p. 33.

¹³⁰ *Ibidem*. p. 34.

manifestantes justificavam as depredações com a seguinte frase: “Eles matam e nós só estamos quebrando”.¹³¹

Em meio às depredações, o interventor federal Cordeiro de Farias, acompanhado do chefe de polícia do estado Aurélio da Silva Py e outras autoridades públicas, saiu às ruas do centro de Porto Alegre para pedir calma aos manifestantes, dizendo que todos deveriam confiar em uma resposta enérgica do governo federal. No entanto, não tomou nenhuma medida para acabar com os atos de vandalismo, como se não os reprovasse. O próprio Aurélio da Silva Py, alguns dias depois, culpou as próprias vítimas pelos incidentes: “Porque acima de nossos ombros está agindo o quinta-colunismo, procurando incompatibilizar o governo com o povo, excitando a massa agitada a praticar depredações”.¹³² Se durante as manifestações de março de 1942 a polícia interveio e impediu as depredações, nessa oportunidade, nada fez para conter os atos de vandalismo. Assim, os estabelecimentos de alemães, italianos e descendentes tornaram-se presas fáceis da fúria dos manifestantes.

Nem mesmo estabelecimentos comerciais já tradicionais de Porto Alegre foram poupados pelos manifestantes. A Casa Guaspari, conceituada loja de roupas localizada na Avenida Borges de Medeiros, no centro da capital gaúcha, teve seus vidros quebrados, suas dependências invadidas e seus produtos jogados no meio na rua. Já a Casa Lira, que vendia perfumes, utensílios femininos e jóias, localizada na Rua dos Andradas, também no centro, foi completamente arrasada. Reinaldo Langer, proprietário da loja, “que era tido como um dos mais fortes adeptos do Eixo”, ao perceber que os manifestantes se preparavam para depredá-la, teria gritado: “Viva a Alemanha”. Pela ação, foi espancado, só escapando do linchamento público após a intervenção da polícia.¹³³ Essa agressão comprova que os atos de violência não se restringiram apenas aos bens materiais, mas também à integridade física dos alemães, italianos e descendentes.

A sede da Sociedade Germânia, localizada no bairro Moinhos de Ventos, foi um dos locais mais castigados pelos manifestantes, que invadiram o edifício, retiraram todos os móveis e os queimaram no meio da rua. Já a sede da Sociedade Ginástica Porto Alegre (SOGIPA), que ficava na Avenida Alberto Bins, foi toda depredada.¹³⁴ Meses antes, em abril de 1942, o clube havia trocado de nome, deixando de se chamar Turner-

¹³¹ *Diário de Notícias*. 19/08/1942. p. 08.

¹³² *Correio do Povo*. 23/08/1942.

¹³³ *Idem*. 19/08/1943. p. 02.

¹³⁴ *Ibidem*.

bund para evitar as associações com a Alemanha.¹³⁵ No entanto, a SOGIPA continuava sendo reconhecida pela população como o clube dos alemães. A indústria Renner, localizada no Quarto Distrito, apenas não foi alvo dos manifestantes porque a polícia prontamente guarneceu suas instalações.¹³⁶ Não há registro de que o Hospital Moinhos de Vento, que meses antes havia deixado de se chamar de Hospital Alemão, tenha sido depredado, o que indica um respeito por parte dos manifestantes com os enfermos lá internados.

Até a madrugada do dia 19, cinco pessoas, entre manifestantes e proprietários de estabelecimentos comerciais, haviam sido atendidas na Assistência Pública com ferimentos em decorrência das manifestações.¹³⁷

As depredações em Porto Alegre tiveram prosseguimento na manhã do dia 19 de agosto. A notícia de que o médico gaúcho Carlos Azambuja, filho de um antigo chefe político de Bagé, estava entre as vítimas do navio *Araraquara* indignou ainda mais os manifestantes. Assim, logo cedo, os estabelecimentos comerciais de alemães, italianos e de descendentes voltaram a ser atacados. Mais uma vez, o interventor federal Cordeiro de Farias dirigiu-se aos manifestantes pedindo calma. No entanto, permaneceu sem anunciar nenhuma medida para acabar com depredações. De uma das janelas de seu gabinete no Palácio Piratini, proferiu o seguinte discurso:

Como vós, estou vivamente indignado pela covarde e desumana agressão que roubou tantas vidas à comunhão brasileira. Mas, nossa justa indignação não autoriza que destruamos o que é nosso. Sim, meus amigos, mesmo quando se está destruindo bens e propriedades de súditos das nações do Eixo, o que realmente está sendo feito é a depredação de bens e propriedades já sob confisco para compensar os prejuízos que nos foram causados. As pensões que irão receber as famílias dos nossos soldados e marinheiros, tão traiçoeiramente assassinados, vão sair da riqueza acumulada na nossa terra pródiga pelos nacionais das potências agressoras. Destruir essa riqueza será, assim, destruir o nosso próprio patrimônio.¹³⁸

¹³⁵ FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre...* Op. Cit. p. 392.

¹³⁶ *Correio do Povo*. 20/08/1943. p. 03.

¹³⁷ Eram eles: Valdemar Guimarães, colegial, 18 anos de idade, residente do apartamento nº 81 do Clube do Comércio, com um ferimento inciso profundo na perna esquerda; Nei Pereira, colegial, 14 anos de idade, residente da rua Riachuelo nº 572, com um ferimento contuso na cabeça; Antonio Alves dos Santos, garçom do “Café Nacional”, 25 anos de idade, residente da rua Múcio Teixeira nº 938, com um ferimento contuso na cabeça; Henrique Hocsmann, comerciário, 32 anos de idade, residente no Hotel Majestic, com um ferimento contuso na cabeça; e Antonio Martins, comerciário, 35 anos de idade, residente da rua Jerônimo Coelho nº 46, com um ferimento inciso no braço esquerdo. *Diário de Notícias*. 19/08/1942. p.08.

¹³⁸ *Correio do Povo*. 20/08/1943. p. 03.

Nem mesmo esse novo enfoque dado pelo interventor federal, de que a destruição dos estabelecimentos dos “súditos” dos países do Eixo significava a destruição do próprio patrimônio nacional, conteve os manifestantes. Somente no começo da tarde do dia 19 de agosto as depredações tiveram fim em Porto Alegre, depois que o Exército saiu às ruas da capital gaúcha dispersando os manifestantes e guarnecendo os estabelecimentos comerciais. Passaram também a ser proibidos os comícios, passeatas, reuniões públicas, etc. À noite, às 22 horas, foi estabelecido um toque de recolher, sendo proibida a circulação de pessoas na rua depois desse horário, exceto para os que exerciam atividade profissional durante a noite e madrugada.¹³⁹

Por muito tempo os acontecimentos dos dias 18 e 19 de agosto de 1942 repercutiram na sociedade gaúcha. Nos dias seguintes as depredações, alguns dos estabelecimentos comerciais destruídos pelos manifestantes, através de propagandas nos jornais, vieram a público reivindicar o estatuto de firmas brasileiras, sem vínculos com a Alemanha ou Itália, a não ser, na maioria dos casos, o nome. A Casa Guaspari, por exemplo, garantiu ser “firma brasileira, nos termos da legislação em vigor”, e “que as atividades e trabalhos da firma [eram] sempre inspiradas no propósito patriótico de bem servir a coletividade e de contribuir para o progresso e o engrandecimento do patrimônio do estado e da nação”.¹⁴⁰ A firma Jorge Thofehn & Cia. comunicou “ao distinto público da capital e do interior” que era “constituída exclusivamente de sócios brasileiros natos, encontrando-se entre eles 4 reservistas”.¹⁴¹ Já os irmãos Pianca, proprietários das salas de cinema Vera Cruz, Capitólio e Ipiranga, todas elas depredadas durante as manifestações, só voltaram a reabri-las alguns dias depois, com exhibições do filme “O Grande Ditador”. Boa parte das rendas dessas exhibições foi revertida às famílias que tiveram parentes mortos nos ataques aos navios brasileiros. Com esse ato, os irmãos Pianca, de origem italiana, buscavam melhorar a imagem e readquirir a credibilidade de suas salas de cinema diante da população.¹⁴²

Os acontecimentos dos dias 18 e 19 de agosto de 1942 também repercutiram na cúpula do governo estadual. Parece que Cordeiro de Farias não teria ficado satisfeito com a intervenção do Exército para por fim às depredações em Porto Alegre, que eram a culminância da “Campanha de Nacionalização”, intimamente ligada a sua figura. Não há como esquecer que Cordeiro de Farias, em nenhum momento, tomou medidas para

¹³⁹ Ibidem.

¹⁴⁰ Idem. 21/08/1942. p. 01

¹⁴¹ Ibidem. p. 05.

¹⁴² SOARES, Eduardo de Souza. Op. Cit. p. 97-98.

colocar um fim às depredações, como se, de alguma forma, as aprovasse. Nesse sentido, a intervenção do Exército teria ocorrido à revelia do interventor federal. A historiadora Andréa Petry considera como prova dessa insatisfação um telegrama enviado por Cordeiro de Farias ao presidente Getúlio Vargas em 22 de agosto de 1942, poucos dias após as depredações, em que pedia demissão do governo do estado.¹⁴³ Nele, o interventor federal não faz nenhuma referência às depredações. Apenas manifesta o desejo de voltar às fileiras do Exército, no momento em que o Brasil estava prestes a declarar guerra à Alemanha e Itália:

Em meu nome e no nome de todos os oficiais que servem disposição nessa interventoria, venho expressar eminente chefe da nação nosso desejo de retornar as fileiras do Exército Nacional para mais diretamente na grave emergência que atravessamos servir vossa excelência bem servindo ao Brasil.¹⁴⁴

Em suas memórias, Cordeiro de Farias também deixa expresso o desejo afirmado no telegrama: “Eu queria ir para a guerra; era a alma do soldado que o exigia”.¹⁴⁵ O pedido, porém, não foi aceito de imediato. Cordeiro de Farias ficou mais um ano no cargo de interventor federal do Rio Grande do Sul, deixando-o apenas em 11 de setembro de 1943, para ser incorporado à FEB. Para o seu lugar, o presidente Getúlio Vargas nomeou seu primo, Ernesto Dorneles, que logo deu sinais de abrandamento da “Campanha de Nacionalização” no Rio Grande do Sul, ao substituir o chefe de Polícia do Estado Aurélio da Silva Py, um dos principais mentores da repressão contra imigrantes e descendentes dos países do Eixo, por Darci Vignoli.¹⁴⁶ Já Coelho de Souza, secretário de Educação e responsável pela “nacionalização” do ensino, foi mantido no cargo por mais tempo, deixando-o apenas em março de 1945, em solidariedade ao seu diretor-geral da Secretaria de Educação, Caio Bueno, que se demitiu do cargo após suas determinações terem sido desrespeitadas por Florinda Tubino Sampaio, diretora do Instituto de Educação.¹⁴⁷

¹⁴³ PETRY, Andréa. “*É o Brasil gigante, liberto do estrangeiro, uno, coeso e forte, o Brasil do brasileiro!...*” *Campanha de Nacionalização no Estado Novo*. Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo: Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos, 2003. p. 79. Citado por: GERTZ, René. *O Estado Novo...* Op. Cit. p. 33-34.

¹⁴⁴ *Documentação dos Governantes*. Maço 149.

¹⁴⁵ CAMARGO, Aspácia e GÓES, Walder de. Op. Cit. p. 293.

¹⁴⁶ GERTZ, René. *O Estado Novo...* Op. Cit. p. 35.

¹⁴⁷ Sobre esse assunto, ver: ABREU, Luciano Aronne. Op. Cit. p. 283-284.

Sobre os abusos ocorridos contra imigrantes e descendentes, em setembro de 1947, o procurador João Bonumá apresentou um processo com 12 quilos de papel, denunciando 52 autoridades policiais da época da Segunda Guerra Mundial. A acusação foi de “peculato doloso e culposo”, por apreensão de objetos “que nenhuma relação tinham com a finalidade das diligências, tais como objetos de arte, máquinas de escrever, livros científicos, coleções de selos, rádios, e até jóias e dinheiro, cujo destino foi desviado, em benefício próprio e a terceiros”. Este assunto tomou conta das páginas tanto do *Correio do Povo* como do *Diário de Notícias*. Em outubro de 1947, o Tribunal de Justiça do Estado alegou não poder aceitar a denúncia, porque os fatos teriam ocorrido sob condições especiais – o estado de guerra –, motivo pelo qual o tribunal não se considerava competente para julgar o caso.¹⁴⁸

Também em 1947, o comerciante Gottlieb Meyer, através do advogado José Urbano Feyh, ingressou na Justiça contra o estado pedindo indenização pelos prejuízos sofridos em 1942. Teve ganho de causa em primeira instância. O estado recorreu, mas a sentença anterior foi confirmada.

Como esses dois casos, muitos outros devem ter tramitado pela justiça. Com certeza, a maior dificuldade encontrada pelos que processaram o estado era a falta de provas, já que vários incêndios, provavelmente propositais, destruíram todos os locais em que havia documentação de origem policial do período da guerra.¹⁴⁹

¹⁴⁸ GERTZ, René. *O Rio Grande do Sul...* Op. Cit.

¹⁴⁹ *Ibidem*.

Capítulo 2 – A guerra e as dificuldades de exportação e importação: impactos em Porto Alegre

2.1 – A guerra nos mares e suas conseqüências

“Inglaterra prepara o bloqueio econômico do Reich”. Esta manchete publicada nas páginas do *Correio do Povo* em 7 de setembro de 1939, encabeçava uma reportagem sobre as primeiras medidas tomadas pelo governo inglês após declarar guerra à Alemanha, 4 dias antes. Entre elas, destacavam-se a criação do Ministério da Guerra Econômica e o bloqueio naval do Oceano Atlântico à navegação alemã, que tinham o objetivo de “desorganizar a economia do inimigo, de maneira a impedi-lo de fazer guerra eficientemente”. A partir de então, todas as embarcações alemãs ou com destino à Alemanha, em trânsito pelo Oceano Atlântico, fossem elas comerciais ou de guerra, seriam detidas pela Marinha de Guerra da Inglaterra.¹⁵⁰

Provavelmente, essa notícia tenha sido tão ou mais impactante para determinados setores da economia gaúcha do que a própria notícia sobre o início da guerra na Europa, uma semana antes. Especialmente para os setores ligados ao comércio externo. Isso porque a Alemanha era o principal mercado comprador de produtos gaúchos. Amparados pelos acordos bilaterais de “compensação” assinados com o governo brasileiro, os alemães adquiriam no Rio Grande do Sul, principalmente, couros, banha, fumo, arroz, madeira e lã.¹⁵¹ No entanto, após o início da guerra e do bloqueio naval do Oceano Atlântico, o mercado alemão começou a ser gradativamente perdido. Tanto que no final de 1939, entre os meses de agosto e novembro, o valor das exportações do Rio Grande do Sul para a Alemanha já havia caído 90%.¹⁵² Diante desse contexto, um clima de pessimismo instaurou-se entre os exportadores gaúchos, tendo em vista que, com o desenvolvimento da guerra, o bloqueio naval do Oceano Atlântico tendia a se consolidar cada vez mais, inviabilizando o comércio com o mercado alemão.

Para se ter uma idéia do impacto da guerra e do bloqueio naval do Oceano Atlântico nas vendas externas gaúchas, basta dizer que, em 1938, a Alemanha adquiriu 19,8% do volume e 39,1% do valor total das exportações do Rio Grande do Sul. Em

¹⁵⁰ *Correio do Povo*. 07/09/1939. p. 12.

¹⁵¹ *Idem*. 30/12/1939. p.5.

¹⁵² *Ibidem*.

1939, ano que teve início à guerra e o bloqueio naval do Oceano Atlântico, as vendas para o mercado alemão baixaram para 18,7% do volume e 26,3% do valor total das exportações. No ano seguinte, a queda foi vertiginosa, com os percentuais descendo a 0,4% e 0,7%, respectivamente. Em 1941, já não houve comércio com a Alemanha. As embarcações comerciais alemãs já não conseguiram mais chegar aos portos gaúchos. Absolutamente nada foi vendido.¹⁵³

Indiscutivelmente, o principal mercado comprador de produtos gaúchos foi perdido. No entanto, à medida que diminuíram as exportações do Rio Grande do Sul para a Alemanha, aumentaram as exportações para a Inglaterra e para os Estados Unidos, dois outros importantes parceiros comerciais do estado. Em 1938, a Inglaterra adquiriu 9,1% do volume e 9,4% do valor total das exportações do Rio Grande do Sul. Em 1939, os percentuais subiram para 13,9% e 20,1%, respectivamente. Em 1940, a Inglaterra já se apresentava como o principal mercado comprador de produtos gaúchos, adquirindo 33,7% do volume e 52,1% do valor total. Em 1941, os percentuais já atingiam, respectivamente, 27,7% e 65,1%.¹⁵⁴

Os Estados Unidos também aumentou suas compras no Rio Grande do Sul após o início da guerra e do bloqueio naval do Oceano Atlântico. Em 1938, o mercado norte-americano adquiriu apenas 1,8% do volume e 7,1% do valor total das vendas externas gaúchas. Em 1939, os percentuais subiram para 6,9% e 16,5 e, em 1940, para 9,6% e 15,8%, respectivamente. Em 1941, as compras dos Estados Unidos no Rio Grande do Sul já atingiam 14,9% do volume e 24,1% do valor total das exportações.¹⁵⁵

Todo esse quadro pode ser verificado na Tabela 1 (página seguinte), que apresenta uma comparação das exportações do Rio Grande do Sul entre 1938 e 1941 para Alemanha, Inglaterra e Estado Unidos.

¹⁵³ *Orientação Econômica e Financeira*. Porto Alegre, ano I, nº 1, setembro de 1942. p.24.

¹⁵⁴ *Ibidem*.

¹⁵⁵ *Ibidem*.

Tabela 1: Exportações do Rio Grande do Sul à Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos (1938-1941).

Ano	Alemanha		Inglaterra		Estados Unidos	
	Volume (Toneladas)	Valor (Réis)	Volume (Toneladas)	Valor (Réis)	Volume (Toneladas)	Valor (Réis)
1938	45.583	90.335:781\$	20.934	21.726:945\$	4.315	16.410:049\$
1939	51.187	77.317:177\$	38.137	58.906:600\$	19.021	48.417:648\$
1940	1.149	2.683:971\$	80.983	187.869:346\$	23.099	57.033:107\$
1941	–	–	66.369	260.403:028\$	35.719	100.078:960\$

Fonte: *Orientação Econômica e Financeira*. Porto Alegre, ano I, nº 1, setembro de 1942. p.24.

Desse modo, a perda do mercado alemão acabou não sendo um desastre para a economia gaúcha como o esperado. Isso porque ele acabou sendo substituído pelos mercados inglês e norte-americano, que, após o início da guerra, buscaram com toda a sorte abastecer-se de matérias primas, vestuários e gêneros alimentícios no Rio Grande do Sul. Logo no mês de início da guerra, por exemplo, o governo inglês já havia se mostrado disposto a adquirir no estado “toda a carne disponível para a exportação, tanto congelada como frigorificada ou em conserva”.¹⁵⁶ Nesse sentido, os frigoríficos Swift, de Rio Grande, e Armour, de Santana do Livramento, resolveram incrementar a produção de carnes.

Além disso, como pode ser verificado na Tabela 1, ao mesmo tempo em que o Rio Grande do Sul perdia o mercado alemão, via aumentar os valores ganhos com as exportações para os mercados inglês e norte-americano. Em 1939, a soma total dos volumes exportados para Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos foi de 108.345 toneladas, enquanto a soma total dos valores adquiridos foi de 184.641:425 Rs (cento e oitenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e um contos e quatrocentos e vinte e cinco mil Réis). Dois anos mais tarde, em 1941, já sem o comércio com a Alemanha, apesar da soma total dos volumes exportados ter caído para 102.088 toneladas, à soma total dos valores adquiridos subiu para 360.481:998 Rs (trezentos e sessenta mil, quatrocentos e oitenta e um contos e novecentos e noventa e oito mil Réis). Nesse aspecto, a perda do mercado alemão e o aumento das exportações para Inglaterra e Estados Unidos trouxe benefícios aos exportadores gaúchos. Provavelmente, esta elevação de quase 100% nos valores adquiridos, mesmo havendo uma redução de 6% nos volumes exportados, não seria possível com a manutenção do comércio com a Alemanha. Isso porque, o

¹⁵⁶ *Documentação dos Governantes*. Maço 132.

comércio com a Alemanha, por ser regido por acordos bilaterais de “compensação”, possuía várias limitações. Muitas vezes, o Rio Grande do Sul tinha que se sujeitar aos valores pagos pelo mercado alemão pelos produtos gaúchos, temendo perdê-lo. Além disso, como forma de compensação às exportações, o estado se via obrigado a comprar não necessariamente o que precisava, mas sim o que a Alemanha quisesse vender.¹⁵⁷

Aliás, a questão abordada no parágrafo anterior, sobre a elevação dos valores adquiridos com as exportações, mesmo havendo diminuição dos volumes exportados, merece um destaque especial. Isso porque esta foi uma das principais características das exportações gerais do Rio Grande do Sul durante a Segunda Guerra Mundial. Enquanto o aumento dos valores adquiridos com as exportações deveu-se a valorização dos produtos produzidos no estado no mercado internacional – principalmente às carnes, que, entre 1939 e 1944, tiveram uma valorização de 160%¹⁵⁸ –, a diminuição dos volumes exportados deveu-se, sobretudo, ao bloqueio naval do Oceano Atlântico e aos combates em alto mar, que fizeram com que houvesse uma drástica redução na navegação de transporte de mercadorias. Os ataques de submarinos alemães e italianos aos navios brasileiros agravaram ainda mais essa situação.

Como pode ser verificado na Tabela 2 (logo abaixo), enquanto os volumes das exportações gerais do Rio Grande do Sul oscilaram bastante durante toda a guerra, alternando altas e baixas em relação ao ano anterior, os valores adquiridos subiram constantemente. Nesse aspecto, o ano de 1945 pode ser tomado como exemplo. Isso porque, no que se refere ao volume, foi o menor dos anos de guerra, 10% inferior ao exportado em 1939. Já no que se refere ao valor, foi o maior de todos, cerca de 200% superior ao valor adquirido com as exportações em 1939. Com um crescimento de valor nesta ordem, até mesmo as quedas nos volumes exportados puderam ser compensadas.

Tabela 2: Exportações gerais do Rio Grande do Sul (1939-1945).

Ano	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945
Volume (Toneladas)	822.031	874.735	790.445	918.896	832.242	905.348	740.822
Valor (Mil Cr\$)	907.478	1.029.828	1.205.222	1.628.433	1.853.142	2.591.491	2.707.397

Fonte: *Orientação Econômica e Financeira*. Porto Alegre, ano IV, nº 43, abril de 1946. p. 06.

¹⁵⁷ *Orientação Econômica e Financeira*. Porto Alegre, ano I, nº 1, setembro de 1942. p.25.

¹⁵⁸ Idem. Porto Alegre, ano III, nº 38, julho de 1945. p. 04.

Diante dos números expostos na Tabela 2, chega-se a conclusão que os setores ligados ao comércio externo no Rio Grande do Sul lucraram muito durante a Segunda Guerra Mundial. Tendo em vista a taxação dos lucros exorbitantes de determinados setores da economia brasileira durante a guerra que, em 24 de janeiro de 1944, o governo federal, através do decreto-lei nº 6.224, criou o Imposto sobre os Lucros Extraordinários, “para fazer frente às despesas decorrentes do Estado de Guerra”. Considerava-se lucro extraordinário todo aquele que excedesse em 50% a média de lucros de um em um biênio formado, à escolha do contribuinte, por quaisquer dos anos compreendidos entre 1936 e 1940. As firmas ou sociedades cujos balanços do ano anterior acusassem lucros inferiores a Cr\$ 100.000,00 ficavam isentas do imposto, assim como aquelas que aplicassem o dobro do valor do imposto na compra de “Certificados de Equipamento” ou na constituição de “Depósitos de Garantia”, tendo em vista a compra de máquinas para o reaparelhamento industrial do país.¹⁵⁹

Se a guerra e o bloqueio naval do Oceano Atlântico impuseram dificuldades a exportação de produtos gaúchos, impuseram dificuldades também a importação de uma série de produtos que o Rio Grande do Sul necessitava, tais como matérias-primas, produtos industrializados, máquinas para a agricultura e indústria, combustíveis, etc. Até o início da guerra, o mercado alemão, além de ser o principal comprador de produtos gaúchos, também fornecia cerca de 70% das importações do estado.¹⁶⁰ Se a Inglaterra e os Estados Unidos resolveram o problema das exportações do Rio Grande do Sul, o mesmo não fizeram com as importações, já que estes dois países, após o início da guerra, reduziram drasticamente as exportações de uma grande variedade de produtos, concentrando todos os seus esforços na produção de armamentos militares.

Segundo a historiadora Sandra Pesavento, de um modo geral, o setor industrial gaúcho registrou crescimento durante a Segunda Guerra Mundial, em função das dificuldades de importação. Até o início da guerra, predominavam no estado as chamadas “indústrias naturais”, de transformação de produtos alimentares. Por esse motivo, o Rio Grande do Sul era tido como o “celeiro” do Brasil, não com a conotação de ser apenas um exportador de gêneros alimentícios para o mercado brasileiro, mas também de produtos agropecuários já beneficiados.¹⁶¹ Após o início da guerra, esse quadro começou a sofrer algumas alterações. A partir de então, novas indústrias

¹⁵⁹ CARONE, Edgard. *A República Velha...* Op. Cit. p. 191-196.

¹⁶⁰ *Correio do Povo*. 28/01/1940. p. 02.

¹⁶¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História da Indústria Sul-Rio-Grandense*. Guaíba: Riocell, 1985. p. 78-79.

começaram a aparecer no estado. A maioria delas, voltadas à produção de produtos que o Rio Grande do Sul passou a ter dificuldades de importar. Indústrias já existentes também voltaram seus esforços a produção para o atendimento das necessidades do mercado interno.

Assim, em março de 1942, o químico húngaro Francisco Olyved solicitou às autoridades públicas locais registro para criação de uma indústria produtora de ácido oxálico, indispensável ao branqueamento e curtimento do couro. Torna-se desnecessário acentuar a importância desse empreendimento ao setor coureiro gaúcho, já que, anteriormente, quase todo o ácido oxálico era importado da Alemanha.¹⁶² Em outubro de 1944, o Laboratório Tenax, localizado em Porto Alegre, já produzia penicilina para o atendimento do mercado local e, até mesmo, para a exportação.¹⁶³ Não há como esquecer que a penicilina, descoberta em 1928, salvou a vida de milhares de soldados durante a Segunda Guerra Mundial. Também em 1944, no mês de junho, o governo estadual concedeu apoio oficial à criação de uma indústria cimento no Rio Grande do Sul.¹⁶⁴ Isso porque, inúmeras obras em todo o estado encontravam-se paralisadas devido à falta de cimento, que era praticamente todo importado. Em dezembro de 1943, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Porto Alegre havia enviado um telegrama ao presidente da república e ao interventor federal no estado solicitando uma “intervenção” das autoridades públicas no sentido que fosse “suprido o mercado local de cimento”, pois encontravam-se “milhares de operários da construção civil sem trabalho em virtude da falta de cimento para a construção de obras”. Mais adiante o telegrama relata: “É certo que mais de uma vez tem sido prejudicado o trabalho de construção em virtude da falta de transporte de cimento, porém nunca atingiu alarmante situação que atravessa atualmente”.¹⁶⁵

Em especial, o setor metal-mecânico gaúcho foi o que mais se beneficiou das dificuldades de importação impostas pela guerra, ocupando espaços tanto no fornecimento de máquinas como na reposição de peças. Nesse sentido, a indústria Schirmer se dedicou a produção de máquinas para olarias; a Menark, caldeiras de vapor, locomoveis, bombas centrífugas e axiais; a Becker, peças e componentes para máquinas; a Bins, máquinas para a transformação do tabaco; a De Antoni, a Gustavo

¹⁶² *Correio do Povo*. 11/03/1942. p. 05.

¹⁶³ *Idem*. 13/08/1944. p. 13.

¹⁶⁴ *Idem*. 16/04/1944. p. 08

¹⁶⁵ *Idem*. 21/12/1943. p. 10.

Cope e a Ernesto Kerber, máquinas para a indústria do couro a partir da cópia de modelos europeus.¹⁶⁶

A Renner, maior indústria de fiação e tecelagem do estado, também se viu obrigada a fabricar máquinas para ingressar na produção industrial de feltros técnicos. Durante a guerra, boa parte da indústria nacional passou a se suprir dos feltros Renner, que, por sua vez, utilizava matéria-prima inteiramente local (a lã gaúcha). Aliás, a Renner acumulou durante a guerra divisas suficientes para, findo o conflito, renovar toda a sua maquinaria no exterior.¹⁶⁷

Em 28 de setembro de 1942, logo após o Brasil declarar guerra à Alemanha e Itália, o governo federal, através do decreto-lei nº 4.750, que criou a Coordenação da Mobilização Econômica, determinou também que ficavam “mobilizados, a serviço do Brasil, todas as utilidades e recursos econômicos existentes no território nacional, seja qual for a sua origem, caráter, propriedade ou vínculo de subordinação”. Incluía-se na mobilização “o trabalho humano”.¹⁶⁸ Junto a esse decreto-lei, o governo federal passou a difundir um discurso em prol do aumento da produção industrial. Para tanto, seria necessário o preparo do operariado, que precisava estar habilitado para produzir rapidamente aquilo que o país necessitava. Em nota publicada na imprensa, em outubro de 1942, a Divisão do Ensino Industrial do Ministério da Educação afirmava: “Na guerra, principalmente nesta, a produção é um fator preponderante. Para cada soldado na linha de frente, deve haver dois ou mais operários que, na retaguarda, produzam o que ele consome. A mobilização total da mão-de-obra requer, desde logo, o preparo de reservas para a batalha da produção”.¹⁶⁹

Nesse sentido, em dezembro de 1942, Aldo M. de Azevedo, no *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, planejou uma ampla preparação industrial e militar para o país. Segundo o autor, um exército em guerra exigia uma retaguarda industrial de cinco a vinte industriários para cada soldado na frente de batalha. Como o país poderia mobilizar seis milhões de homens para a guerra (15% da população em 1942), na hipótese mais baixa, seriam necessários 30 milhões de homens na indústria. No entanto, o Brasil possuía apenas 1,25 milhão de trabalhadores industriais. Uma vez que cerca de 80% da população do país vivia no campo, seria do

¹⁶⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. Cit. p. 87.

¹⁶⁷ Ibidem. p. 88.

¹⁶⁸ CARONE, Edgard. *A República Velha...* Op. Cit. p. 205-208.

¹⁶⁹ *Correio do Povo*. 10/10/1942. p. 08.

interior a contribuição de “braços” para a indústria. Para substituí-los na agricultura, trabalhariam mulheres e crianças.¹⁷⁰

Logo após o “trabalho humano” ser mobilizado para a guerra, em 21 de novembro de 1942, o governo federal, através do decreto-lei nº 4.984, determinou que no decurso dos anos 1943, 1944 e 1945 fosse organizado o Ensino Industrial de Emergência nos estabelecimentos de ensino industriais de todo o país, tendo em vista a formação, no menor espaço de tempo possível, de operários para as indústrias. O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), criado pelo governo federal em janeiro 1942, foi convocado para cooperar com esta organização.¹⁷¹ Cabe ressaltar que o SENAI teve sua primeira sede própria construída em Porto Alegre, no bairro dos Navegantes, em terreno doado pelo industriário A. J. Renner. Esta sede foi inaugurada em 5 de abril de 1944, com o nome de Escola Técnica Visconde de Mauá. Já nos primeiros semestres de funcionamento, Escola Técnica Visconde de Mauá comportava um total de 300 aprendizes, entre homens e mulheres.¹⁷²

Em 1943, o governo federal declarou a indústria têxtil – maior e mais importante em volume de produção e número de trabalhadores urbanos industriais do Brasil – como indústria de interesse nacional e militar, suspendendo os direitos trabalhistas, recém estabelecidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Em 1944, com a Lei de Mobilização Industrial, o governo federal estendeu a suspensão dos direitos trabalhistas a todos os trabalhadores dos setores enquadrados como de interesse nacional e militar. Com estas medidas, as relações de produção foram militarizadas, o que possibilitou uma sobre-exploração dos trabalhadores, transformados, literalmente, em “soldados da produção”. Assim, foram permitidos o alongamento das jornadas de trabalho, a suspensão de férias e pagamento de horas extras e a autorização do trabalho noturno para mulheres.¹⁷³ Além disso, os trabalhadores que abandonavam o trabalho em estabelecimentos industriais civis considerados de interesse nacional e militar eram tratados como desertores, processados e julgados pela Justiça Militar.¹⁷⁴

Em julho de 1943, a Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS) enviou um relatório ao interventor federal Cordeiro de Farias informando a situação de

¹⁷⁰ CYTRYNOWICZ, Roney. Op. Cit. p. 199.

¹⁷¹ Idem. 22/11/1942. p. 22.

¹⁷² Sobre a atuação do SENAI no Rio Grande do Sul durante o Estado Novo (1937 –1945), ver: VESCOVINI, Luciano Chemello. *Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial: Projeto Nacional, Indústria e Qualificação Profissional durante o Estado Novo (1937-1945)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, 2009.

¹⁷³ CYTRYNOWICZ, Roney. Op. Cit. p. 200-203.

¹⁷⁴ *Correio do Povo*. 17/04/1943. p. 08.

algumas indústrias gaúchas. Nele, constava que quatro delas haviam sido requisitadas pelo governo federal para a produção de armamentos militares às Forças Armadas Brasileiras. Eram elas a Amadeu Rossi & Cia., a Forjas Tauros, a Abramo Eberle & Cia. e a Gazola, Travi & Cia. Segundo o relatório, a Amadeu Rossi & Cia., de São Leopoldo, encontrava-se “aparelhada para produzir mais que às quantidades de materiais que lhe [foram] encomendadas”. Já a Forjas Tauros, de Porto Alegre, não sabia se conseguiria entregar a encomenda feita pelo governo federal de 10 mil revólveres, devido às dificuldades de aquisição de aço tanto no mercado interno como externo. Além disso, por a empresa ser do ramo de produção de máquinas, encontrava muitas dificuldades para produzir armamentos. A Abramo Eberle & Cia., de Caxias do Sul, que muito antes do início da guerra já produzia armamentos militares às Forças Armadas Brasileiras, também enfrentava dificuldades para adquirir metais, podendo apenas produzir armamentos “dentro das possibilidades da matéria-prima que possuí[a] e de que fo[sse] possível conseguir”. Outra indústria de Caxias do Sul, a Gazola, Travi & Cia., também foi requisitada para a produção de armamentos militares. No que se refere a esta última, o relatório aponta que “apesar do sinistro que sofreu, a fábrica propriamente dita não foi atingida, estando em atividade, podendo cumprir os compromissos assumidos”.¹⁷⁵

O “sinistro” mencionado no relatório refere-se uma grande explosão ocorrida nas dependências da Gazola, Travi & Cia. em 22 de julho de 1943, que feriu 15 pessoas e vitimou seis operárias: Júlia Gomes (16 anos), sua irmã Olívia Gomes (20 anos), Graciema Formolo (16 anos), Maria Bohn (20 anos), Tereza de Moraes (18 anos) e Irma Zago (19 anos). O Exército Brasileiro chegou a instaurar um inquérito para averiguar uma possível sabotagem. No entanto, esta hipótese acabou não sendo comprovada. A justificativa mais provável é a de que, por haver muito material explosivo acumulado no local, pode ter ocorrido algum tipo de faísca ou falha no manuseio dos equipamentos – muito rudimentares na época. Para lembrar este acontecimento, foi erguido no pátio interno da empresa o Monumento em Memória das Moças Operárias, tombado em 30 de junho de 2003 pelo Patrimônio Histórico de Caxias do Sul.¹⁷⁶ A tragédia ocorrida na Gazola, Travi & Cia. também ressalta a participação da mulher na indústria e no

¹⁷⁵ *Documentação dos Governantes*. Maço 75. Um estudo recente, realizado pela historiadora Denise Martins, aponta que durante a Segunda Guerra Mundial, a refinaria Ipiranga S. A., fundada em 1936, foi requisitada pelo governo federal para a produção de solventes especiais utilizados na fabricação de borracha. MARTINS, Denise. *Ipiranga: a trajetória de uma refinaria em Rio Grande (RS) rumo à consolidação de um grupo empresarial (1930-1967)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, 2008. p. 62.

¹⁷⁶ *Correio do Povo*. 11/07/2004. p. 14.

“esforço de guerra” do Brasil, já que se tratava, sobretudo, de uma indústria requisitada pelo governo federal para produção de armamentos militares às Forças Armadas Brasileiras.

No que se refere ao trabalho feminino, o decreto-lei nº 1.187, de 4 de abril de 1939, que normatizou o Serviço Militar no Brasil, já havia estabelecido que, em caso de guerra, as mulheres poderiam ser “aproveitadas em encargos compatíveis com a sua situação e natureza, seja nos hospitais, fora das zonas das operações, seja nas indústrias e misteres correlatos com as necessidades da guerra”.¹⁷⁷

De um modo geral, as dificuldades de importação impostas pela guerra criaram o ambiente propício para que o setor industrial brasileiro registrasse crescimento durante a Segunda Guerra Mundial. Entre 1939 e 1942, a produção industrial do país cresceu 3,9% ao ano, e, entre 1942 e 1945, um total de 9,4% ao ano.¹⁷⁸ Diante desses números, percebe-se que o crescimento, que já era significativo, mais do que dobrou a partir de 1942, ano da entrada do Brasil na guerra. Não é à toa que durante a guerra, surgiu à crença de que, findo o conflito, o Brasil dependeria bem menos do exterior. Reportagens publicadas pela imprensa da época ressaltavam este ponto de vista. De acordo com João Alberto Lins de Barros, presidente da Coordenação da Mobilização Econômica: “quanto mais vigorosamente for elevada agora à produção para atender as necessidades da guerra, tanto maior será o parque industrial disponível no pós-guerra”. Para ele, a “revolução tecnológica que ora enfrenta o mundo civilizado promete modificar o Brasil tão rapidamente quanto o foi a Inglaterra pela Revolução Industrial do século XVIII”.¹⁷⁹

Guardadas as devidas proporções, o setor industrial gaúcho registrou um crescimento significativo durante a Segunda Guerra Mundial. Dados publicados pelo *Correio do Povo* já apontavam em 1940 o Rio Grande do Sul como o segundo estado brasileiro em número de indústrias, atrás apenas de São Paulo. De acordo com esses dados, havia no Rio Grande do Sul 9.238 as indústrias, das quais 6.210 eram de pequeno porte, 863 de médio porte, 1.460 de grande porte e 705 de porte não mencionado. No que se refere à quantidade, em primeiro lugar figurava as indústrias de bebidas, com 3.195 estabelecimentos, vindo a seguir as indústrias de banha, manteiga e

¹⁷⁷ *Correio do Povo*. 18/09/1942. p. 08.

¹⁷⁸ ABREU, Marcelo de Paiva. *O Brasil e a economia Mundial (1929-1945)*. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1986. p. 40-47.

¹⁷⁹ *Correio do Povo*. 03/12/1942. p. 10.

sucedâneos e as indústrias de calçados, com 914 e 835 estabelecimentos, respectivamente.¹⁸⁰

Já dados expostos na Tabela 3, mostram que entre 1937 (dois anos antes do início da guerra) e 1946 (um ano após o final da guerra), com exceção do número de operários, que cresceu 91%, todos os demais indicadores do setor industrial gaúcho tiveram crescimento superior a 100%. O número de estabelecimentos industriais aumentou 180%, o capital empregado 320%, a força motriz 370% e os valores adquiridos com a produção 513%.

Tabela 3: Dados sobre o setor industrial do Rio Grande do Sul (1920, 1937 e 1946).

Ano / Índice	1920	Índice	1937	Índice	1946	Índice
Estabelecimentos	1.773	100	7.929	447	22.235	1.254
Capital (em milhões de Cr\$)	251	100	600	239	2.521	1.004
Operários	24.660	100	55.720	225	106.700	432
Força Motriz (em HP)	30.345	100	61.265	210	288.394	950
Produção (em milhões de Cr\$)	354	100	1.265	357	7.765	2.193

Fonte: HAAS, Ani Maria Schiphrorst. *A industrialização no Rio Grande do Sul – o empresário industrial do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1971 (mimeografado). Citado por: GERTZ, René. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005. p. 44.

Os mesmos benefícios que as dificuldades de importação impostas pela guerra trouxeram ao setor industrial, porém, não foram verificados em outros setores da economia gaúcha. Aliás, o próprio setor industrial sofreu para adquirir matérias-primas. Entre elas estavam os metais, escassos tanto no mercado interno como externo. Não há como esquecer que a Siderúrgica de Volta Redonda, financiada por acordos econômicos assinados com o governo norte-americano, começou a operar apenas em 1946. Assim, em abril de 1942, após navios brasileiros começarem a ser atacados por submarinos alemães e italianos, a Cia. Carris Porto-Alegrense e a *Rádio Farroupilha* entraram em entendimento e lançaram uma campanha de arrecadação de alumínio, zinco e cobre junto à população, tendo em vista a “fabricação de aviões e armamentos para a defesa nacional”. Para tanto, a Cia. Carris Porto-Alegrense disponibilizou nos dias 11 e 12 daquele mês (sábado e domingo), um bonde em cada uma de suas linhas, incumbido de recolher metais pelo trajeto. A *Rádio Farroupilha* ficou incumbida a informar a

¹⁸⁰ Idem. 29/03/1942. p. 07.

população sobre os horários de saída dos bondes. De acordo com os informes dos organizadores: “Não precisavam ser objetos novos. Qualquer fragmento de metal servia, desde lâminas de alumínio que encontram-se nas carteiras de cigarro, às tampas de garrafas de leite, um tubo usado na pasta de dente, até uma caneca velha ou um balde de zinco já fora de uso”.¹⁸¹ Já em novembro de 1942, as vendas de leite em Porto Alegre passaram a ser realizadas em garrafas com fecho de papelão, não mais de alumínio, devido à falta quase que absoluta desse metal.¹⁸²

O sulfato de alumínio, indispensável à clarificação e tratamento da água, foi outro produto que passou a ser difícil de importar. Em outubro de 1942, diante da diminuição dos estoques desse produto em Porto Alegre – suficientes para apenas dois meses – o prefeito Loureiro da Silva lançou um apelo “veemente” à população, “no sentido de restringir as necessidades inadiáveis à utilização da água potável fornecida pela Hidráulica Municipal”.¹⁸³ Segundo o prefeito, o racionamento de água só não seria levado a cabo se a população cooperasse economizando água.¹⁸⁴

No entanto, de todos os produtos difíceis de importar, sem dúvida, o petróleo e combustíveis derivados foram os que mais causaram transtorno ao país, atingindo a economia brasileira de uma forma geral. O Brasil, que alcançou a auto-suficiência na extração de petróleo em 21 de abril de 2006¹⁸⁵, possuía no final da década de 1930 e início da década de 1940, uma extração de petróleo praticamente nula, restrita a um pequeno campo descoberto em 1939 na localidade de Lobato, no interior da Bahia.¹⁸⁶ O número de refinarias existentes no país também era pequeno. Por isso, o Brasil se via obrigado a importar praticamente todo o petróleo e combustíveis derivados que consumia.

As dificuldades de importação de petróleo e combustíveis derivados começaram logo após início da guerra, em função da diminuição da navegação dos navios tanques responsáveis pelo transporte desses produtos. No entanto, a situação agravou-se mesmo a partir de dezembro de 1941, após os Estados Unidos entrar na guerra. Desde então, os norte-americanos, que eram os principais fornecedores de petróleo e combustíveis derivados do Brasil, reduziram drasticamente as cotas de exportação destes produtos,

¹⁸¹ Idem. 11/04/1942. p. 05.

¹⁸² Idem. 13/11/1942. p. 01.

¹⁸³ Idem. 07/10/1942. p. 01.

¹⁸⁴ Idem. 08/10/1942. p. 08.

¹⁸⁵ Idem. 21/04/2006. p. 01.

¹⁸⁶ VITOR, Mário. *A batalha do petróleo brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. p. 96.

empregando-as na intensificação da produção armamentos militares e no suprimento das necessidades de suas Forças Armadas.

Para se ter uma idéia do impacto dessa redução, basta analisar a Tabela 4. As importações brasileiras de petróleo, gasolina e querosene, que entre 1939 e 1941 mantiveram uma certa estabilidade, caíram 76%, 32% e 43%, respectivamente, em 1942. No ano seguinte, as importações desses produtos tiveram uma boa recuperação, principalmente o petróleo e a gasolina. No entanto, em 1944, elas voltaram a cair, ficando em níveis inferiores aos verificados nos anos anteriores a 1942. Das importações de combustíveis derivados do petróleo, a de óleo diesel é a que apresenta maior diferença em relação às demais. A queda brusca, que nesse caso foi de 40%, por exemplo, ao invés de ocorrer em 1942, ocorreu um ano antes, em 1941.

Tabela 4: Importações de petróleo e combustíveis derivados do Brasil (1939-1945) (Em m³)

	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945
Petróleo	49	57	53	13	42	21	12
Gasolina	517.604	515.242	512.785	351.102	1.233.768	424.768	575.640
Óleo Diesel	113.179	152.197	91.073	90.492	80.839	87.819	119.393
Querosene	119.850	128.830	115.125	66.698	87.905	81.402	68.652

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*. 2ª edição revisada e atualizada do volume 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

As dificuldades de importação de petróleo e combustíveis derivados atingiram diretamente o setor produtivo gaúcho. O próprio setor industrial, que alcançou resultados significativos durante a Segunda Guerra Mundial, provavelmente teria alcançado resultados ainda mais significativos não fossem os constantes cortes no fornecimento de combustíveis e energia elétrica. No que se refere a esta última, cabe ressaltar que boa parte das usinas de fornecimento de energia elétrica do Brasil era movida a óleos e outros combustíveis derivados do petróleo.¹⁸⁷ A esse respeito, em outubro de 1942, o governo federal estabeleceu o racionamento de energia elétrica em todo o país.¹⁸⁸ Com isso, cidades quase que inteiras viram-se privadas de energia elétrica. Na maioria dos casos, lampiões e velas acabaram substituindo as lâmpadas.¹⁸⁹

Quanto ao setor agrário, as colheitas de vários gêneros alimentícios foram comprometidas por falta de combustíveis para movimentar os tratores. A partir de 1942,

¹⁸⁷ *Correio do Povo*. 23/12/1943. p. 04.

¹⁸⁸ *Idem*. 07/10/1942. p. 02.

¹⁸⁹ *Idem*. 25/03/1942. p. 02.

todos os meses chegavam ao governo do estado centenas de correspondências de agricultores de todos os cantos do Rio Grande do Sul apelando por combustíveis.¹⁹⁰ Em muitas lavouras de arroz, por exemplo, “juntas de bois” reapareceram substituindo os tratores. Como conseqüência, o preço do “boi manso”, utilizado nessas atividades, acabou tendo uma elevação.¹⁹¹

Além disso, a falta de combustíveis também interferiu no transporte de gêneros alimentícios dos centros produtores aos centros consumidores. Os valores dos fretes aumentaram vertiginosamente tanto por terra como por água. Aliás, quem sabe tenha sido no setor dos transportes, tanto públicos como privados, que a falta de combustíveis tenha tido o maior impacto e visibilidade. Em Porto Alegre, milhares de veículos tiveram que deixar de circular. Dessa forma, a vida cotidiana na capital gaúcha acabou sendo diretamente atingida.

2.2 – A falta de combustíveis e seus impactos em Porto Alegre

Em 1º de abril de 1942, diante da queda brusca das importações de petróleo e combustíveis derivados, o governo federal colocou o Brasil em regime de racionamento de combustíveis líquidos.¹⁹² Logo em seguida, estabeleceu o racionamento da venda de automóveis e caminhões em todo o território nacional, assegurando a preferência da aquisição desses veículos às indústrias mais importantes, especialmente as que produziam materiais estratégicos.¹⁹³

Em decorrência do racionamento de combustíveis líquidos, o Conselho Nacional do Petróleo¹⁹⁴, no final de abril de 1942, determinou que o Rio Grande do Sul reduzisse cerca de 25% seu consumo diário de “gasolina e outros combustíveis”, passando de 140 mil para 104 mil litros.¹⁹⁵ Diante desta redução, o governo do estado começou a estudar medidas para economizar combustíveis. Em 1º de maio de 1942, a venda de gasolina no Rio Grande do Sul passou a ser racionada, sendo realizada somente através de cartões

¹⁹⁰ *Documentação dos Governantes.*

¹⁹¹ *Correio do Povo.* 25/03/1942. p. 02.

¹⁹² *Idem.* 31/03/1942. p. 03.

¹⁹³ *Idem.* 18/04/1942. p. 03.

¹⁹⁴ O Conselho Nacional do Petróleo foi criado em 29 de abril de 1938, pelo decreto-lei nº 395, que concedeu ao governo federal o controle sobre as atividades de exploração e refino de petróleo em todo o território nacional. Íntegra do decreto-lei em: CARONE, Edgar. Op. Cit. p. 175-178.

¹⁹⁵ *Correio do Povo.* 25/04/1942. p. 05.

de racionamento. Para adquiri-los em Porto Alegre, industriários, agricultores e proprietários de veículos particulares ou do transporte coletivo deveriam se cadastrar na Comissão de Abastecimento Público, órgão criado em agosto de 1941 para controlar os estoques de uma série de produtos e seus preços em todo o estado. Cabia a Comissão de Abastecimento Público estabelecer as cotas de gasolina a serem distribuídas para cada categoria.¹⁹⁶

Como não poderia ser diferente, a medida gerou protestos. Em Porto Alegre, os mais insatisfeitos eram os médicos, que tiveram seus veículos incluídos na categoria de “carros particulares”, cuja cota máxima a ser adquirida era 60 litros de gasolina mensais, o que dificultaria os atendimentos a domicílio. A esse respeito, um médico relatou a reportagem do *Correio do Povo*:

Ora, [...], eu possuo um carro da marca “Chevrolet” e terei, assim, que consumir dois litros de gasolina por dia. Isto se gasta apenas em uma passagem pelo centro da cidade, onde o tráfego é intenso e somos obrigados a usar às “primeiras” e as “segundas” a todo instante. Que vamos fazer, deixar os doentes morrer?¹⁹⁷

Os cartões de racionamento, no entanto, não garantiam a aquisição de combustíveis. Em Porto Alegre, por exemplo, após o início do racionamento, era comum já nas primeiras horas da manhã encontrar as bombas dos postos de gasolina esgotadas. Na maioria das vezes, para conseguir abastecer na capital gaúcha, os proprietários de veículos particulares tinham que enfrentar enormes filas que começavam a se formar em torno dos postos de gasolina durante a madrugada, muito antes do início do atendimento.¹⁹⁸ Ao focalizar este problema, o *Correio do Povo* escreveu que “um auto, gastava litros e litros de gasolina para poder adquirir gasolina... E, na maioria das vezes, o esforço era inútil, pois em nenhum ponto conseguia o ‘precioso líquido’”.¹⁹⁹

O sistema de transporte coletivo também foi diretamente atingido pelo racionamento de combustíveis líquidos. Em 5 de maio de 1942, o Departamento Autônomo de Estradas e Rodagens (DAER) anunciou uma redução de “cerca de 30% no número de viagens de caminhões e automóveis que, a serviço das empresas de transporte, faziam transporte de passageiros e de carga entre Porto Alegre e diversas

¹⁹⁶ Idem. 28/04/1942. p. 07.

¹⁹⁷ Idem. 01/05/1942. p. 05.

¹⁹⁸ Idem. 21/05/1942. p. 05.

¹⁹⁹ Idem. 21/05/1942. p. 05.

idades do interior”. Já a prefeitura municipal de Porto Alegre anunciou que os ônibus empregados no transporte coletivo na capital seriam “reduzidos a um limite mínimo, desaparecendo esses veículos das linhas servidas por bondes”.²⁰⁰

Desse modo, o transporte coletivo em Porto Alegre, que recém havia começado a se organizar, passou a encontrar sérias dificuldades para manter o atendimento a população. Cabe ressaltar que até 1940, Porto Alegre não possuía ônibus no transporte coletivo, sendo servida apenas por linhas de bondes, que, além de insuficientes, se concentravam exclusivamente na região central da capital gaúcha, sem ligações com os arrabaldes e subúrbios. Diante dessa situação, em 3 de abril de 1940, o *Correio do Povo* lançou a campanha intitulada “Por que Porto Alegre não possui ônibus?”, denunciando a ineficiência dos serviços oferecidos pela Companhia Carris Porto-Alegrense, detentora da exclusividade na exploração do transporte coletivo em Porto Alegre. De acordo com o jornal, o objetivo dessa campanha era “trazer para as [suas] colunas o clamor público contra a calamitosa situação em que se encontra a capital, com seu desenvolvimento cerceado, com sua vida afetada por um sistema trans-viário que esta[va] muito longe de corresponder às verdadeiras necessidades”.²⁰¹

Segundo o *Correio do Povo*, essa deficiência no transporte coletivo em Porto Alegre não era apenas um problema de “trânsito”, de “meios de comunicação”, mas também de “saúde pública”. Isso porque, a concentração de linhas de bondes no centro da capital gerava uma “superconcentração urbana”, impedindo que parte da população – principalmente a mais pobre – tivesse condições de residir nos arrabaldes e nos subúrbios distantes, “mais perto da natureza, sobre a proteção vitalizante do ar puro e dos raios solares”. Essa “superconcentração urbana”, refletida na superlotação das habitações coletivas do centro de Porto Alegre, onde, “sob o mesmo teto, mora[vam] dezenas de pessoas, utilizando os mesmos serviços”, criava, assim, o ambiente propício para a proliferação de doenças. A principal delas era a tuberculose, que na época atingia

²⁰⁰ Idem. 05/05/1942. p. 05.

²⁰¹ Idem. 03/04/1940. p. 04. A campanha “Por que Porto Alegre não possui ônibus?” se insere em um período de contestação dos contratos assinados em 1928 entre a prefeitura municipal de Porto Alegre e a Companhia Brasileira de Energia Elétrica (subsidiária da empresa norte-americana *Bond & Share* e detentora da Companhia Carris Porto-Alegrense e a da Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense), que concediam exclusividade absoluta na exploração dos transportes e na geração e distribuição de energia elétrica na capital gaúcha. Apesar da ineficiência dos serviços prestados, somente na década de 1950 os contratos foram definitivamente quebrados, quando a Companhia Carris Porto-Alegrense passou para as mãos da prefeitura municipal de Porto Alegre (1952) e a Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense foi encampada pelo governo do estado (1959). Sobre esse assunto, ver: FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre...* Op. Cit. p. 103.; e DE GRANDI, Celito. Op. Cit. p. 91-94.

entre 30% e 40% dos porto-alegrenses.²⁰² Diante desses argumentos, o jornal chegou a conclusão de que Companhia Carris Porto-Alegrense estava “prejudicando a saúde do povo”.²⁰³

A campanha “Por que Porto Alegre não possui ônibus?” logo deu resultado. Cinco dias após seu lançamento, em 8 de abril de 1940, o prefeito Loureiro da Silva anunciou que abriria concorrência para a instalação de linhas de ônibus na capital gaúcha. Um mês depois, em 8 de maio, começaram a circular em Porto Alegre os primeiros ônibus no transporte coletivo. Já no primeiro dia, mais de 20 mil pessoas utilizaram os ônibus colocados em circulação. Os primeiros bairros a serem atendidos foram o Floresta e o Menino Deus, duas zonas de grande movimento e mal servidas por bondes. Conforme projeções da prefeitura municipal, até o final daquele mês, os demais bairros da capital gaúcha começariam a ser atendidos, depois que mais de cinquenta ônibus já estariam circulando.²⁰⁴

Assim, somente dois anos após serem colocados em circulação, boa parte dos ônibus do transporte coletivo de Porto Alegre teve que ficar parados na garagem em função do racionamento de combustíveis líquidos. No entanto, medidas muito mais radicais ainda estavam por vir.

Em 15 de junho de 1942, o governo federal proibiu o fornecimento de gasolina e óleo diesel a todos os automóveis particulares e à quase a totalidade dos automóveis oficiais em todo o território nacional. De acordo com nota divulgada pelo governo federal, essa proibição atendia a uma resolução do Conselho Nacional de Petróleo, que, em consequência da “falta cada vez mais acentuada de combustíveis”, recomendava “drásticas e imediatas providências, destinadas a prolongar a vida dos nossos limitadíssimos estoques e assegurar por um prazo mais dilatado o funcionamento de certas atividades consideradas absolutamente essenciais”.²⁰⁵

A proibição do fornecimento de gasolina e óleo diesel a todos os automóveis particulares e à quase a totalidade dos automóveis oficiais deveu-se ao fato de o governo federal sempre priorizar o fornecimento de combustíveis aos veículos do transporte coletivo e de cargas, assim como aos setores produtivos. Atendendo a determinação do governo federal, o governo do estado autorizou no Rio Grande do Sul o fornecimento de gasolina e óleo diesel apenas aos automóveis do interventor federal, do Serviço Externo

²⁰² *Correio do Povo*. 03/04/1940. p. 04.

²⁰³ *Ibidem*.

²⁰⁴ *Idem*. 09/05/1940. p. 08.

²⁰⁵ *Idem*. 14/07/1942. p. 03.

de Saúde Pública e do serviço de policiamento, assim como aos táxis, caminhões de carga e ônibus do transporte coletivo. Para se ter uma idéia do impacto desta medida, dois meses antes, credenciaram-se na Comissão de Abastecimento Público para receber os cartões de racionamento de gasolina em Porto Alegre 5 mil automóveis particulares, 199 oficiais, 315 táxis e 100 ônibus.²⁰⁶

A retirada de mais de 5 mil automóveis de circulação inevitavelmente acabou sobrecarregando o transporte coletivo em Porto Alegre, já bastante defasado, com boa parte dos ônibus parados na garagem desde o início do racionamento de combustíveis líquidos. Diante dessa situação, por determinação da prefeitura municipal, a Companhia Carris Porto-Alegrense aumentou o número de bondes em circulação na capital de 85 para 101.²⁰⁷

Para tentar desafogar o transporte coletivo e possibilitar que os trabalhadores tivessem tempo de chegar aos seus empregos e os estudantes às escolas, em junho de 1942, o governo do estado publicou uma tabela modificando os horários de funcionamento de uma série de atividades em Porto Alegre. Na maioria dos casos, os tradicionais dois turnos foram substituídos pelo turno único. As repartições públicas, por exemplo, passaram a funcionar das 12:30 as 18:30. Já as escolas públicas e privadas tanto de ensino primário como secundário, passaram a funcionar das 12:00 as 17:30. No que se refere aos estabelecimentos comerciais, foi liberado o funcionamento em dois turnos. No entanto, foram estipulados os horários de fechamento durante a manhã e de abertura durante à tarde, que eram 11:45 e 13:45, para o varejo, e 11:00 e 13:00, para o atacado.²⁰⁸

Além dos problemas citados, a proibição do fornecimento de gasolina e óleo diesel a automóveis particulares e a quase totalidade dos automóveis oficiais também colocou em risco o emprego de muitos motoristas em Porto Alegre. A esse respeito, em 18 de julho de 1942, o governo federal, através do decreto-lei 4.496, proibiu que os proprietários de veículos particulares demitissem seus motoristas ou reduzissem os seus salários, até que fosse dada uma solução definitiva aos problemas relacionados à escassez de combustíveis derivados do petróleo no Brasil. Como solução temporária, o

²⁰⁶ Idem. 15/07/1942. p. 02.

²⁰⁷ Idem. 16/07/1942. p. 07.

²⁰⁸ Idem. 21/07/1942. p. 05.

governo federal aconselhou os proprietários de veículos que utilizassem os seus motoristas em outras tarefas, compatíveis com as suas aptidões.²⁰⁹

Sem obter êxito, já que as demissões de motoristas “corriam à solta” em todo o país, quase quatro meses mais tarde, o governo federal voltou atrás e resolveu reconhecer o direito dos proprietários de veículos particulares demitirem seus motoristas, desde que fossem pagas indenizações, calculadas da seguinte forma: quinze dias de salário para os motoristas que tinham menos de um ano de serviço; um mês de salário para os motoristas que tinham mais de um e menos de três anos completos de serviço; três meses de salário para os que tinham mais de cinco e menos de dez anos completos de serviço; e quatro meses de salário para os que tivessem mais de dez anos completos de serviço.²¹⁰

Para tentar minimizar o impacto das demissões de motoristas em Porto Alegre, em outubro de 1942, a pedido das autoridades trabalhistas, a Companhia Carris Porto-Alegrense colocou a disposição 150 vagas de motoristas de bondes. Apesar da maioria exigências usuais para as contratações terem sido abolidas, em virtude da anormalidade do momento, apenas três vagas foram preenchidas. Segundo Dario Gastal, diretor de tráfego da Companhia Carris Porto-Alegrense, a falta de motoristas para os bondes era outro problema que agravava a situação dos transportes na capital: “Diariamente, deixam de trafegar na cidade inúmeros bondes por falta de pessoal. Somente no sábado último [3 de outubro de 1942] tiveram que ficar paralisados 14 bondes. E, se tivéssemos mais gente, poderiam ter circulado mais 10 elétricos, além dos 14 parados”. Mais adiante, ele afirma: “Nos serviços de mineração necessita-se, também, de gente de qualidade, ao que estamos informados. Da mesma forma em alguns ramos industriais e no comércio. Resta, assim, uma pergunta a fazer: haverá, realmente, falta de trabalho em Porto Alegre?”²¹¹

Além da falta de pessoal, a falta de materiais também influenciou no funcionamento dos bondes em Porto Alegre. A dificuldade de importação de peças essenciais ao maquinário, que não eram produzidas no Brasil, fazia com que os bondes que apresentassem problemas não pudessem ser consertados, saindo de circulação. Assim, agravava-se ainda mais a situação dos transportes coletivos na capital gaúcha. Os bondes que continuavam circulando, insuficientes para o atendimento da população,

²⁰⁹ Idem. 22/07/1942. p. 05.

²¹⁰ Idem. 18/11/1945. p. 08.

²¹¹ Idem. 07/10/1942. p. 04.

viviam superlotados. A esse respeito, em abril de 1944, o *Correio do Povo* lançou uma campanha com o objetivo de educar a população a fazer uso dos bondes superlotados, indicando a melhor maneira de se portar dentro deles, ou seja, “embarcar pela porta traseira e descer pela porta da frente e não esquecer que geralmente o condutor tem razão quando diz que há lugar no corredor”. Os “pingentes”, como eram chamados os passageiros que viajavam pendurados do lado de fora dos bondes, eram o alvo principal da campanha. Segundo o alerta do jornal: “Não convém expor-se a acidentes. Se o bonde está cheio, espere outro. E se chegar um pouquinho atrasado, justifique-se perante os seus superiores. Eles compreenderão. Por que haveriam de bancar homens maus?”.²¹²

A esse respeito, Jaci Luz, delegado da seção de acidentes da prefeitura municipal, em relatório referente ao trânsito de Porto Alegre em 1943, já apontava a necessidade de uma campanha educativa junto aos pedestres. O elevado número de acidentes envolvendo “pingentes”, por si só, já justificava essa providência. De acordo com o relatório, em função da “crise de transporte de passageiros na capital”, constituía

espetáculo comum à passagem de bondes que transporta[vam] passageiros em situação de iminente perigo, postados nos estribos e pára-choques dos veículos. Tais passageiros se acha[vam] devidamente expostos a quedas, por força da trepidação dos veículos e sujeitos a serem atingidos pelos postes que sustenta[vam] a rede elétrica estendida ao longo das linhas férreas.²¹³

Daí a necessidade de “uma bem orientada campanha educacional dos transeuntes, secundada por uma fiscalização perseverante e enérgica, exercida por um corpo de agentes ativos e experimentados, nas artérias de maior movimento”. Ainda segundo o relatório, o número de vítimas acidentadas em decorrência de quedas de bondes em Porto Alegre no ano de 1943 foi de 155, referindo-se quase que exclusivamente à queda de “pingentes”. Já o número de atropelamentos de bondes atingiu 187 naquele ano, originando-se de duas causas principais: “imprudência das vítimas (descuido, afoitamento, etc.) ou imprudência dos condutores (excesso de velocidades)”.²¹⁴

Com o passar do tempo, o racionamento de combustíveis líquidos foi se intensificando cada vez mais no estado. Mesmo os veículos que continuaram recebendo

²¹² Idem. 05/04/1944. p. 08.

²¹³ Ibidem.

²¹⁴ Ibidem.

gasolina e óleo diesel, sofriam com os constantes cortes no fornecimento destes produtos. Em setembro de 1942, por exemplo, o Conselho Nacional do Petróleo comunicou ao governo do estado que seria realizada uma redução de 50% no fornecimento de gasolina ao Rio Grande do Sul, “devido às dificuldades surgidas ao transporte desse combustível”.²¹⁵ Assim, a Comissão de Abastecimento Público teve que elaborar um novo plano de racionamento. Os táxis e caminhonetes passaram a ter direito a 6 litros de gasolina diários, enquanto os caminhões de carga 8 litros. Além disso, foi cortado o fornecimento de combustíveis às caminhonetes empregadas na entrega de doces, roupas e outras mercadorias que não reconhecidas como de grande necessidade.²¹⁶

Em março de 1943, após haver “quase se esgotado o estoque de gasolina no estado”, a Comissão de Abastecimento Público promoveu mais um corte no fornecimento de combustíveis.²¹⁷ Dessa vez, os ônibus do transporte coletivo, caminhonetes e caminhões de carga tiveram as suas cotas mensais reduzidas em 30%, o que resultou em uma redução ainda maior da circulação desses veículos. Já o Serviço Externo de Saúde Pública, que teve a sua cota mensal reduzida em 50% (de 4 mil para 2 mil litros), tomou providências no sentido de utilizar as suas ambulâncias somente nos casos de maior urgência.²¹⁸ A esse respeito, desde o início do racionamento de combustíveis, a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre muitas vezes se viu obrigada a transportar seus enfermos através de “carros de praça” (como eram chamados os táxis na década de 1940), por falta de gasolina pra movimentar seus veículos.²¹⁹

Diante desses e de inúmeros outros problemas causados pela escassez de petróleo e combustíveis derivados no Brasil durante boa parte da Segunda Guerra Mundial, fontes alternativas de energia começaram a receber uma grande atenção das autoridades públicas. Nesse período, foram diversos os produtos lançados no mercado interno com a promessa de substituir os combustíveis derivados do petróleo. Houve até os que prometeram, por meio de processos químicos, transformar água em carburante. O autor desta proposta foi o cientista pernambucano Amadeu Catão, que chegou a viajar ao Rio de Janeiro para solicitar uma audiência com o ministro da Guerra Eurico Gaspar

²¹⁵ Idem. 13/09/1942. p. 07.

²¹⁶ Ibidem.

²¹⁷ Idem. 20/03/1943. p. 04.

²¹⁸ Idem. 24/03/1942. p. 04.

²¹⁹ Idem. 15/07/1942. p. 02.

Dutra, tendo em vista um financiamento para as suas pesquisas.²²⁰ No entanto, foram apenas dois os combustíveis que receberam atenção especial do governo federal: o álcool-motor (etanol) e o gasogênio.

2.3 – Álcool-motor e gasogênio: alternativas para a crise dos combustíveis

Antes mesmo do início da Segunda Guerra Mundial, o governo federal já vinha investindo no fomento da produção de álcool-motor no Brasil, como forma de reduzir a necessidade de importação de petróleo e combustíveis derivados. Isso porque, a produção de álcool-motor trazia benefícios à economia nacional, já que era um biocombustível produzido, preferencialmente, a partir da cana-de-açúcar, mandioca, milho ou beterraba, produtos que o país produzia ou tinha condições de produzir em larga-escala.

Os primeiros testes sobre a utilização de álcool-motor como combustível no Brasil tiveram início em 1923, sob a responsabilidade da Estação Experimental de Combustíveis e Minérios, órgão criado em 1921, durante a presidência Epitácio Pessoa, para cuidar exclusivamente de questões ligadas a combustíveis.²²¹ Uma caminhonete Ford, quatro cilindro, foi o veículo utilizado durante os primeiros testes. Para provar a eficácia do álcool-motor, em 1925, esse veículo participou de uma corrida de automóveis. Apesar da prova ter sido considerada demasiadamente “pesada” para um Ford, motivo pelo qual ele foi o único deste modelo que ousou correr, os resultados obtidos foram bastante satisfatórios, pois percorreu os 230 quilômetros estipulados pelo regulamento da corrida, consumindo exclusivamente álcool-motor à razão de 20 litros para 100 quilômetro.²²²

Como se pode perceber, já na década de 1920 a necessidade que o Brasil possuía de importar petróleo era motivo de preocupação para as autoridades públicas. A esse respeito, em palestra na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1925, o engenheiro

²²⁰ Idem. 22/12/1943. p. 12.

²²¹ Na década seguinte, em 1933, a Estação Experimental de Combustíveis e Minérios deixou de existir, dando lugar a criação, no ano seguinte, do Instituto Nacional de Tecnologia. CASTRO, Maria Helena Magalhães e SCHWARTZMAN, Simon. *Tecnologia para a Indústria: a História do Instituto Nacional de Tecnologia*. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/int/int1.htm#N_21>. Acesso em: 15/10/2008.

²²² Ibidem.

Fonseca Costa, um dos fundadores da Estação Experimental de Combustíveis e Minérios, afirmou:

A produção mundial de petróleo começa a se tornar insuficiente para o consumo, que não se tem mantido estacionário, mas cresce de forma inquietadora. [...] De fato, geólogos e especialistas calcularam que as reservas mundiais conhecidas estarão esgotadas em cerca de 80 anos apenas. Compreende-se bem, portanto, que o abastecimento de petróleo se tenha tornado o eixo de gravitação da política internacional. As nações importadoras do combustível vêm crescer desmesuradamente, de ano para ano, o peso dessa cifra na balança comercial.²²³

A fase de testes da década de 1920 deu lugar na década seguinte à estruturação da produção de álcool-motor no Brasil, iniciada durante o primeiro governo do presidente Getúlio Vargas. O objetivo não era a substituição da gasolina, o principal combustível derivado do petróleo que o país importava, mas sim viabilizar a mistura do álcool-motor à gasolina, reduzindo a necessidade de importação desta última. Nesse sentido, o decreto-lei nº 19.717, de 20 de fevereiro de 1931, estabeleceu a obrigatoriedade da adição de um mínimo de 5% de álcool-motor à gasolina importada. Além disso, isentou o álcool-motor de uma série de imposto e livrou, pelo prazo de um ano, o maquinário necessário para a montagem de destilarias de tarifas de importação. Em 23 de setembro de 1938, o decreto-lei nº 737 estendeu a mistura de 5% de álcool também à gasolina produzida no país.²²⁴

Em 1933, o governo federal criou o Instituto do Açúcar e do Alcool, órgão que até 1990 ditou as políticas públicas que incidiram sobre estes dois produtos. Durante as décadas de 1930 e 1940, o Instituto do Açúcar e do Alcool, entre outros encargos, foi responsável pelo fomento da produção de álcool-motor e pela instalação de destilarias em diversas regiões do Brasil.²²⁵ Após o início da guerra, esse processo foi intensificado. Tanto que entre 1939 e 1941, a produção anual de álcool-motor passou de 38.171.502 litros para 74.467.263 litros, enquanto o número de destilarias no Brasil passou de 31 para 44.²²⁶

Em 1941, foi aprovado mais um aumento na mistura de álcool-motor à gasolina, que passou para 20%. No ano seguinte, em 22 de setembro de 1942, em plena vigência do regime de racionamento de combustíveis líquidos no Brasil, o governo federal,

²²³ Ibidem.

²²⁴ Ibidem.

²²⁵ Ibidem.

²²⁶ SZMRECSÁNYI, Tamás. *O planejamento da agroindústria canavieira no Brasil: 1930-1975*. São Paulo: HUCITEC, Universidade Estadual de Campinas, 1979. p. 205.

através do decreto-lei nº 4.722, declarou a indústria alcooleira do país como indústria de interesse nacional. Com essa medida, foi estabelecido que, pelo espaço de quatro anos, a partir da safra 1943-44, ficava assegurado o amparo oficial à produção de álcool-motor, inclusive, com o estabelecimento dos preços mínimos, que concediam uma boa margem de lucro aos capitais nela empregados.²²⁷

Em outubro de 1942, no mês seguinte à indústria alcooleira ser considerada indústria de interesse nacional, foi criada a Companhia Rio-Grandense de Álcool Carburante S. A., que tinha como objetivo de produzir álcool-motor para minorar a grave crise de combustíveis por que atravessava o Rio Grande do Sul.²²⁸

Até então, o álcool-motor não era produzido no Rio Grande do Sul por diversos motivos, dentre os quais se destacavam o alto custo da produção e a concorrência com os estados do nordeste e sudeste do Brasil, que, por serem grandes cultivadores de cana-de-açúcar, produziam álcool-motor em grande quantidade, comercializando-o no mercado interno por preços muito baixos.

Se até o início da guerra a produção de álcool-motor era considerada deficitária no estado, as restrições de transportes, o aumento do preço do produto no mercado interno, além da recém citada legislação federal, que concedeu amparo oficial à indústria alcooleira e estabeleceu os preços mínimos do produto, fizeram com que o Rio Grande do Sul passasse a ter condições de produzir álcool-motor com preços semelhantes e até mesmo mais baixos que o produzido pelos estados do nordeste e sudeste do Brasil, utilizando como matéria-prima a mandioca. A principal diferença era de que no Rio Grande do Sul o álcool-motor não era produzido a partir da cana-de-açúcar, mas sim da mandioca.²²⁹

Diante desse contexto que foi criada a Companhia Rio-Grandense de Álcool Carburante S. A., que, em sua destilaria localizada no município de Viamão, à margem esquerda do rio Gravataí, no centro da zona de produção de mandioca, começou a produzir pela primeira vez no Rio Grande do Sul álcool-motor de alta graduação, destinado à indústria, agricultura e transportes do estado. Estimava-se que essa destilaria, que começou produzindo cerca de mil litros de álcool-motor diários, após pequenas adaptações no maquinário, pudesse produzir até 6 mil litros diários.²³⁰ Em janeiro de 1944, o governo do estado autorizou a criação de mais 20 destilarias no Rio

²²⁷ *Correio do Povo*. 23/09/1942. p. 02.

²²⁸ *Idem*. 25/10/1942. p. 07.

²²⁹ *Ibidem*.

²³⁰ *Ibidem*.

Grande do Sul, que, juntas, poderiam produzir até 20 mil litros de álcool-motor diários, também utilizando como matéria-prima à mandioca.²³¹

Apesar dos incentivos, não houve durante a Segunda Guerra Mundial nenhum esforço do governo federal em transformar o álcool-motor em um combustível substituto à gasolina. Como já vinha ocorrendo nas décadas de 1920 e 1930, os esforços na década de 1940 visavam, acima de tudo, viabilizar a mistura do álcool-motor à gasolina, como determinava a já citada legislação vigente.²³² No Rio Grande do Sul, com exceção de alguns táxis, foram poucos os veículos que tiveram seus motores convertidos para funcionar exclusivamente com o álcool-motor, muito em função do preço elevado desse combustível, em média, 50% mais caro que a gasolina.²³³

Terminada a Segunda Guerra Mundial, o governo federal permaneceu investindo no fomento a produção de álcool-motor, tendo em vista sua mistura à gasolina. Apenas duas décadas após o final da guerra, foram tomadas as primeiras medidas no sentido de transformar o álcool-motor em um combustível substituto à gasolina no Brasil, em decorrência da crise do petróleo de 1973 (resultado da elevação do preço do barril de 2,90 dólares para 11,75 dólares entre setembro e dezembro daquele ano). Em 14 de novembro de 1975, durante o governo do presidente Ernesto Geisel, o decreto-lei nº 76.593 criou o Programa Nacional do Álcool (Pró-Álcool), que, desde então, passou a financiar a construção de destilarias em todo o país, a produção de álcool-motor e a conversão dos motores dos veículos para funcionar apenas com esse combustível.²³⁴

Além do incentivo a produção de álcool-motor durante a Segunda Guerra Mundial, o governo federal também incentivou a utilização do gasogênio, combustível que produzia energia a partir da queima tanto do carvão vegetal como da lenha. Alguns meses antes do início da guerra, em 28 de fevereiro de 1939, o decreto-lei nº 1.125 já havia dado o primeiro passo nesse sentido, criando a Comissão Nacional de Gasogênio e instituindo cursos sobre esse combustível no Ministério da Agricultura. Diante da escassez de petróleo e combustíveis derivados no Brasil durante boa parte da guerra, o gasogênio passou a ser tratado pelo governo federal como um combustível genuinamente nacional, em função da grande quantidade de matas existente em todo o país, de onde viriam à lenha e o carvão vegetal necessários a sua utilização.

²³¹ Idem. 29/01/1944. p. 08.

²³² FIGUEIREDO, Sérgio. *O carro a álcool: uma experiência de política pública para a inovação no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Brasília: Programa de Pós-Graduação em Políticas em Ciências e Tecnologia da UnB, 2006. p. 42.

²³³ *Correio do Povo*. 12/12/1942. p. 03.

²³⁴ FIGUEIREDO, Sérgio. Op. Cit. p. 20-23.

Assim, o gasogênio passou a ser bastante utilizado no Brasil para movimentar os tratores nos campos e as máquinas nas indústrias. A esse respeito, em novembro de 1941, a Siderúrgica Riograndense tornou-se a primeira siderúrgica da América do Sul a utilizar o gasogênio como fonte de energia. Fundada em Porto Alegre quatro anos antes, a Siderúrgica Riograndense produzia diariamente 20 toneladas de laminados, abastecendo tanto o mercado local como o mercado nacional. Segundo o paulista Hermínio Natali, um dos fundadores da siderúrgica, a adaptação das instalações para funcionar com gasogênio, além de contribuir com a economia nacional, ainda representava uma redução de cerca de 70% nas despesas mensais em relação ao óleo importado, combustível antes utilizado. Todo o carvão vegetal consumido pelos fornos era obtido por preços bastante baixos no próprio estado, em municípios como Gravataí, Santo Antonio da Patrulha, Taquara, Montenegro, entre outros.²³⁵

Foi na área dos transportes, porém, que o gasogênio foi mais amplamente utilizado no Brasil. O recém citado decreto-lei nº 1.125, que criou a Comissão Nacional do Gasogênio, já estabelecia a obrigatoriedade de que um em cada dez automóveis de um mesmo proprietário fosse movido a gasogênio. O uso do gasogênio em qualquer tipo de veículo motor requeria a instalação de um volumoso aparelho, composto por uma fornalha (onde ocorria a queima do carvão vegetal ou da lenha) e tubos que levavam o gás até o motor. Na maioria dos casos, este aparelho, que pesava cerca de 100 quilos, era instalado na parte traseira do veículo. A instalação era feita sem retirar ou prejudicar o funcionamento do veículo à gasolina, de maneira que, se por qualquer circunstância, o motorista resolvesse colocar o veículo a funcionar com gasolina, bastava acioná-la que, no mesmo momento, cessava o gasogênio.

No Brasil, o gasogênio também ficou popularmente conhecido no país como “gás pobre”, porque tinha um desempenho em média 40% inferior ao da gasolina. No entanto, se com o gasogênio os veículos perdiam parte da potência do motor, seus proprietários ganhavam em economia, estimada em torno de 75% em relação à gasolina.²³⁶

O primeiro automóvel movido a gasogênio a circular no Rio Grande do Sul foi um caminhão doado pelo Ministério da Agricultura à seção de fomento agrícola do estado, em dezembro de 1939, para ser empregado no campo de cooperação municipal de Itaquí. Àquela altura, o Ministério da Agricultura já contava com 12 caminhões de

²³⁵ *Correio do Povo*. 11/11/1942. p. 07.

²³⁶ *Idem*. 06/03/1942. p. 02.

procedência sueca movidos a gasogênio em seus serviços de transporte. Durante uma exibição pelas ruas do centro de Porto Alegre, o primeiro automóvel movido a gasogênio a circular no estado roubou a atenção dos porto-alegrenses. O consumo foi calculado em meio-quilo de carvão por quilômetro rodado.²³⁷

Em outubro de 1941, ano em que o governo federal começou a encontrar dificuldades em importar petróleo e combustíveis derivados, o presidente Getúlio Vargas, tendo em vista o desenvolvimento do gasogênio no Brasil, autorizou o Ministério da Agricultura a adquirir no exterior mil aparelhos de gasogênios, além de materiais necessários a sua produção, para serem revendidos a preço de custo no país.²³⁸

No início de 1942, já havia algumas dezenas de automóveis movidos a gasogênio circulando no Rio Grande do Sul.²³⁹ Foi nesse período que começaram a surgir no sudeste do país as primeiras fábricas especializadas na produção de aparelhos de gasogênio, como as paulistas Gohin-Poulenc e Gasogênio Mecânica, ambas com escritórios em Porto Alegre voltados à revenda desses produtos. No Rio Grande do Sul, os primeiros aparelhos de gasogênio foram produzidos em oficinas mecânicas de pequeno porte. A primeira grande fábrica produtora de gasogênio do estado foi a Gasogênios Gomes, inaugurada em 13 de novembro de 1942, no município de Julio de Castilhos. Segundo Lourenço Gomes, proprietário da fábrica, “havendo material”, seria possível construir até “cinco aparelhos diários”.²⁴⁰ Alguns semanas depois à inauguração da Gasogênios Gomes, a fábrica Perillo Irmãos, do ramo metalúrgico em Porto Alegre, lançou o aparelho Gasogênio Perillo, que prometia revolucionar o mercado, com um desempenho superior aos demais, capaz de fazer com que uma caminhonete carregada com uma tonelada fizesse o percurso Porto Alegre-Tramandaí (132 Km na época) em apenas 2 horas.²⁴¹ Já em junho do ano seguinte, à concessionária Ribeiro Jung garantia a instalação do aparelho de gasogênio mais eficiente do mercado em apenas oito dias.²⁴²

Foi mesmo a partir de 1942, ano em que teve início o racionamento de combustíveis líquidos, que o gasogênio passou a ser amplamente utilizado em diferentes tipos de veículos em todo o Brasil. Aos automóveis particulares e a quase totalidade dos automóveis oficiais, o gasogênio tornou-se praticamente a única alternativa viável para

²³⁷ Idem. 02/12/1939. p. 07.

²³⁸ Idem. 30/10/1941. p. 03.

²³⁹ Idem. 03/03/1942. p. 02.

²⁴⁰ Idem. 22/11/1942. p. 12.

²⁴¹ Idem. 24/11/1942. p. 05.

²⁴² Idem. 06/06/1942. p. 13.

continuar circulando. Já às empresas de transporte coletivo e de cargas, a maneira de colocar em circulação parte dos ônibus, caminhonetes e caminhões que se encontravam parados nas garagens por falta de combustíveis.

No que se refere aos valores de instalação dos aparelhos de gasogênio, eles eram bastante elevados, tanto para veículos de pequeno como de grande porte. Em julho de 1942, a instalação em um veículo comum, de pequeno porte, custava em média 6:000\$000 Rs (seis contos de Réis)²⁴³, valor 24 vezes superior ao salário mínimo regional da época, que era 250\$000 Rs (duzentos e cinqüenta mil Réis). Já para os ônibus, o valor de instalação era quase que três vezes superior. Em junho de 1942, o Sindicato das Empresas de Ônibus, Veículos de Carga e Garagem de Porto Alegre, como forma de protesto, dirigiu-se à imprensa para denunciar que, após o início do racionamento de combustíveis líquidos, os preços dos aparelhos de gasogênio para ônibus haviam subido quase 100%, excedendo os 15:000\$000 Rs (quinze contos de Réis). Além disso, as exigências impostas pelos vendedores eram enormes, devendo o pagamento ser realizado somente à vista.²⁴⁴

Apesar do protesto, a necessidade de manter a frota circulando fez com que as empresas de transporte coletivo e de cargas acabassem aderindo ao gasogênio. Em setembro de 1942, o Sindicato das Empresas de Ônibus, Veículos de Carga e Garagem de Porto Alegre encomendou os primeiros aparelhos de gasogênio por intermédio da firma local Mesbla.²⁴⁵ No início do mês seguinte, mais precisamente a partir do dia 8 de outubro, começaram a circular em Porto Alegre os primeiros ônibus movidos a gasogênio.²⁴⁶ Muitas empresas de transporte coletivo do interior do estado, como empresa Alto Taquari, que fazia viagens entre os municípios do vale do Taquari e Porto Alegre, também acabaram aderindo ao “gás pobre”.²⁴⁷ Em março de 1943, após o já comentado corte no fornecimento de combustíveis promovido pela Comissão de Abastecimento Público, apenas ônibus e caminhões de carga movidos a gasogênio permaneceram trafegando regularmente.²⁴⁸ A Assistência Pública de Porto Alegre, que, com este corte, teve a sua cota mensal de gasolina reduzida em 50%, mandou instalar aparelhos de gasogênio em suas ambulâncias para poder continuar atendendo aos

²⁴³ Idem. 18/07/1942. p.

²⁴⁴ Idem. 12/06/1942. p. 05.

²⁴⁵ Idem. 29/09/1942. p. 05.

²⁴⁶ Idem. 07/10/1942. p. 04.

²⁴⁷ Idem. 22/11/1942. p. 20.

²⁴⁸ Idem. 24/03/1943. p. 04.

enfermos. O mesmo fez também a Delegacia de Trânsito de Porto Alegre em relação aos seus automóveis.²⁴⁹

Em dezembro de 1942, foi criada em Porto Alegre a Táxi Gasogênio Ltda., uma empresa de “carros de praça” com toda a frota movida a gasogênio, destinada ao transporte de passageiros 24 horas por dia. Logo no início dos trabalhos, a empresa já contava com uma frota de 10 carros de luxo das marcas Chevrolet, Dodge e Ford, todos com instalação de rádio. Além de tentar suprir a defasagem nos transportes coletivos, a Táxi Gasogênio Ltda. também foi criada com o propósito de baixar o preço das “corridas” de táxi, que, devido ao racionamento de combustíveis líquidos, tiveram uma ligeira elevação. Além disso, alguns taxistas haviam optado por converter os motores de seus automóveis para funcionar com álcool-motor, em média 50% mais caro que a gasolina, o que pressionava ainda mais os preços das “corridas”.²⁵⁰

Por falar em “corridas”, não as de táxi, mas sim às automobilísticas, cabe ressaltar que com o racionamento de combustíveis líquidos, elas foram interrompidas em todo o país. No Rio Grande do Sul, para resolver esse problema e difundir o uso do gasogênio nos meios de transportes motorizados, em junho de 1943, foram abertas às inscrições para a I Corrida de Automóveis a Gasogênio, que ocorreria no mês seguinte, no antigo Autódromo do Cristal em Porto Alegre. A organização da corrida ficou ao encargo do jornal *Folha da Tarde* (vespertino de propriedade do *Correio do Povo*) e da Comissão Estadual de Gasogênio, criada em julho do ano anterior para promover e regulamentar a utilização deste combustível no Rio Grande do Sul.²⁵¹ De acordo com o regulamento da corrida, poderiam participar apenas automóveis de passeio com aparelhos de gasogênio fabricados no Rio Grande do Sul. Os aparelhos de gasogênio de procedência industrial deveriam ser semelhantes aos postos à venda no mercado. Já os participantes que optassem correr com aparelhos de gasogênio de fabricação particular, deveriam provar que os mesmos haviam sido fabricados no estado. O regulamento previa que os automóveis concorrentes seriam submetidos a uma prova de 15 voltas pelo Autódromo do Cristal, totalizando um percurso de 225 Km.²⁵²

A corrida acabou sendo realizada em uma manhã de domingo, dia 18 de julho de 1943, com a presença de milhares de espectadores. A largada foi dada exatamente às 9

²⁴⁹ Idem. 30/03/1943. p. 08.

²⁵⁰ Idem. 12/12/1942. p. 03.

²⁵¹ Ataliba Paz, secretário da Agricultura, foi nomeado presidente da Comissão Estadual de Gasogênio, composta por técnicos do DAER, da Secretaria de Obras Públicas, da Secretaria de Agricultura e de representantes das indústrias. Idem. 19/07/1942. p. 07.

²⁵² Idem. 02/06/1943. p. 05.

horas e 2 minutos. Participaram da corrida 28 automóveis movidos a gasogênio, dos quais 21 completaram as quinze voltas pelo Autódromo do Cristal previstas pela organização. O vencedor foi o piloto porto-alegrense Catarino Andreatta, que, conduzindo um automóvel Ford, com aparelho de gasogênio da marca Rimoli, completou os 225 km do percurso total em 2 horas e 56 minutos, imprimindo uma média horária de 76 km/h. Completaram o pódio, em segundo lugar, Dirceu Oliveira, conduzindo um automóvel Ford, com aparelho de gasogênio Berta e, em terceiro lugar, Alberto Moraes, conduzindo um automóvel Ford, com aparelho de gasogênio Vulcano.²⁵³

Corridas desse tipo também foram realizadas em outras capitais brasileiras. Em 1944, na capital paulista, ocorreu o I Grande Prêmio São Paulo de Automobilismo, disputado também apenas por automóveis movidos a gasogênio. A prova, realizada no autódromo de Interlagos, foi vencida pelo piloto paulista Chico Landi, que ganhou fama após esse triunfo.²⁵⁴ Anos mais tarde, Chico Landi disputou várias corridas de automóveis na Europa, tornando-se o primeiro piloto brasileiro a disputar a Fórmula 1, principal categoria do automobilismo mundial.

Assim como Chico Landi, o piloto Catarino Andreatta, vencedor da I Corrida de Automóveis a Gasogênio realizada no Autódromo do Cristal em Porto Alegre, também ganhou fama. Não apenas por ter vencido a prova, mas também por ter também vencido as adversidades impostas pela guerra. Nesse caso, a falta de combustíveis líquidos que havia acabado com as corridas de automóveis. Mas não foi apenas Catarino Andreatta que ganhou fama. O aparelho de gasogênio da marca Rimoli, utilizado em seu automóvel, também. Tanto que desde então, seus fabricantes passaram a anunciá-lo na imprensa como o “aparelho vencedor da corrida de gasogênios”.²⁵⁵

Também como forma de promover a utilização do gasogênio, no final de 1943, o engenheiro municipal Egídio Costa realizou uma viagem de ida e volta de Porto Alegre a Goiás utilizando um automóvel Chevrolet equipado com um aparelho de gasogênio fabricado pelo DAER. Possivelmente, tenha sido o maior percurso até então percorrido por um automóvel movido a gasogênio. Segundo Egídio Costa, entre os principais objetivos dessa viagem estava “a verificação do gasogênio para grandes percursos em diversos tipos de estrada”. A esse respeito, afirmou que os 7.400 km do percurso total,

²⁵³ Idem. 20/07/1943. p. 06.

²⁵⁴ CYTRYNOWICZ, Roney. Op. Cit. p. 70.

²⁵⁵ *Correio do Povo*. 25/07/1943. p. 11.

constituído de rodovias asfaltadas, estradas de terra batida e trilhas abertas no cerrado, foi vencido sem nenhum contratempo: “Quanto ao comportamento do gasogênio, posso dizer que os resultados obtidos foram além da minha expectativa: nenhum acidente, nenhuma dificuldade, nenhum inconveniente”.²⁵⁶

Terminada a guerra em 1945 e normalizado o fornecimento de petróleo e combustíveis derivados, o gasogênio deixou de ser utilizado no Brasil. Em 24 de setembro de 1948, durante o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra, o decreto-lei nº 405 tratou de extinguir a Comissão Nacional de Gasogênio.²⁵⁷ Estima-se que durante a Segunda Guerra Mundial tenham sido fabricados no Brasil entre 15 e 20 mil aparelhos de gasogênio para veículos de diferentes tipos.²⁵⁸

Nos dias de hoje, o gasogênio provavelmente não seria um combustível bem aceito. Principalmente pelos ambientalistas. Isso porque a queima do carvão vegetal ou da lenha em grande quantidade intensificaria o processo de desmatamento no Brasil e ainda aumentaria a emissão de gases poluentes na atmosfera. Além disso, se for levado em consideração o fator comodidade, o veículo movido a gasogênio também sai perdendo, já que, além da perda de potência do motor, o veículo não tinha o funcionamento imediato: era necessário esperar até que o “gás pobre” resultante da queima do carvão vegetal ou da lenha alimentasse o motor.²⁵⁹

Mesmo durante a Segunda Guerra Mundial, esses problemas eram levados em conta. No entanto, a falta de opções viáveis motivou a utilização do gasogênio. Segundo escreveu o *Correio do Povo* em novembro de 1943, era bem verdade que o “gás pobre” não poderia ser considerado o “sucedâneo ideal da gasolina na propulsão de veículos motorizados”. Porém, “satisfaz[ia] amplamente as necessidades [...] do país, havendo prestado, entre outros, o inestimável serviço de evitar a paralisação do nosso parque mecanizado, na grave emergência da guerra”. Nesse sentido, o gasogênio era apresentado pelo jornal como “um verdadeiro ‘soldado’ do Brasil, um auxiliar prestimoso e inapreciável do esforço de guerra com que a Pátria revida a agressão nazista”.²⁶⁰

²⁵⁶ Idem. 13/11/1943. p. 02.

²⁵⁷ *Revista 4 Rodas*. Ano XX, nº 235. São Paulo: fevereiro de 1980. p. 110.

²⁵⁸ CYTRYNOWICZ, Roney. Op. Cit. p. 74.

²⁵⁹ *Orientação Econômica e Financeira*. Porto Alegre, ano III, nº 29, outubro de 1944. p. 05.

²⁶⁰ *Correio do Povo*. 13/11/1943. p. 02.

Capítulo 3 – A guerra no bolso dos porto-alegrenses

3.1 – A guerra e o aumento do custo de vida no Brasil

A I Guerra Mundial provoca um processo inflacionário no Brasil, que se reflete no alto do custo de vida. Os gêneros alimentícios somem, os preços aumentam constantemente, os problemas surgem galopantes e, pela primeira vez, em 1917, o governo federal e, separadamente, o de alguns Estados, fazem tabelamento e criam organismos controladores de preços. O resultado é quase nulo, pois a iniciativa é mal estruturada e as autoridades não tem condições de regular o valor dos produtos agrícolas e industriais, e nem avaliar a trajetória dos preços, entre a sua origem e o mercado consumidor.²⁶¹

Com essas palavras, o historiador Edgard Carone, que escreveu vários livros sobre as primeiras décadas de existência do regime republicano no Brasil, descreve a situação vivida pelos brasileiros durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). O mais surpreendente é que, duas décadas mais tarde, essa situação voltou a se repetir durante a Segunda Guerra Mundial. A principal diferença é que, ao contrário do ocorrido na Primeira Guerra Mundial, na Segunda, as autoridades públicas de todo o país de imediato tomaram medidas para controlar os preços e evitar a escassez de uma série de produtos. O próprio governo federal, por exemplo, já em setembro de 1939, mês do início da Segunda Guerra Mundial, criou a Comissão de Abastecimento, responsável por “regular a produção e o comércio de gêneros alimentícios, de matérias-primas, drogas e medicamentos, de materiais de construção, combustíveis, lubrificantes e outros artigos de primeira necessidade”.²⁶²

Três anos mais tarde, em setembro de 1942, a Comissão de Abastecimento foi substituída pela Coordenação da Mobilização Econômica, órgão com poderes mais amplos, capaz de gerir com maior eficiência a economia nacional após a entrada do Brasil na guerra.²⁶³ Outra novidade da Segunda Guerra Mundial em relação a Primeira se refere às punições severas a todos aqueles que, aproveitando-se da guerra, desrespeitavam as autoridades públicas e elevavam abusivamente os preços dos gêneros alimentícios e de uma série de outros produtos.²⁶⁴

²⁶¹ CARONE, Edgard. *A Terceira República...* Op. Cit. p. 203.

²⁶² Ibidem.

²⁶³ Ibidem.

²⁶⁴ Ibidem.

No entanto, nem mesmo o controle dos preços e as punições aos infratores foram capazes de impedir o aumento do custo de vida no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. Cabe ressaltar que o aumento do custo de vida é inquestionavelmente um fenômeno agravado pelos conflitos armados. No entanto, o que se verificou no Brasil entre 1939 e 1945 vai muito além do aceitável. Em agosto de 1944, em uma das reuniões do Conselho Consultivo do Serviço de Abastecimento da Coordenação da Mobilização Econômica, o Cel. Jesuíno Albuquerque afirmou que “o aumento do custo de vida no nosso país tem sido mais acentuado do que em outros países, diretamente envolvidos na guerra”.²⁶⁵

Um estudo realizado pelo Departamento Internacional do Trabalho logo após o término da Segunda Guerra Mundial vai ao encontro da afirmação do coronel Jesuíno Albuquerque. Segundo este estudo, a maioria dos países não conseguiu conter a tendência altista da subsistência durante a guerra. Em alguns, como nos Estados Unidos, Canadá, Argentina e Uruguai, o aumento foi modesto. Já em outros, como no Brasil, o custo de vida ascendeu vertiginosamente. Por mais paradoxal que possa parecer, os países europeus, de uma forma geral, não registraram um aumento do custo de vida elevado.²⁶⁶ Alemanha e Inglaterra, por exemplo, dois dos países mais arrasados pela guerra, tiveram um aumento no custo de vida que pode ser considerado moderado, de 11% e 22%, respectivamente. Enquanto isso, o Brasil, país com uma grande produção agrária e pastoril, afastado dos graves problemas que castigaram a Europa, teve o custo de vida elevado em 60%, como mostra a Tabela 5.

Tabela 5: Índices de custo de vida na Alemanha, Inglaterra e Brasil (1939-1944).

Ano	1939	1940	1941	1942	1943	1944
Alemanha	82	84	86	89	90	92
Inglaterra	96	113	122	–	121	122
Brasil	131	136	152	170	188	210

Fonte: *Orientação Econômica e Financeira*. Porto Alegre, ano IV, nº 44, maio de 1946, p.29.

Ainda que a valorização de uma série de produtos no mercado internacional, as dificuldades de transporte e o aumento dos valores dos fretes de mercadorias tenham contribuído para a elevação dos preços, não podem servir como as únicas justificativas para o grande aumento do custo de vida registrado no Brasil durante a Segunda Guerra

²⁶⁵ *Correio do Povo*. 08/08/1944. p. 10.

²⁶⁶ *Orientação Econômica e Financeira*. Porto Alegre, ano IV, nº 44, maio de 1946, p.29.

Mundial. Até mesmo porque, esses mesmos problemas também foram verificados em praticamente todos os países do mundo. Principalmente naqueles que tiveram seus territórios transformados em campos de batalha, e que, ainda assim, registraram um aumento no custo de vida inferior ao do Brasil.

Pode-se afirmar que a especulação foi um fator de peso para o aumento do custo de vida no Brasil durante a guerra. Nesse sentido, a guerra foi mais um alibi do que uma causa concreta para a elevação dos preços de uma série de produtos no mercado brasileiro. Na grande maioria dos casos, especuladores utilizavam-na para justificar aumentos, na maioria das vezes, abusivos.

A especulação e a inflação foram marcantes em Porto Alegre durante a Segunda Guerra Mundial. Cabe então, tomar conhecimento das formas como elas atingiram a vida cotidiana na capital gaúcha e as medidas tomadas pelas autoridades públicas para combatê-las, ainda que sem sucesso.

3.2 – A guerra e o aumento do custo de vida em Porto Alegre

Nos dias seguintes ao início da guerra, verificou-se em Porto Alegre, assim como nas demais capitais brasileiras, o aumento dos preços de uma série de produtos no comércio em geral. Os gêneros de primeira necessidade, indispensáveis ao consumo da população, como o arroz, feijão, farinha de trigo, batata, açúcar, etc., foram os primeiros a ter os valores elevados na capital gaúcha. Acompanhando a tendência altista, os produtos farmacêuticos de origem estrangeira tiveram os preços reajustados em 30%, 50% e até 100%.²⁶⁷ Para evitar o aumento das despesas, a Santa Casa de Misericórdia, que utilizava medicamentos importados no tratamento dos enfermos, solicitou aos médicos da instituição que passassem a indicar apenas medicamentos de procedência nacional.²⁶⁸

A alta dos preços atingiu também os materiais de construção. No que se refere às obras de remodelação de Porto Alegre, o prefeito Loureiro da Silva garantiu a execução de todas, mesmo após o aumento de mais de 100% nos preços do ferro e do cimento nacional.²⁶⁹ Isso porque, segundo ele, a prefeitura municipal dispunha de “regular

²⁶⁷ *Correio do Povo*. 06/09/1939. p.5.

²⁶⁸ *Idem*. 05/09/1939. p. 7.

²⁶⁹ *Diário de Notícias*. 09/09/1939. p.8.

quantidade de material de construção em depósito, comprada aos preços anteriores a inexplicável alta”.²⁷⁰ Já o interventor federal Cordeiro de Farias suspendeu a abertura de concorrência para novas obras e anunciou um corte de 20% nas despesas de todos os departamentos da administração estadual, tendo em vista a manutenção do equilíbrio orçamentário, ameaçado por uma provável diminuição das rendas públicas.²⁷¹

Assim, os primeiros reflexos da guerra deflagrada na Europa não foram apenas de ordem emocional. Foram, sobretudo, de ordem econômica. Os porto-alegrenses sentiram de imediato os efeitos da catástrofe que desabou sobre o Velho Mundo.

Para as autoridades públicas locais e imprensa da época, os aumentos eram injustificáveis, já que incidiam sobre produtos produzidos no próprio Rio Grande do Sul ou que foram importados antes do início da guerra. Por isso, não passavam de manobras especulativas, promovidas por exploradores que, aproveitando-se na anormalidade do momento, buscavam elevar abusivamente suas margens de lucro.²⁷²

A maior preocupação das autoridades públicas locais recaía sobre os gêneros de primeira necessidade, indispensáveis ao consumo da população. Assim, em 15 de setembro de 1939, o governo do estado, através do decreto-lei nº 7.917, criou a Comissão Geral de Tabelação e Controle de Preços (CGTCP), responsável por “fixar e fiscalizar os preços dos gêneros de primeira necessidade, evitando e punindo os especuladores da situação decorrente da guerra européia”.²⁷³ Em 29 de setembro de 1939, menos de um mês após o início da guerra, foram publicadas as primeiras tabelas de preços tanto para o atacado como para o varejo, que deveriam vigorar em todo o estado. Segundo João Dahne, diretor-geral da Secretaria de Agricultura, escolhido para presidir a CGTCP, os valores foram calculados tendo como base os “elementos fornecidos pelo próprio comércio em sua relação de estoque e de preços vigentes antes de 30 de agosto” (30 de agosto de 1942, dois dias antes do início da guerra). Desse modo, permitindo uma “porcentagem de majoração suficiente para cobrir as diferenças provenientes da natural oscilação de preços”, foram tabelados os valores do arroz, feijão, açúcar, azeite, banha, batata, café, cebola, farinha, manteiga, sal e sabão.²⁷⁴ No mês seguinte, em 12 de outubro de 1939, foi à vez do tabelação dos preços dos

²⁷⁰ Idem. 12/09/1939. p.10.

²⁷¹ Ibidem.

²⁷² *Correio do Povo*. 06/09/1939. p. 05.; e *Diário de Notícias*. 07/09/1939. p. 10.

²⁷³ *Jornal do Estado*. 15/09/1939. p.01.

²⁷⁴ Idem. 29/09/1939. p.07.

produtos farmacêuticos, tanto importados como nacionais.²⁷⁵ Ao zelar pelo bem-estar público, na defesa dos interesses coletivos, o decreto-lei que deu origem ao tabelamento dos preços ficou conhecido pela população como a “Lei de Proteção do Povo”.²⁷⁶

Cabe ressaltar que desde 1930, durante o governo do prefeito Alberto Bins, a prefeitura municipal de Porto Alegre já elaborava tabelas de preços de gêneros de primeira necessidade. No entanto, o controle restringia-se ao varejo, sem atingir o atacado. Por isso que este controle mostrou-se falho após o início da Segunda Guerra Mundial, já que a elevação dos preços ocorreu no atacado, pressionando os preços no varejo.²⁷⁷

Conforme foi decidido, as tabelas de preços da CGTCP seriam revisadas periodicamente, levando em consideração os interesses do comércio e dos consumidores.²⁷⁸ Em Porto Alegre, fiscais da prefeitura municipal entraram em atividade percorrendo o comércio atacadista e varejista para verificar se o tabelamento estava mesmo sendo cumprido. Ao mesmo tempo em que pedia boa vontade aos comerciantes, as autoridades públicas locais convocavam a população a denunciar as altas que infringissem os valores tabelados. Para facilitar a fiscalização, tornou-se obrigatório aos estabelecimentos comerciais à fixação da tabela de preços em local de fácil acesso à consulta pública, assim como a emissão de nota fiscal das mercadorias vendidas, tanto à vista como a prazo. As notas deveriam indicar a data da venda, a especificação da mercadoria e o respectivo preço, além do nome e carimbo do estabelecimento comercial.

Houve muita resistência por parte dos comerciantes em aceitar os preços tabelados. Os varejistas eram os que mais protestavam, sob a justificativa de que os valores estabelecidos pela CGTCP concediam uma margem média de lucro de 9,5%, quando o mínimo necessário para a manutenção dos negócios era 15%. Rebatendo os protestos, João Dahne apresentou a imprensa uma série de dados que apontavam um lucro médio aos varejistas de 15,3%.²⁷⁹ Os estabelecimentos comerciais que não acatavam a tabela de preços passaram a receber multas estipuladas de acordo com a gravidade da infração. Assim, o Armazém Apollo, que vendeu o quarto de quilo da manteiga por 2\$200 Rs (dois mil e duzentos Réis), quando o preço da tabela era 2\$000

²⁷⁵ Idem. 12/10/1939. p.10.

²⁷⁶ *Diário de Notícias*. 16/09/1939, p. 08.

²⁷⁷ Idem. 09/09/1939. p. 08.

²⁷⁸ *Jornal do Estado*. 02/10/1939. p. 01.

²⁷⁹ *Correio do Povo*. 18/10/1939. p. 5.

Rs (dois mil Réis), foi multado em 100\$000 Rs (cem mil Réis). Já a distribuidora A. Fett & Cia., acusada de reter parte do estoque de manteiga para aumentar o preço do produto no mercado local, recebeu uma multa cinquenta vezes maior, de 5:000\$000 Rs (cinco contos de Réis).²⁸⁰ Em alguns casos, as punições não resultaram apenas em multas, como o ocorrido com Ângelo Obino, fiscal da CGTCP, que, ao inspecionar o estabelecimento comercial de Alípio Silva, localizada na Avenida Oswaldo Aranha, foi desacatado e agredido por Otelino Silva, um dos funcionários. Pela ação, o agressor foi preso e encaminhado a Repartição Central de Polícia.²⁸¹

Cabe ressaltar que mesmo antes do início da guerra, em 18 de novembro de 1938, o governo federal, através do decreto-lei nº 869, havia definido pela primeira vez os “crimes contra a economia popular”. Entre os procedimentos criminalizados, constavam: “transgredir tabelas oficiais de preços de mercadorias” e “obter ou tentar obter ganhos ilícitos, em detrimento do povo ou de número indeterminado de pessoas, mediante especulações ou processos fraudulentos”. Ambos previam pena de “seis meses a dois anos de prisão e multa de 2:000\$000 Rs (dois contos de Réis) a 10:000\$000 Rs (dez contos de Réis)”.²⁸²

Não foram, porém, apenas os produtos vendidos no comércio em geral que tiveram os preços elevados após o início da guerra. Acompanhando a tendência altista, os aluguéis de residências em Porto Alegre também foram reajustados. O fato não representava novidade alguma aos porto-alegrenses. Desde pelo menos a década de 1890, período em que a prefeitura municipal passou a taxar severamente as habitações da capital gaúcha, a população convivia com o aumento dos preços dos aluguéis.²⁸³ Contudo, se os tributos foram decisivos para os aumentos no final do século XIX, o mesmo não pode ser dito para o final da década de 1930 e início da de 1940. Isso porque em 10 de julho de 1939, o prefeito Loureiro da Silva, através do decreto-lei nº 6, reduziu e racionalizou o imposto predial e as taxas de água e esgoto em Porto Alegre.²⁸⁴

Nos meses de janeiro e fevereiro de 1940, o *Correio do Povo* publicou uma série de reportagens denunciando as altas abusivas dos preços dos aluguéis. Segundo o jornal, os donos de imóveis pediam exorbitâncias por residências que, na maioria das vezes,

²⁸⁰ Idem. 11/01/1940. p.5.

²⁸¹ Idem. 19/01/1940. p. 2.

²⁸² Idem. 01/12/1943. p.08.

²⁸³ BAKOS, Margaret Marchiori. Op. Cit. p. 127.

²⁸⁴ *Boletim Municipal*. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Porto Alegre: Ano 1, vol. 3, nº 3, jul./set. de 1939. p. 09-14.

encontravam-se muito aquém das condições higiênicas aceitáveis.²⁸⁵ Os indivíduos que procuravam casa para alugar, alegavam que os valores pedidos custavam “os olhos da cara”, sendo “difícilmente acessíveis à bolsa do trabalhador”.²⁸⁶ Já os que residiam em moradias alugadas, muitas vezes eram alvo do oportunismo dos donos dos imóveis, que, muitas vezes, chegavam forçar os inquilinos a abandonar as residências, para logo alugá-las por uma quantia mais elevada. Como exemplo, o jornal apresentou o caso de uma família de seis pessoas, que, por uma casa no centro da capital gaúcha, pagava mensalmente 280\$000 Rs (duzentos e oitenta mil Réis). Sem condições de arcar com o aumento do aluguel exigido pelo dono do imóvel, a família teve que abandonar a residência, mudando-se para Tramandaí. Passados alguns dias, a mesma casa, após pequenas reformas, foi alugada por 450\$000 Rs (quatrocentos e cinquenta mil Réis).²⁸⁷

No que se refere aos valores cobrados, no perímetro central de Porto Alegre, os aluguéis passaram a girar em torno de 300\$000 Rs (trezentos Mil Réis) e 500\$000 Rs (quinhentos mil Réis). Já nos subúrbios, as habitações coletivas, que meses antes da deflagração do conflito custavam entre 30\$000 Rs (trinta mil Réis) e 50\$000 Rs (cinquenta mil Réis), passaram a custar entre 50\$000 Rs (cinquenta mil Réis) e 100\$000 Rs (cem mil Réis).²⁸⁸ Para se ter uma idéia do impacto dos aluguéis no bolso dos porto-alegrenses, basta informar que, em 1940, o salário mínimo regional era de 250\$000 Rs (duzentos e cinquenta mil Réis).

No início da década de 1940, o aumento dos preços dos aluguéis em Porto Alegre chegou a ser apontado como resultado de um déficit habitacional gerado pelas demolições de imóveis realizadas pela prefeitura municipal para a abertura de novas ruas e avenidas. Refutando esta acusação, o prefeito Loureiro da Silva dirigiu-se à imprensa para isentar-se da culpa, argumentando que o aumento dos preços dos aluguéis decorria da “pouca vontade dos proprietários em construir edifícios para alugar”, além do “grande crescimento da população” e das “exigências sanitárias”.²⁸⁹ O certo é que ao longo de sua administração (1937-1943) foram desapropriados 907 imóveis, sendo mais da metade deles para a construção da Avenida Farrapos (326) e para a ratificação do Riacho Ipiranga (204).²⁹⁰

²⁸⁵ *Correio do Povo*. 24/01/1940. p.5.

²⁸⁶ *Idem*. 10/02/1940. p.6.

²⁸⁷ *Idem*. 24/01/1940. p.5.

²⁸⁸ *Idem*. 08/02/1940. p.4.

²⁸⁹ *Idem*. 01/10/1940. p.10.

²⁹⁰ DE GRANDI, Celito. Op. Cit. p. 95.

Dadas às informações apresentadas, tudo leva a crer que os donos de imóveis tiraram proveito da tendência altista no comércio em geral e do aparente déficit habitacional em Porto Alegre para elevar os valores dos aluguéis. Sem nenhum controle, eles não pararam de subir na capital gaúcha. Somente em 20 de agosto de 1942, o poder público interveio no sentido de conter a alta dos preços dos aluguéis. Através do decreto-lei nº 4.598, também conhecido como “Lei do Inquilinato”, o governo federal congelou os preços dos aluguéis em todo o país pelo prazo de dois anos, restabelecendo os valores cobrados em dezembro de 1941.²⁹¹

Com o passar do tempo, um número cada vez maior de produtos passou a ter os valores controlados no Rio Grande do Sul. Em 30 de agosto de 1941, data em que o governo do estado criou a Comissão de Abastecimento Público (decreto-lei nº 323), que veio a substituir a CGTCP²⁹², a tabela de preços passou a ser dividida em sete grupos. Eram eles: gêneros de primeira necessidade; matérias primas; drogas e medicamentos; combustíveis e lubrificantes; materiais de construção; e outras utilidades. Já o pão, o leite e a carne entraram em caráter permanente de tabelamento, que incluía o controle de todo o processo de produção desses produtos. Para evitar protestos, as reuniões que tratavam da elaboração ou revisão dos preços passaram a contar com a participação de representantes dos produtores, comerciantes e consumidores, com funções meramente consultivas e informativas.²⁹³

No âmbito nacional, como já foi visto, logo após a entrada do Brasil na guerra, o decreto-lei nº 4.750, de 28 de setembro de 1942, criou a Coordenação da Mobilização Econômica, que veio a substituir a Comissão de Abastecimento. Além de orientar a mineração, agricultura, pecuária e a indústria em geral, no sentido de habilitá-las a produzir com a máxima eficiência os materiais e produtos mais necessários e urgentes ao país, cabia também ao órgão federal “fixar os preços máximos, mínimos e os básicos, ou os limites dos preços pelos quais as mercadorias ou materiais devem ser vendidos ou os serviços devem ser cobrados”.²⁹⁴

Diante da alta dos preços e da conseqüente elevação do custo de vida em todo o Brasil, em 8 de janeiro de 1943, a Coordenação da Mobilização Econômica, fixou os valores máximos dos preços, tomando como base os valores cobrados em 1º de

²⁹¹ *Correio do Povo*. 04/10/1942. p. 02.

²⁹² Por determinação do governo federal, em julho de 1940, a CGTCP foi extinta. Assim, entre a extinção da CGTCP e a criação da Comissão de Abastecimento Público, o tabelamento dos preços em Porto Alegre tornou-se encargo da prefeitura municipal. Idem. 28/07/1940. p. 07.

²⁹³ *Jornal do Estado*. 04/10/1941. p. 11.

²⁹⁴ Íntegra desse decreto-lei em: CARONE, Edgard. *A Terceira República...* Op. Cit. p. 205-208.

dezembro de 1942, e aumentou os salários mínimos. Também determinou que em todos os municípios do país, sob a presidência do prefeito, fossem criadas Comissões Municipais de Preços, encarregadas de “organizar [...] a tabela de preços máximos de todos os produtos do comércio necessários à vida das classes menos favorecidas”.²⁹⁵ No Rio Grande do Sul, porém, as Comissões Municipais de Preços duraram pouco mais de um ano, sendo extintas em 4 de fevereiro de 1944, após o governo do estado, atendendo a portaria nº 178 da Coordenação da Mobilização Econômica, criar a Comissão de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul (CAERGS).²⁹⁶

As constantes mudanças de comissões e reincidências de decretos-lei e portarias demonstram toda a incapacidade das autoridades públicas em controlar o aumento do custo de vida no Brasil durante a guerra. O tabelamento dos preços, principal medida de contenção do aumento do custo de vida, por exemplo, não conseguia atingir os objetivos planejados. Além disso, ainda foi responsável pelo surgimento de novos problemas, como a escassez de uma série de produtos dos estabelecimentos comerciais de todo o país. Especialmente gêneros de primeira necessidade. Em Porto Alegre, o leite e a carne servem como exemplo para ilustrar esta situação.

Em março de 1940, sete meses após o início da guerra, ocorreu uma grande crise de escassez de leite em Porto Alegre, depois que o entreposto que controlava a distribuição do produto na capital gaúcha reduziu o fornecimento de 61.149 litros, no dia 3, para 41.994 litros, no dia 8. O motivo para essa redução drástica foi um só: retaliação dos produtores de leite, que, dias antes, tiveram um pedido de aumento na tabela de preço do produto negado pela CGTCP.²⁹⁷

Desde então, a escassez de leite tornou-se um problema crônico em Porto Alegre. Diariamente, era comum ver enormes filas para a compra do produto em torno das leiterias e dos caminhões-tanque cedidos pelo entreposto. Já em março de 1940, os cafés da capital gaúcha suspenderam as vendas de leite no balcão, realizando-as apenas aos fregueses que consumiam o produto no próprio estabelecimento.²⁹⁸ Em dezembro de 1943, depois que a quantidade de leite a disposição em Porto Alegre voltou a ficar em torno dos 41.000 litros diários, quando o ideal era 58.000 litros, o produto passou a ser

²⁹⁵ *Correio do Povo*. 10/01/1943. p.10.

²⁹⁶ *Idem*. 04/02/1944. p. 05.

²⁹⁷ *Idem*. 12/03/1940. p. 07.

²⁹⁸ *Ibidem*.

racionado, com a venda limitada a apenas meio litro por pessoa.²⁹⁹ Sobre este assunto, o *Diário de Notícias* escreveu:

Falta leite no inverno, na primavera, no verão e no outono... Falta leite quando chove e quando faz seca... Falta leite quando há pretexto e quando não há... E o pior é que passam os anos, verdejam os pastos, engordam as vacas e não se toma conhecimento, oficialmente, desse problema angustioso da população de Porto Alegre.³⁰⁰

Segundo os dirigentes da Associação Profissional da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados, a única solução para a crise de escassez de leite em Porto Alegre era o socorro imediato das autoridades públicas aos produtores e, principalmente, um “aumento razoável” do preço do produto:

Assistimos ao aumento do custo das forragens necessárias à produção leiteira; verificamos, em suma, o encarecimento constante das utilidades e de todos os artigos indispensáveis a produção leiteira, entretanto o produtor é coagido inexplicavelmente a vender a produção por preço fixo e invariável, e seja-nos lícito afirmar, igual ao preço por que era vendido a dez, quinze anos atrás.³⁰¹

Mesmo o tabelamento servindo com um desestímulo a produção, o “aumento razoável” no preço do leite pedido pelos produtores era descartado pelas autoridades públicas locais. Até mesmo porque o leite já era caro, quase que inacessível a certas camadas sociais. Em reportagem publicada em março de 1940, durante a primeira grande crise de escassez de leite em Porto Alegre, o *Correio do Povo* informou que, apesar de grave, a escassez de leite não chegava a atingir os habitantes dos bairros mais pobres da capital gaúcha, já que a maioria deles não tinha condições financeiras para adquiri-lo. A esse respeito, os repórteres do jornal entraram em contato com várias pessoas de poucos recursos. Todas as que foram ouvidas disseram o mesmo: “Aqui em casa não se compra leite, porque é muito caro”. Ondina da Silva, dona de casa, quando interpelada pela reportagem, afirmou: “Aqui em casa o dinheiro mal dá para a comida de sal... Leite, às vezes eu compro. Prefiro comprar uma lata de leite condensado, que apesar de custar-me mais caro, dura vários dias”.³⁰²

Tendo em vista a normalização do fornecimento de leite em Porto Alegre, em abril de 1944, a CAERGS colocou o entreposto que distribuía o produto na capital

²⁹⁹ *Diário de Notícias*. 05/12/1943. p. 18.

³⁰⁰ *Ibidem*.

³⁰¹ *Idem*. 06/01/1944. p. 08.

³⁰² *Correio do Povo*. 12/03/1940. p. 07.

gaúcha sob regime de intervenção. Além disso, passou a conceder auxílios aos produtores de leite e controlar o transporte do produto dos centros produtores até Porto Alegre. A CAERGS também lançou uma campanha contra “os fraudadores de leite e os que, pela má distribuição, sabotavam os esforços do entreposto para o completo abastecimento da cidade”. Com o aumento da fiscalização, muitos foram os donos de cafés, bares e leiterias autuados e multados ou por adulterar o leite, adicionando água, ou por vendê-lo por um preço acima do tabelado.³⁰³

Em junho de 1944, a CAERGS resolveu criar Postos de Distribuição de Leite em alguns bairros de Porto Alegre, para vender o produto diretamente ao consumidor, sem intermediações. Antes da inauguração do primeiro Postos de Distribuição de Leite, na esquina da Avenida 24 de Outubro com a Rua Fernando Gomes, foi realizado um recenseamento dos moradores da região para a distribuição dos cartões de racionamento do produto. Em nota divulgada na imprensa, a CAERGS informou que a quantidade de leite a disposição no posto ainda não era a suficiente para a satisfação completa de cada família. Por isso, solicitava: “Peça a quantidade de leite mínima necessária. [...]. Pedir pouco no momento é uma prova de solidariedade social, porque permitirá que todos sejam satisfeitos”.³⁰⁴

Além do leite, a carne bovina, tradicional alimento dos gaúchos, também começou a sumir dos estabelecimentos comerciais de Porto Alegre. O tabelamento dos preços, mais uma vez, foi o responsável pela escassez, tendo em vista a supervalorização das carnes de uma forma geral no mercado internacional. Entre 1939 e 1944, o preço médio da tonelada de carnes teve um aumento de 120%, passando de Cr\$ 2.741,00 para Cr\$ 6.073,00.³⁰⁵ Por esse motivo, o mercado interno era preterido pelo mercado externo. A escassez de carne bovina no Rio Grande do Sul só não foi maior entre 1939 e 1944 porque, nesse período, devido às dificuldades de transporte de mercadorias, não houve crescimento no volume das exportações gaúchas de carnes.³⁰⁶

Em protesto contra o tabelamento do preço das carnes, os criadores de gado reduziram o número de abates de bovinos durante a guerra. Entre 1939 e 1945, a queda foi de 36%, passando de 805.656 para 518.948 cabeças de gado.³⁰⁷ Como não poderia ser diferente, ao cair o número de abates, caiu também o consumo de carne bovina em

³⁰³ *Diário de Notícias*. 03/05/1944. p. 08.

³⁰⁴ *Idem*. 11/06/1944. p. 08.

³⁰⁵ *Orientação Econômica e Financeira*. Porto Alegre, ano III, nº 38, julho de 1945, p.4.

³⁰⁶ *Idem*.

³⁰⁷ PIMENTEL, Fortunato. *Charqueadas e frigoríficos: aspectos gerais da indústria pastoril do Rio Grande do Sul*. [S.l.: S.n.], [1950]. p. 58.

todo o Rio Grande do Sul. Dados do Departamento Estadual de Estatística, expostos na Tabela 6, mostram que, enquanto a população do Rio Grande do Sul cresceu 3% entre 1939 e 1942 (aumento de 114.467 habitantes), o consumo geral de carne bovina no estado caiu 10%, passando de 71.397.240 quilos para 64.399.164 quilos. Assim, o consumo per capto do produto teve uma queda de 13%, passando de 21,443 quilos para 18,681 quilos.

Tabela 6: População e consumo de carne bovina no Rio Grande do Sul (1939-1942)

Ano	1939	1940	1941	1942
População do Estado	3.329.588	3.351.500	3.395.310	3.444.055
Consumo geral de carne (Kg)	71.397.240	71.770.850	67.916.896	64.399.164
Consumo per capto (Kg)	21,443	21,414	20,003	18,681

Fonte: *Diário de Notícias*. 18/06/1944. p. 18.

Para ajudar no tabelamento do preço da carne bovina, em outubro de 1939, logo após ter iniciado a guerra, o prefeito Loureiro da Silva retirou a taxa municipal que recaía sobre o produto, a exemplo do que havia feito o interventor federal Cordeiro de Farias em relação à taxa estadual.³⁰⁸ Já o Instituto Rio-Grandense de Carnes reduziu as taxas referentes às matanças. Para impedir que a carne bovina fosse canalizada para o mercado externo, o Instituto Rio-Grandense de Carnes também passou a pagar a diferença entre o valor recebido na exportação e o valor estabelecido pela tabela de preços. Contudo, o ônus gerado pelo pagamento da diferença era muito alto, de modo que o governo do estado teve que intervir de forma direta, estabelecendo uma taxa por quilo de carne exportada.³⁰⁹

Essas medidas, porém, não impediram que houvesse escassez de carne bovina em Porto Alegre. Os anos de 1944 e 1945 foram os anos de maior escassez do produto. Em 10 de junho de 1944, um grupo de pessoas dirigiu-se à redação do *Correio do Povo* para protestar contra o racionamento de carne colocado em prática por diversos açougues do centro e arrabaldes da capital gaúcha. A maior parte das reclamações tinha origem no Mercado Público, onde desde as primeiras horas da manhã centenas de pessoas aglomeravam-se para adquirir o seu “pedaço de carne”. Ao realizarem seus pedidos, ouviam dos açougueiros a seguinte informação: “Hoje não pode ser, a carne é

³⁰⁸ *Boletim Municipal*. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Porto Alegre: Ano I, Vol. II, nº 3, 4º Trimestre de 1939. p. 153-154.

³⁰⁹ GERTZ, René. *O Estado Novo...* Op. Cit. p. 59.

pouca e está racionada. Apenas posso fornecer um quilo”. Esta limitação da venda de apenas um quilo por pessoa fez com que aumentasse a procura por produtos substitutos à carne bovina, como o peixe, carne de porco, galinha, assim como fiambres e conservas em geral.³¹⁰

Levando em consideração a quantidade de gado existente no Rio Grande do Sul, chega-se a conclusão que a normalização do abastecimento de carne bovina em Porto Alegre passava pela “boa vontade” dos criadores. De acordo com dados do censo econômico de 1940, o Rio Grande do Sul possuía o segundo maior rebanho bovino do Brasil, com 7.460.705 das 34.392.419 cabeças de gado existentes no país, ficando atrás apenas de Minas Gerais, que possuía 7.768.245 cabeças de gado.³¹¹ Já dados do Departamento Estadual de Estatística apontam que, em 1943, o Rio Grande do Sul possuía 8.026.290 cabeças de gado. No ano seguinte, em 1944, esse número subiu para 8.236.000, ou seja, um aumento de 209.710 cabeças de gado, correspondente a 2,61%.³¹²

Durante o ano de 1944, não foram poucos os apelos da CAERGS para que o número de abates de bovinos fosse aumentado no Rio Grande do Sul. No entanto, sob a alegação de que os rebanhos bovinos existentes nos campos eram magros, em decorrência da seca que atingiu o estado naquele ano, os criadores de gado recusavam-se a aumentar o número de abates. A esse respeito, em outubro de 1944, o *Correio do Povo* escreveu: “A falta de carne na cidade [de Porto Alegre] é devida, de acordo com informações colhidas pela reportagem, ao fato dos fazendeiros estarem aguardando a próxima safra, onde julgam obter, com o gado gordo, altos preços pelo quilo vivo”. No que se refere aos apelos da CAERGS pelo aumento no número de abates, o jornal informou: “Se houve criadores que se puseram à disposição da CAERGS, cooperando assim com sua parcela para a solução do grave problema, outros, formando a maioria esmagadora, nada quiseram fazer em benefício da coletividade”.³¹³

As dificuldades encontradas pelas autoridades públicas locais para controlar o comércio de carne bovina deviam-se, sobretudo, a grande influência política e, principalmente, econômica que possuíam os pecuaristas no Rio Grande do Sul. Para se ter uma idéia da influência econômica, basta destacar que, em 1943, em seu relatório

³¹⁰ *Correio do Povo*. 11/07/1944. p. 04.

³¹¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Recenseamento Geral do Brasil (1º de setembro de 1940). Censos Econômicos: Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1940. p. 83

³¹² PIMENTEL, Fortunato. Op. Cit. p. 40.

³¹³ *Correio do Povo*. 13/10/1944. p. 08.

final de governo, o interventor federal Cordeiro de Farias informou que os produtos de origem animal representavam 85% do valor total das exportações gaúchas, sendo “a base principal das correntes comerciais rio-grandenses para o estrangeiro, e, no atual momento, nossa maior contribuição para o esforço de guerra das nações aliadas”.³¹⁴ Sem dúvida, a guerra aumentou o peso econômico dos pecuaristas. Entre 1939 e 1944, eles tiveram seus ganhos elevados em cerca de 140%.³¹⁵

Em 19 de dezembro de 1944, a situação do comércio de carne bovina em Porto Alegre agravou-se ainda mais. Nessa data, a portaria nº 323 da Coordenação da Mobilização Econômica exigiu que o Rio Grande do Sul aumentasse em cerca de 200 mil cabeças de gado seu fornecimento de charque e carne congelada aos demais estados do país, que enfrentavam forte racionamento desses produtos. A exemplo do que havia ocorrido com o trigo, essa era mais uma “cota de sacrifício” do Rio Grande do Sul ao esforço de guerra do Brasil. Como o número de abates vinha caindo ano a ano, esse aumento no fornecimento teve que ser compensado com a redução das vendas para o exterior e com a diminuição do abastecimento do mercado gaúcho. Diante dessa situação, o Rio Grande do Sul se viu obrigado a ingressar oficialmente em regime de racionamento de carne bovina. Em janeiro de 1945, a venda do produto nos açougues foi proibida as segundas e sextas-feiras, assim como o consumo em hotéis, restaurantes e pensões.³¹⁶ No mês seguinte, essa proibição foi estendida também às quartas-feiras.³¹⁷

No final de fevereiro de 1945, a escassez de carne bovina chegou ao ponto máximo em Porto Alegre. Tanto que nos dias 27 e 28 foi promovido um recenseamento domiciliar da população da capital gaúcha para a distribuição de cartões de racionamento de carne. Para adquiri-lo, cada chefe de família ou responsável pelo domicílio deveria dirigir-se ao grupo escolar mais próximo, onde estaria estabelecido um Posto de Distribuição de Cartões de Racionamento de Carne. No local, após o preenchimento de um pequeno questionário sobre as condições e o número de moradores do domicílio, era entregue o cartão de racionamento de carne bovina correspondente, com a cota a ser adquirida estipulada. Depois de concluído o

³¹⁴ FARIAS, Osvaldo Cordeiro de. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Dorneles Vargas. DD. Presidente da República, pelo General Osvaldo Cordeiro de Farias, Interventor federal do Rio Grande do Sul, durante o período 1938-1943*. Porto Alegre: Oficina Gráfica Imprensa Oficial, 1943, p.81.

³¹⁵ *Orientação Econômica e Financeira*. Porto Alegre, ano III, nº 38, julho de 1945, p.4.

³¹⁶ *Correio do Povo*. 10/01/1945.p. 04.

³¹⁷ *Idem*. 20/02/1945. p.10.

recenseamento, os açougues só puderam vender carne bovina à população mediante a apresentação do cartão de racionamento de carne.³¹⁸

Como pôde ser verificado, a escassez de leite e carne bovina em Porto Alegre foi provocada, sobretudo, pelo tabelamento dos preços, que serviu como um desestímulo à produção destes dois produtos. Em muitos outros casos esta história se repetiu. No entanto, não se pode culpar o tabelamento dos preços pela escassez de todos os produtos dos estabelecimentos comerciais em Porto Alegre. Não há como esquecer, por exemplo, que no ano de 1941 o Rio Grande do Sul registrou uma das maiores enchentes de sua história, e que, no ano seguinte, em 1942, houve um fenômeno inverso, uma grande seca. Estes dois fenômenos climáticos atingiram diretamente a produção de inúmeros gêneros alimentícios no estado. Em 1943, em seu relatório final de governo, o interventor federal Cordeiro de Farias destacou os estragos causados pela enchente e pela seca no setor produtivo: “Após chuvas intermináveis em 1941, depois das enchentes devastadoras de campos e cidades, [...], eis que a estiagem, um ano passado, cresta e estiola os campos, arrasa colheitas e searas, calcina as pastagens e desola os rebanhos. Em ambos os quadros dor, pobreza, prejuízos inestimáveis”.³¹⁹

Além desses fenômenos climáticos, a falta de transportes também foi responsável pela escassez de alguns produtos em Porto Alegre, como o açúcar, praticamente todo importado das regiões sudeste e nordeste do país. Em janeiro de 1944, por exemplo, a Associação Comercial de Porto Alegre pediu ao governo do estado que pressionasse o governo federal a achar uma solução para embarcar 16 mil sacos de açúcar adquiridos por firmas gaúchas, que se encontravam retidos no porto do Rio de Janeiro por falta de transporte, sob pena da capital gaúcha ficar totalmente sem açúcar.³²⁰ A escassez de açúcar não se restringia apenas a Porto Alegre, mas a todo o Brasil. Tanto que ainda em janeiro de 1944, o governo federal reiterou a proibição da mistura do açúcar ao café oferecido a venda no mercado interno.³²¹

Tendo em vista o problema da escassez de alguns gêneros de primeira necessidade em Porto Alegre, a prefeitura municipal, a partir de março 1943, começou a estimular o desenvolvimento de pequenas hortas e a criação de animais nos arredores da capital gaúcha, para aumentar a produção de verduras e de outros produtos necessários à alimentação da população. Nesse sentido, foram concedidas isenções de impostos a

³¹⁸ Idem. 23/02/1945. p. 05; e Idem. 27/02/1945. p. 04.

³¹⁹ FARIAS, Osvaldo Cordeiro de. *Relatório apresentado...* Op. Cit. p. 05.

³²⁰ *Diário de Notícias*. 15/01/1944. p. 08.

³²¹ *Correio do Povo*. 08/01/1944. p. 05.

todas as chácaras que tivessem suas terras cultivadas com produtos destinados ao abastecimento de Porto Alegre.³²²

3.3 – A escassez e o “mercado negro”

Além dos problemas citados, em agosto de 1943, o *Correio do Povo* publicou uma série de reportagens denunciando que boa parte da escassez de gêneros de primeira necessidade e outros artigos indispensáveis ao consumo da população em Porto Alegre tinha origem na existência de um “mercado negro”, “posto em prática por certos fornecedores do comércio de varejo”. A esse respeito, os varejistas queixavam-se que muitos dos seus fornecedores só aceitavam vender-lhes os produtos por preços acima dos tabelados.³²³ Através da Federação das Associações Comerciais, os varejistas encaminharam essa denúncia à Assistência Regional da Coordenação da Mobilização Econômica, órgão representativo da Coordenação da Mobilização Econômica no Rio Grande do Sul, que se comprometeu a aumentar a fiscalização sobre os estoques no atacado, fichando os seus possuidores.³²⁴ Em função do número reduzido de fiscais, em novembro de 1943, João Dahne, então presidente da Assistência Regional da Coordenação da Mobilização Econômica, solicitou a Darcy Vignoli, recém empossado chefe de polícia do estado, auxílio no combate aos infratores do tabelamento que praticavam o “mercado negro”, a exemplo do que faziam as polícias do Rio de Janeiro e de São Paulo.³²⁵ Atendendo a solicitação, a Chefia de Polícia do Estado criou a Seção de Ordem Econômica, especialmente voltada a esse fim.

Logo na primeira diligência da Seção de Ordem Econômica em Porto Alegre, em 30 de novembro de 1943, ocorreu a prisão de Paulo Sperb, sócio da Sperb & Cia., uma das mais importantes firmas atacadistas do ramo de secos e molhados do Rio Grande do Sul. Ele foi surpreendido pela polícia quando vendia sacos de açúcar com quantidade inferior a anunciada, com 54, ao invés de 60 quilos. Após ser lavrado o auto de prisão em flagrante, Paulo Sperb foi encaminhado à Casa de Correção. Como o Brasil estava em guerra, o delito cometido não foi enquadrado no já citado decreto-lei nº 869, de 18 de novembro de 1938, que estabeleceu os “crimes contra a economia

³²² Idem. 05/03/1943. p. 06.

³²³ Idem. 07/08/1943. p.08.

³²⁴ Idem. 11/08/1943. p.08.

³²⁵ Idem. 25/11/1943. p.08.

popular”, mas sim no decreto-lei nº 4.766, de 1º de outubro de 1942, que definiu os “crimes militares e contra a segurança nacional”, muito mais rigoroso que o anterior. De acordo com o artigo nº 43 desse decreto-lei: “obter ou tentar obter a alta de artigos ou gêneros de primeira necessidade com o fim de lucro ou proveito” previa pena uma de “dois a seis anos de reclusão”.³²⁶

Ao prender o sócio de uma das mais importantes firmas atacadistas do Rio Grande do Sul, a Seção de Ordem Econômica pretendia mostrar a população que os infratores do tabelamento de preços não seriam mais tolerados. O episódio teve grande repercussão na imprensa, que continuou dando grande destaque às diligências da polícia. No dia seguinte à prisão de Paulo Sperb, mais de cem denúncias haviam chegado a Seção de Ordem Econômica. Cinco delas resultaram em prisões. O delito mais curioso foi de Emílio Zanini, comerciante estabelecido na capoeira nº 15 do Mercado Público, que se recusava a vender galinhas pelos preços tabelados. No lugar delas, oferecia pombos, que não pesavam mais de 250 gramas.³²⁷ Depois que foi fixada a tabela de preços das galinhas, elas, como que “por encanto”, sumiram dos estabelecimentos comerciais. Nas capoeiras do Mercado Público não se achavam mais galinhas. Apenas era possível comprar pombos, marrecos, perus, etc., ou seja, aves que não eram tabeladas e podiam ser vendidas a qualquer preço.³²⁸

Em fevereiro de 1944, Evaldo Geidel, sócio de uma outra importante firma atacadista do Rio Grande do Sul, a “Geidel e Cia.”, foi preso em Porto Alegre acusado de emitir notas fiscais distintas após as vendas: uma legal, com os preços da tabela oficial, e outra fraudulenta, com os preços do “mercado negro”, cerca de 30% acima da tabela.³²⁹

Para fechar o cerco aos infratores, a partir de maio de 1944, além das prisões e dos processos, os estabelecimentos comerciais que desrespeitavam as tabelas de preços passaram a ser proibidas de comercializar pelo prazo de 30 dias.³³⁰

Outro ramo do “mercado negro” intensificado no Rio Grande do Sul foi o contrabando de pneus e artefatos de borracha para a Argentina. Isso porque, desde março de 1942, a venda desses produtos para o exterior estava proibida, tendo em vista os acordos estratégicos assinados entre o Brasil e os Estados Unidos no início de 1942,

³²⁶ Idem. 01/12/1943. p.08.

³²⁷ *Diário de Notícias*. 02/12/1943. p.08.

³²⁸ *Correio do Povo*. 02/12/1943. p.08.

³²⁹ *Diário de Notícias*. 11/02/1944. p. ?

³³⁰ Idem. 10/05/1944. p. 08.

em que o Brasil se comprometia – durante o prazo de cinco anos – a vender aos Estados Unidos toda a borracha que constituísse o excedente da produção nacional.³³¹ Depois que países asiáticos fornecedores de borracha aos Estados Unidos foram ocupados pelo Japão, o governo norte-americano passou a dar uma atenção especial à floresta Amazônica, que na época abrigava em torno de 20 milhões de seringueiras. Para aumentar a produção de borracha e cooperar com os Estados Unidos, o governo brasileiro promoveu um grande recrutamento de trabalhadores para aquela que ficou conhecida como a “Batalha da Borracha”. Estimativas apontam que cerca de 32 mil pessoas imigraram para a Amazônia durante a Segunda Guerra Mundial para a extração do látex das seringueiras. Dessas, entre 17 e 20 mil teriam morrido no mais completo abandono na floresta. Número que surpreende se comparado aos 465 soldados da FEB mortos nos campos de batalha na Itália.³³²

As primeiras notícias sobre o contrabando de pneus e artefatos de borracha para a Argentina começaram a ser veiculadas na imprensa gaúcha em 1943, dando conta do aumento das remessas desses produtos para municípios de fronteira, como Itaqui, Livramento, São Borja e Uruguaiana, mesmo em um período de racionamento de combustíveis. A extensão deste comércio ilícito pode ser verificada em um telegrama de julho de 1943, em que o Diretor da Mesa de Rendas do município de Itaqui informa a Delegacia Fiscal do Rio Grande do Sul que chegavam àquela cidade, de diversos pontos do estado, “grandes quantidades de pneumáticos para automóveis e caminhões”, mesmo o local estando “com todos os automóveis e caminhões parados”.³³³

A escassez de pneus na Argentina era flagrante. Em 1943, por exemplo, a empresa de transportes de Buenos Aires encontrava-se com “mil ônibus parados por falta de pneumáticos”. Diante de situações como esta, o *Correio do Povo* escreveu que era prática comum estabelecimentos comerciais argentinos enviarem representantes à fronteira com o Brasil “empenhados em comprar de nosso país, pneumáticos a qualquer preço”.³³⁴ O contrabando de pneus era extremamente lucrativo aos brasileiros, tendo em vista que os argentinos pagavam um preço até dez vezes superior ao praticado no Brasil.³³⁵

³³¹ DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*. São Paulo: Nobel, 1989. p.139.

³³² *Ibidem*. p. 141-151.

³³³ *Correio do Povo*. 18/07/1943. p.20.

³³⁴ *Ibidem*.

³³⁵ *Idem*. 11/01/1944. p.08.

Para combater o contrabando de pneus e artefatos de borracha, a Delegacia Fiscal do Rio Grande do Sul e a Delegacia de Ordem Política e Social passaram a controlar com maior rigor as remessas desses produtos para as regiões de fronteira, além de promover o levantamento dos estoques em casas comerciais especializadas em todo o estado. O aumento da fiscalização produziu alguns resultados. Em novembro de 1943, foram apreendidas na Alfândega de Porto Alegre cinco grandes caixas contendo 600 Kg de lâminas e artefatos de borracha, despachadas por via férrea para São Borja como se fossem *parquets* de madeira.³³⁶ Já em fevereiro de 1944, o filho do prefeito de Irai, Newton Leitão, e o ex-prefeito de São Luiz Gonzaga, Marcelino Krieger, foram presos tentando atravessar a fronteira com a Argentina com um carregamento de 200 pneus.³³⁷ Nesse mesmo mês, mais 462 pneus foram apreendidos às margens do Rio Uruguai.³³⁸

Apesar do aumento da fiscalização, os contrabandistas persistiam em burlar a lei. Assim, as autoridades públicas apelavam às populações fronteiriças para que denunciasses o contrabando de pneus e artefatos de borracha, já que, “além de lesivo aos interesses econômicos do país, representa uma verdadeira traição à Pátria, cujo governo esta[va] empenhado em fornecer aos países aliados à borracha de que necessitam os seus exércitos, em luta contra um inimigo em comum”.³³⁹

3.4 – Assistência Social para minorar a crise

Diante das dificuldades em conter o aumento do custo de vida e os infratores do tabelamento dos preços, novas medidas começaram a ser postas em prática pelas autoridades públicas gaúchas. Em dezembro de 1943, Alberto Pasqualini, secretário do interior do estado, elaborou um projeto de assistência social que possibilitaria ao governo do estado adquirir diretamente nas fontes de produção gêneros de primeira necessidade e outras utilidades essenciais para serem vendidos a preços de custo aos trabalhadores sindicalizados. Segundo Alberto Pasqualini:

As medidas de contenção, como o tabelamento, nem sempre logram os fins visados, ou porque são burladas ou porque combatem os sintomas e os efeitos e não as causas do mal. O tabelamento aplicado com rigor pode ser

³³⁶ Idem. 10/11/1943. p. 08.

³³⁷ Idem. 11/02/1944. p. 10

³³⁸ Ibidem.

³³⁹ Idem. 18/07/1943. p. 20

eficaz quando se trata de reprimir a especulação; quando, porém, a alta dos preços decorre, não de manobras altistas, mas de causas intrínsecas, inerentes à produção, ao transporte, a distribuição, etc., o tabelamento não poderá impedir a elevação dos preços, como a compressão sobre o mercúrio do termômetro não poderia ter a virtude de baixar a temperatura ambiente. [...]. Diante, pois, da situação que a contínua alta dos gêneros de primeira necessidade está criando para as classes proletárias, é dever do estado intervir no mecanismo da distribuição, com o objetivo de eliminar ou atenuar as causas do encarecimento.³⁴⁰

Com essa medida, além de ajudar a reduzir o custo de vida, atenuando os efeitos das intermediações no valor final dos alimentos, o governo do estado também contribuía com as campanhas de sindicalização dos trabalhadores lançadas pelo governo federal. Durante a Segunda Guerra Mundial, Getúlio Vargas desencadeou um grande esforço na produção de políticas públicas capazes de sindicalizar os trabalhadores e dar legitimidade ao Estado Novo. Especialmente após os Aliados começarem a acumular vitórias militares nos campos de batalha, fator que apontava para a derrota do Eixo e do “totalitarismo”. Conforme destaca a historiadora Ângela de Castro Gomes, não é por acaso que medidas como a instituição do salário mínimo (1940), o início do funcionamento da Justiça do Trabalho (1941), a criação do Imposto Sindical (1942) e a Consolidação das Leis Trabalhistas (1943) ocorreram nesse período.³⁴¹

De acordo com um levantamento realizado pela Delegacia Regional do Trabalho, até outubro de 1943, havia 74.467 trabalhadores exercendo profissão em Porto Alegre, dos quais 27.272 encontravam-se sindicalizados. O levantamento também aponta que, em média, a família de cada trabalhador possuía oito componentes. No que se refere à remuneração, os bancários e os securitários eram os mais bem pagos, recebendo, em média, Cr\$ 24,30 por dia trabalhado. Já os comerciários, empregados de casas de diversões, trabalhadores da indústria de carnes, marinheiros e estivadores eram os que recebiam os menores salários, entre Cr\$ 5,50 e Cr\$ 9,00 por dia trabalhado.³⁴²

O projeto de redução do custo dos alimentos aos trabalhadores sindicalizados foi aprovado pelo Conselho Administrativo do Estado. A esse respeito, ainda em dezembro de 1943, Alberto Pasqualini, em viagem ao Rio de Janeiro, firmou um acordo com o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), que previa a instalação de armazéns de subsistência e restaurantes populares no Rio Grande do Sul, a exemplo dos

³⁴⁰ Idem. 12/12/1943. p. 20.

³⁴¹ GOMES, Ângela de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. p. 36-38.

³⁴² *Correio do Povo*. 26/10/1943. p. 10.

existentes na então capital brasileira.³⁴³ Como já foi dito, o SAPS era um órgão criado em 1940 para propiciar aos trabalhadores alimentação adequada e barata.

Em 9 de junho de 1944, foi inaugurado o primeiro Posto de Subsistência do SAPS em Porto Alegre, no Armazém B-3 do Cais do Porto. No dia anterior, os sindicatos haviam começado a distribuir os primeiros cartões de abastecimento aos trabalhadores sindicalizados, com os quais seria possível adquirir gêneros de primeira necessidade a preço de custo.³⁴⁴

Um mês antes da inauguração do Posto de Subsistência do SAPS, em 6 de maio de 1944, a União Sul-Brasileira de Cooperativas havia inaugurado um Posto de Abastecimento Popular na Avenida Cairu, bairro dos Navegantes, região em que residia grande parte da população operária da capital gaúcha. O maior atrativo do Posto de Abastecimento Popular da União Sul-Brasileira de Cooperativas era a venda ao público em geral de gêneros de primeira necessidade a preços abaixo dos tabelados. Nos primeiros dias de funcionamento, o trânsito na Avenida Cairu teve que ser por diversas vezes interrompido, devido à grande aglomeração de pessoas em frente ao local.³⁴⁵ O número de atendentes no balcão mostrou-se insuficiente para atender a todos os que procuravam adquirir mercadorias. Devido ao sucesso deste empreendimento, a União Sul-Brasileira de Cooperativas confirmou a instalação de mais dois Postos de Abastecimento Popular em Porto Alegre: um em uma das esquinas da Rua Frederico Mentz, também no bairro dos Navegantes, e outro no bairro Passo d'Areia.³⁴⁶

A inauguração do Posto de Abastecimento Popular da União Sul-Brasileira de Cooperativas gerou uma série de reclamações por parte dos varejistas. Os mais insatisfeitos eram os que possuíam comércio no bairro dos Navegantes, que alegavam não ser possível acompanhar os preços fixados pelo novo concorrente, muito abaixo dos tabelados. Cabe ressaltar que, meses antes, em dezembro de 1943, os varejistas haviam tomado um duro golpe da Coordenação da Mobilização Econômica, que vedou em todo o país os lucros superiores a 10% sobre o preço de custo dos “gêneros populares”.³⁴⁷ Assim, o tabelamento dos preços de inúmeros gêneros de primeira necessidade em

³⁴³ Idem. 25/12/1943. p. 20.

³⁴⁴ *Diário de Notícias*. 08/06/1944. p. 10.

³⁴⁵ Idem. 09/05/1944. p. 10.

³⁴⁶ Idem. 11/05/1944. p. 08.

³⁴⁷ A Coordenação da Mobilização Econômica considerava “gêneros populares” o açúcar, álcool, arroz, banha, batatas, café, canjica, carne de porco salgada, cebola, charque, compotas, farinha de mandioca, feijão preto, fósforo, fubá de milho, gordura vegetal, manteiga, massas alimentícias, mate, milho, óleo de algodão, sabão, sal fino, toucinho salgado, doces populares, pão de trigo comum, leite, ovos e carvão vegetal. Idem. 05/12/1943. p. 18.

Porto Alegre, que era feito à base dos 15% de lucro ao varejo, passou a ser feito à base dos 10%. Outra reclamação dos varejistas quanto ao Posto de Abastecimento Popular era a disparidade na distribuição de certos produtos escassos no mercado local, controlada pela CAERGS. Segundo eles, enquanto a União Sul Brasileira de Cooperativas recebeu uma cota mensal de 6.000 quilos de banha e de 200 sacos de açúcar, os demais estabelecimentos comerciais Porto Alegre receberam cada um apenas “10 quilos de banha e uma pequena quantidade de açúcar, de baixa qualidade”, ainda por cima.³⁴⁸

Procurados pela imprensa, os diretores da União Sul Brasileira de Cooperativas rebateram todas as acusações dos varejistas. Sobre os preços dos gêneros de primeira necessidade, afirmaram:

A nossa atitude não deve causar nenhuma estranheza a quem quer que seja. Estamos apenas praticando o verdadeiro regime cooperativista: vender produtos do produtor cooperativista diretamente ao povo, por intermédio dos centros próprios de distribuição. Dessa maneira, são evitados diversos e dispendiosos intermediários, registrando-se vantagens para o produtor e o consumidor.³⁴⁹

No que se refere às cotas recebidas pela CAERGS, os diretores da União Sul Brasileira de Cooperativas informaram que estavam sendo “utilizada[s] integralmente, com amplos benefícios para a população que adquire gêneros a preços mais baratos”.³⁵⁰ Não há como negar que no momento da distribuição das cotas, o Posto de Abastecimento Popular era beneficiado. Até mesmo porque a sua proposta ia de encontro à proposta elaborada pelo governo do estado, ou seja, baratear ao máximo o preço dos alimentos à população.

Diante do aumento dos preços no comércio em geral, que atingia também os artigos do vestuário, as indústrias Renner começaram a produzir calçados e roupas populares, com preços acessíveis ao grande público. Segundo Egon Renner, filho do industriário A. J. Renner, esta iniciativa só foi possível devido a um convênio assinado com a Coordenação da Mobilização Econômica, que forneceria às indústrias Renner matérias-primas a preços baixos para a fabricação de artigos populares. Em abril de 1944, foi lançado o “Calçado Popular Renner”, em três cores: preto, marrom e telha.

³⁴⁸ *Correio do Povo*. 09/05/1944. p. 10.

³⁴⁹ *Ibidem*.

³⁵⁰ *Ibidem*.

“Uniformidade”, esta era a palavra utilizada pelas indústrias Renner para descrever o calçado:

Uniformidade na qualidade, mantida em nível superior pelo material empregado e pelo esmero na fabricação; uniformidade no tipo, garantida pela moderna fabricação em série e em apenas três cores; uniformidade no preço, fixado em Cr\$ 49,50 para todo o Rio Grande do Sul.³⁵¹

De acordo com Egon Renner, a produção do “Calçado Popular Renner” não foi tarefa fácil: “Queríamos e precisávamos apresentar um artigo de preço popular, porém, sem nos afastar do nosso antigo lema: ‘Renner = qualidade’. Trabalhamos e vencemos”. No dia do lançamento do “Calçado Popular Renner”, houve o anúncio de que em breve seria colocada no mercado a “Roupa Popular de Lã”. Também foi anunciado que as vendas destes dois produtos seriam limitadas, já que as indústrias Renner reservavam apenas uma parte de seus esforços para a produção dos artigos populares. Para acalmar a população, Egon Renner afirmou: “Acredito que pela modalidade a ser posta em prática, todos terão a sua oportunidade e seu tempo”.³⁵²

Apesar dos esforços das autoridades públicas, de todas as medidas postas em prática, o aumento do custo de vida não foi evitado em Porto Alegre, a exemplo do que ocorreu em todo o Brasil.

Em abril de 1943, o *Correio do Povo* publicou um estudo realizado por Januário Prates, estatístico-chefe do Departamento Estadual de Estatística, sobre o aumento do custo de vida no Rio Grande do Sul durante a Segunda Guerra Mundial. Segundo o estudo, baseado em informações oficiais procedentes de todos os cantos do estado, o rancho mensal de uma família composta por cinco pessoas custava, em 1939, Cr\$ 237,40; em 1940, Cr\$ 250,35; em 1941, Cr\$ 262,20; em 1942, Cr\$ 356,05. Assim, o aumento verificado no valor do rancho mensal entre 1939 e 1942 foi de 50%. Cabe ressaltar que esses números referem-se apenas alimentação de uma família de cinco pessoas, sem contar os gastos com aluguel, vestuário, moradia, farmácia, transporte, educação, instrução, etc. O estudo também informa que as Comissões Municipais de Preços, criadas pela Coordenação da Mobilização Econômica em 1943, mostraram-se ineficientes para controlar os preços dos gêneros de primeira necessidade no interior do estado, onde a fiscalização era praticamente nula. “Sabemos que apenas 31 subcomissões de tabelamento [...] funcionaram regularmente, sendo que destas, algumas

³⁵¹ Idem. 11/04/1944. p. 05.

³⁵² Ibidem.

tabelaram poucos artigos; 17 mantiveram tabelas irregulares; 34 não chegaram a organizar tabelas”, informou Januário Prestes.³⁵³

Já em outubro de 1943, o Departamento Estadual de Estatística realizou um inquérito sobre a situação dos orçamentos domésticos diante da alta do custo de vida no Rio Grande do Sul. Foram colhidas 608 respostas, das quais 83 eram de funcionários públicos e 525 de empregados e operários sindicalizados de Porto Alegre do interior do estado. Verificou-se, em geral, invariável déficit entre os salários recebidos e as despesas efetuadas. Tomando como base estudos técnicos sobre alimentação, o inquérito informou que os gaúchos recebiam “diariamente a menos que o necessário 524 calorias, ou seja, 1/5 do total requerido por uma alimentação normal”. A conclusão tirada foi a de que essa deficiência alimentar provinha “da ausência de legumes e da insuficiente quantidade de leite e carne ingerida pelo povo”.³⁵⁴

Em 1944, o Consulado Norte-americano em Porto Alegre elaborou um relatório sobre a elevação do custo de vida na capital gaúcha durante a guerra. De acordo com o relatório, entre 1938 e 1944, 17 artigos básicos tiveram o preço aumentado entre 30% e 100%, e outros 4, entre 100% e 136%. Apenas o pão, erva-mate, farinha de trigo e leite não tiveram aumento superior a 30%. Ainda segundo o relatório, “as mercadorias de qualidade inferior, que são compradas pelas pessoas mais pobres, tem aumentado mais do que as de primeira qualidade” Assim, a guerra estava “se provando mais dura para os homens mais pobres de Porto Alegre [...] do que para os homens mais ricos”. Entre dezembro de 1937 e janeiro de 1944, a média de aumento dos alimentos básicos foi de 64%, enquanto o aumento de salários, de 32%.³⁵⁵

Aliás, no que se refere aos salários, cabe ressaltar que após o Brasil ingressar na guerra, o funcionalismo público em todo o país passou a ter seus vencimentos mensais descontados em 3%, sob o título de “obrigações de guerra”, tendo em vista o financiamento das despesas do governo federal com a segurança nacional. Também sob o título de “obrigações de guerra”, o governo federal, a partir de janeiro de 1943, passou a sobre-taxar o imposto de renda de todos os brasileiros. Não há dúvida que os descontos e sobre-taxas diminuía ainda mais o poder aquisitivo da população.³⁵⁶

³⁵³ Idem. 18/04/1943. p.10.

³⁵⁴ *Orientação Econômica e Financeira*. Porto Alegre, ano III, nº 22, março de 1944, p. 1 e 2.

³⁵⁵ FORTES, Alexandre. “*Nós do quarto distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*”; Caxias do Sul: EDUCS, 2004, p. 74.

³⁵⁶ Diante dessa situação, os mais prejudicados eram os funcionários públicos, duplamente taxados, tanto em seus vencimentos mensais como no imposto de renda. *Correio do Povo*. 09/10/1942. p. 08.

Em 1945, a revista *Orientação econômica e financeira* publicou uma lista com dados que apresentam a evolução dos preços dos principais gêneros de primeira necessidade entre 1939 e 1945 no Rio Grande do Sul. Parte dessa lista, exposta na Tabela 7, mostra que, com exceção do feijão, que teve uma deflação de 4%, todos os demais gêneros de primeira necessidade tiveram seus preços elevados. A banha e o açúcar refinado foram os gêneros de primeira necessidade que tiveram os maiores reajustes, de 96% e 93%, respectivamente.

Tabela 7: Variação dos preços de gêneros de primeira necessidade no Rio Grande do Sul (1939-1945) (em Cr\$).

Produto	1939	1945
Açúcar refinado	1,60	3,10
Banha inspecionada	3,10	6,10
Carne de primeira	2,10	3,10
Carne de segunda	1,60	2,50
Café moído	4,20	6,10
Farinha de mandioca especial	0,45	0,90
Feijão padronizado extra	1,30	1,25
Leite pasteurizado	1,00	1,30
Manteiga pasteurizada	8,00	14,00
Sal moído	0,40	0,70

Fonte: *Orientação Econômica e Financeira*. Porto Alegre, ano III, nº 32, janeiro de 1945, p.19.

Os estudos, inquéritos, relatórios e dados apresentados comprovam que as medidas de contenção do custo de vida implementadas pelas autoridades públicas não surtiram efeito em Porto Alegre, assim como em todo o Brasil. Em alguns casos, elas até foram responsáveis pelo surgimento de novos problemas. Nem mesmo o aumento da fiscalização e as punições impediram a ação dos especuladores e inflacionadores, que sempre encontravam uma forma de transgredir as determinações oficiais. Nessa história, quem sempre saiu perdendo foi à população.

Capítulo 4 – Preparação para a guerra: o temor de um ataque ou invasão dos países do Eixo a Porto Alegre

4.1 – O governo federal diante das ameaças do Eixo

“Apaga a luz, quinta-coluna!”. Segundo o relato do jornalista Flávio Alcaraz Gomes, esse era um grito ouvido com frequência à noite no bairro Bom Fim durante a Segunda Guerra Mundial. Quem o proferia era seu Simão, um velho sapateiro judeu que vigiava a Rua João Telles à noite e que a qualquer sinal de luminosidade no céu ordenava que todas as luzes fossem apagadas, com receio de que Porto Alegre estivesse sendo atacada pela *Luftwaffe*, a força aérea alemã.³⁵⁷ O caso apresentado exemplifica bem a insegurança vivida por parte dos porto-alegrenses durante o conflito. Especialmente, depois que o Brasil rompeu relações diplomáticas e comerciais com o Eixo, em janeiro de 1942, e que, como represálias, navios brasileiros começaram a ser atacadas por submarinos alemães e italianos no Oceano Atlântico.

Mesmo antes do início dos ataques aos navios brasileiros, o governo federal já havia tomado as primeiras providências no sentido de orientar e proteger a população da possibilidade de ataques ou até mesmo uma invasão ao território nacional. Isso porque, em janeiro de 1942, as vésperas do início da Conferência dos Chanceleres das Repúblicas Americanas do Rio de Janeiro, a diplomacia do Eixo havia feito uma série de ameaças ao Brasil. Prevendo que após o ataque japonês à base norte-americana de *Pearl Harbor* os Estados Unidos colocariam em ação toda sua capacidade de pressão e persuasão para que houvesse uma ruptura conjunta das relações diplomáticas e comerciais entre as repúblicas americanas e o Eixo, Kurt Prüfer, embaixador alemão no Brasil, dirigiu-se ao Itamaraty para informar que a “ruptura das relações diplomáticas entre o Brasil e a Alemanha significaria, indubitavelmente, o estado de guerra latente, acarretando ocorrências que equivaleriam à eclosão da guerra efetiva”. No mesmo tom, Itaro Ishii, embaixador japonês, advertiu que os governos sul-americanos que rompessem relações com o Japão seriam lançados, por iniciativa própria, ao “flagelo da guerra”. Para Ugo Sola, embaixador italiano, a ruptura das relações diplomáticas e

³⁵⁷ *Correio do Povo*. 07/06/2003. p. 4.

comerciais com o Eixo seria uma “manifestação da vontade das Nações americanas de chegar, imediatamente ou dentro de um curto prazo, a uma guerra de fato”.³⁵⁸

Apesar dessas ameaças, o Brasil, ao final da Conferência dos Chanceleres das Repúblicas Americanas do Rio de Janeiro, rompeu relações diplomáticas e comerciais com o Eixo. Como já foi visto, esta decisão só foi tomada depois que os Estados Unidos, além de auxílio econômico, se comprometeu a fornecer armamentos militares às Forças Armadas Brasileiras e a instalar um sistema de defesa da costa brasileira, que incluía a presença de tropas norte-americanas nas regiões norte e nordeste do país, de grande importância estratégica na defesa do continente, devido à proximidade com o norte da África, na época, ocupado por tropas alemãs.³⁵⁹

Ainda assim, apesar de significativas, essas iniciativas não garantiam a defesa do território nacional, que possui uma área total superior a 8 milhões de Km² e mais de 7,4 mil km de litoral. Além disso, o momento em que o Brasil rompeu relações diplomáticas e comerciais com o Eixo também não era dos mais propícios, já que, até o primeiro semestre de 1942, o Eixo praticamente só havia acumulado vitórias militares, dando a impressão que logo venceria a guerra. A Europa estava quase toda dominada pela Alemanha e Itália. Apenas a Inglaterra não havia sucumbido. No Oriente, o Japão havia conquistado a Indochina, Cingapura e uma série de pequenas ilhas do sudeste asiático, além de ter atacado a base militar norte-americana de *Pearl Harbor*. Já o norte da África encontrava-se ocupado por tropas alemãs.³⁶⁰

Diante desse contexto, em 6 de fevereiro de 1942, nove dias após o Brasil romper relações diplomáticas e comerciais com o Eixo, ao final da Conferência dos Chanceleres das Repúblicas Americanas do Rio de Janeiro, o governo federal, através do decreto-lei nº 4.098, definiu os “serviços de defesa passiva antiaérea” como “encargos necessários à defesa da Pátria”, que deveriam ser cumpridos em todo o território nacional. De acordo com este decreto-lei, que normatizou a defesa passiva antiaérea (como era chamada à defesa civil no Brasil na época), todos os brasileiros ou estrangeiros, maiores de 16 anos, residentes ou em trânsito pelo país, poderiam ser mobilizados pelo prazo máximo de 10 dias úteis por ano para as tarefas de proteção contra gases, remoção de intoxicados, enfermagem, vigilância do ar, prevenção e extinção de incêndio, limpeza pública, desinfecção, policiamento, fiscalização de ordens

³⁵⁸ SEITENFUS, Ricardo. Op. Cit. p. 284-288.

³⁵⁹ Idem. p. 297-298.

³⁶⁰ VIGEVANI, Tullo. *A Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Ed. Moderna, 1986. p. 18-40.

e construção de trincheiras e abrigos de emergência, devendo receber instruções sobre os serviços de uso de máscaras, possuir meios de defesa individual, recolher-se ao abrigo, obedecer à interdição de ir e vir, respeitar as ordens prescritas para a dispersão, atender ao alarme, extinguir as luzes e obedecer à proibição de acionar automóveis.³⁶¹

O decreto-lei nº 4.098 também previa a construção de abrigos antiaéreos em todas as novas construções de cinco ou mais pavimentos, ou com área coberta superior a 1.200 m², além de edifícios destinados à habitação coletiva, hotéis, hospitais, casas de diversão, estabelecimentos comerciais, industriais e de ensino. Construções já existentes antes da vigência do decreto-lei estavam dispensadas da construção de abrigos antiaéreos, salvo quando, em virtude de acréscimo ou reconstrução, fossem ultrapassadas as dimensões fixadas ou caso as edificações fossem classificadas como necessárias à segurança nacional. Jornais, revistas e publicações de qualquer natureza, além de estações de rádio-difusão e empresas de exibição de filmes cinematográficos, passaram a ser obrigadas a divulgar gratuitamente as medidas de defesa emitidas pelas autoridades competentes.³⁶²

O decreto-lei nº 4.098 pode ser considerado o marco inicial da defesa civil no Brasil. Aliás, foi durante a Segunda Guerra Mundial que a defesa civil ganhou visibilidade e importância em todo o mundo. Isso porque, além de “global”, a Segunda Guerra Mundial foi uma guerra “total”, que aboliu toda e qualquer distinção entre alvos civis e militares. As batalhas deixaram de ser restritas aos exércitos e aos campos de batalha. Todos os habitantes dos países envolvidos tornavam-se soldados. Tudo poderia tornar-se alvo de ataques: cidades, fábricas, estradas, pontes, etc.³⁶³ Nesse sentido, o primeiro país a tomar medidas efetivas na área da defesa civil foi à Inglaterra. Em dezembro de 1939, pouco depois do início da guerra, o governo inglês criou o *Civil Defence Committee* (Comitê de Defesa Civil), responsável por estudar e colocar em prática medidas de defesa da população, tais como evacuações de prédios, alertas antiaéreos, construção de abrigos, reserva de leitos em hospitais, etc.³⁶⁴ Sem dúvida a Inglaterra foi um dos países mais castigados pela guerra. Entre 1940 e 1945, a Alemanha lançou milhares de toneladas de bombas sobre as principais cidades e centros industriais do país. Nem mesmo a embaixada do Brasil em Londres saiu ilesa. Em abril

³⁶¹ *Correio do Povo*. 08/02/1942. p. 05.

³⁶² *Ibidem*.

³⁶³ CYTRYNOWICZ, Roney. Op. Cit. p. 15.

³⁶⁴ *Civil Defence Measures*. Britannic Majesty's Government. War Cabinet. The National Archives. 485-487. Disponível em: <<http://filestore.nationalarchives.gov.uk/pdfs/small/cab-65-2-wm-39-121-55.pdf>>. Acesso em: 23/03/2008.

de 1941, durante um bombardeio da *Luftwaffe* à capital inglesa, o prédio da representação brasileira foi atingido, ficando seriamente danificado. Por sorte, o embaixador Muniz de Aragão e seus assessores nada sofreram.³⁶⁵

Confirmado o posicionamento do Brasil, em 15 de fevereiro de 1942, navios da marinha mercante brasileira começaram a ser atacados no Oceano Atlântico. À medida que os ataques foram intensificados, atingindo, até mesmo, navios de transporte de passageiros em águas territoriais brasileiras, intensificaram-se também as medidas de defesa civil no país. Em 26 de agosto de 1942, dia seguinte ao Brasil declarar Estado de Beligerância com a Alemanha e Itália, o governo federal, através do decreto-lei nº 4.624, criou o primeiro órgão de defesa civil do país: o Serviço de Defesa Passiva Antiaérea. Logo na seqüência, o decreto-lei nº 4.716, de 21 de setembro de 1942, criou a Diretoria Nacional e as Diretorias Regionais do Serviço de Defesa Passiva Antiaérea. Já o decreto-lei nº 4.800, de 6 de outubro de 1942, tornou obrigatório em todas as instituições de ensino do país, tanto públicas como privadas, o ensino de lições sobre defesa passiva antiaérea. No ano seguinte, em 30 de setembro de 1943, o decreto-lei 5.861 mudou a denominação de Serviço de Defesa Passiva Antiaérea para Serviço de Defesa Civil.

Por ser o ponto do continente americano mais próximo do continente africano, Natal, em 7 de fevereiro de 1942, tornou-se a primeira cidade brasileira a realizar os exercícios previstos nos “serviços de defesa passiva antiaérea”.³⁶⁶ Ainda em fevereiro foi a vez de Recife.³⁶⁷ No mês seguinte, no Rio de Janeiro, o interventor federal Amaral Peixoto mandou que fossem construídos abrigos antiaéreos em todas as cidades do estado.³⁶⁸ No Rio Grande do Sul, as primeiras medidas efetivas das autoridades públicas locais referentes à defesa da população civil foram tomadas apenas às vésperas do Brasil declarar guerra à Alemanha e à Itália. No entanto, o temor de que o Rio Grande do Sul pudesse ser um possível alvo das forças do Eixo tinha origem bem anterior, fundamentado, entre outros fatores, na forte presença de imigrantes alemães e italianos no estado.

³⁶⁵ *Correio do Povo*. 19/04/1941. p. 08.

³⁶⁶ *Idem*. 08/02/1942. p. 03.

³⁶⁷ *Idem*. 22/02/1942. p. 03.

³⁶⁸ *Idem*. 03/03/1942. p. 03.

4.2 – Porto Alegre e a organização da defesa da população civil

Em 25 de agosto de 1942, o governo do estado fez publicar em todos os jornais do Rio Grande do Sul as primeiras instruções sobre defesa passiva antiaérea. Entre as instruções, um grande destaque era dado à importância da manutenção da calma, disciplina e ordem no caso de um ataque aéreo ao território nacional, já que “muito mais perigoso que uma bomba é uma onda de pânico”. Daí a necessidade de se impedir que os “nervos conduzissem os acontecimentos”, porque não havia nada mais incorreto do que os “atropelos” e os “salve-se quem puder!”.³⁶⁹

Dois dias depois da publicação das instruções, em 27 de agosto, o governo do estado, através do decreto-lei nº 594, determinou que em cada município do Rio Grande do Sul fosse criada uma Comissão de Defesa Passiva Antiaérea, encarregada dos serviços de socorro e defesa contra bombardeios aéreos, na forma das leis e instruções baixadas pelas autoridades competentes. Tornavam-se membros natos de cada comissão o prefeito municipal, o representante da guarnição militar federal (onde houvesse) e o delegado de polícia local. Se necessário, ainda poderiam ser nomeados membros auxiliares e constituídas subcomissões especializadas.³⁷⁰

Em Porto Alegre, além do prefeito Loureiro da Silva, a Comissão de Defesa Passiva Antiaérea foi composta pelo Cap. Souto Malan (comandante da 3º Região Militar), Amaro da Silveira (delegado da Repartição Central de Polícia), Herófilo Azambuja (diretor-geral da Secretaria de Educação) e Egídio Costa (engenheiro da prefeitura municipal). Para auxiliar na organização dos serviços de defesa, foram ainda criadas as subcomissões de Socorro Médico e Publicidade e Propaganda. A primeira, responsável pela assistência médica aos feridos no caso de ataques aéreos, foi composta pelos doutores Guerra Blessmann, Tomas Mariante, Joaquim Vitelo, Bonifácio da Costa, Felicíssimo Difini, Raul Moreira, Álvaro Ferreira, Jaci Monteiro, Humberto Wallau, Carlos Velho e Antônio Chaves. Já a segunda, responsável pela divulgação dos serviços de defesa, foi composta por Breno Caldas (dono do *Correio do Povo* e da *Folha da Tarde*), Ernesto Corrêa (editor-chefe do *Diário de Notícias*) Arlindo Pasqualini (editor-chefe da *Folha da Tarde*), Manoelito d’Ornelas (editor-chefe do *Diário Oficial do Estado*), Érico Veríssimo (editor-chefe da *Revista do Globo*), Arnaldo

³⁶⁹ Idem. 25/08/1942, p. 3.

³⁷⁰ *Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul*. 27/08/1942. p.1.

Balvé (radialista da *Rádio Farroupilha*), Reinaldo Moura (diretor-geral da Biblioteca Pública) e Athos Damasceno (cronista e poeta).³⁷¹

Em entrevista concedida ao *Correio do Povo* no dia seguinte a criação da Comissão de Defesa Passiva Antiaérea, o prefeito Loureiro da Silva informou aos porto-alegrenses que projetos baseados nos mais recentes estudos ingleses e norte-americanos sobre a defesa civil já vinham sendo desenvolvidos pela prefeitura municipal. Principalmente no tocante à construção de abrigos antiaéreos. Para que estas construções fossem iniciadas, algumas obras públicas de “remodelação” de Porto Alegre foram interrompidas, continuando em execução apenas aquelas consideradas “absolutamente necessárias”, como o Hospital de Pronto Socorro e parte dos serviços hidráulicos.³⁷² Entre as obras suspensas, constavam o reforço da galeria da Rua da República, o alargamento da Rua Uruguai, a retificação do Beco Barbosa (atual rua Barros Cassal) e a construção da Av. Jerônimo de Ornellas.³⁷³

No final de setembro de 1942, a prefeitura municipal começou a cobrir com muros as arcadas laterais do viaduto Otávio Rocha, na Avenida Borges de Medeiros, transformando-o no maior abrigo antiaéreo de Porto Alegre, capaz de acolher até 1.200 pessoas.³⁷⁴ A prefeitura municipal também chegou a cogitar a construção de um extenso túnel de passagem de pedestre ligando o centro da capital gaúcha (a partir da Rua Caldas Júnior) ao bairro Cidade Baixa, além de túneis semelhantes nas ruas Conceição, Espírito Santo e Andradas. Para estudar a viabilidade destas obras, foram providenciadas sondas de prospecção do solo, assim como outros materiais necessários.³⁷⁵

No início do mês seguinte, em reunião convocada pelo prefeito Loureiro da Silva com os proprietários dos principais edifícios de Porto Alegre, foi decidido que os subsolos de 22 prédios do centro da capital gaúcha seriam transformados em abrigos antiaéreos. Todos destinados ao uso público. As obras necessárias seriam bancadas pelos próprios donos dos imóveis, sem que fosse necessário ao poder público desembolsar numerário algum.³⁷⁶ Segundo estudos técnicos realizados por engenheiros

³⁷¹ *Correio do Povo*. 30/08/1942. p.8

³⁷² *Idem*. 28/08/1942, p. 8.

³⁷³ *Idem*. 29/09/1942, p. 12.

³⁷⁴ *Diário de Notícias*. 06/10/1942. p.8.

³⁷⁵ *Correio do Povo*. 06/10/1942. p.10.

³⁷⁶ Os prédios escolhidos para receber abrigos antiaéreos foram: Vera Cruz, Nunes Dias, Sul América, Sloper, Bastian Pinto, Banco Nacional do Comércio, Bragança, La Porta, Galeria Chaves, Caixa Econômica Federal, Dois Irmãos, Jaguarão, Palácio do Comércio, Novo Hotel Jung, Terra Lopes, Hotel Carraro, Alcaraz, São Carlos, Capitania do Porto, Instituto dos Bancários, Clube Caixerai e Confraria Roco. *Diário de Notícias*. 06/10/1942, p.8.

da prefeitura municipal, estes abrigos antiaéreos poderiam juntos receber em torno de 13 mil pessoas, resistindo aos estilhaços provocados por bombas e, até mesmo, aos impactos diretos.³⁷⁷

Abrigos antiaéreos também foram construídos em instituições de caridade de Porto Alegre, como o Asilo Providência, o Orfanato Pão dos Pobres e as creches São Francisco e Navegantes. O Colégio Americano, que na década de 1940 era voltado apenas à educação de meninas, também foi preparado para a eventualidade de um ataque. Em virtude das incertezas da guerra e da já citada legislação federal vigente, a missionária norte-americana Mary Sue Brown, diretora da instituição na época, mandou que fossem construídos abrigos antiaéreos em todos os quatro prédios edificadas em sua gestão.³⁷⁸

Para proporcionar à população os próprios meios de defesa contra ataques aéreos, o prefeito Loureiro da Silva autorizou o *Correio do Povo* a tornar público os trabalhos realizados pelo eng. municipal Egídio Costa sobre a construção de abrigos antiaéreos domésticos, que poderiam ser feitos com materiais de fácil aquisição e de baixo custo. Entre o final de agosto e início do mês de setembro de 1942, foram publicados na última página do jornal croquis, plantas e orçamentos de oito projetos, que ofereciam proteção contra fogo, bombas incendiárias, explosões, estilhaços e escombros.³⁷⁹ Todas as construções eram apresentadas como “soluções práticas, capazes de proporcionar um alto grau de segurança”. Nesse sentido, o jornal apelava para que “cada proprietário, cada chefe de família” procurasse “dotar a sua residência de um abrigo seguro”.³⁸⁰

O discurso das autoridades públicas e dos veículos de comunicação sobre a importância e a eficácia dos abrigos antiaéreos acabou agregando valor a essas construções. Tanto que em abril de 1943, ao divulgar na imprensa a venda de apartamentos e escritórios do recém inaugurado edifício Cruzeiro do Sul, a empresa

³⁷⁷ *Correio do Povo*. 06/10/1942, p. 10.

³⁷⁸ Em matéria recente, publicada em 22 de junho de 2003, o *Correio do Povo* contou a história dos abrigos antiaéreos construídos em quatro prédios do Colégio Americano. Segundo o jornal, os abrigos antiaéreos existem até hoje. No entanto, apenas um deles ainda preserva parte da estrutura original. Os outros acabaram virando, ao logo de mais de meio século de existência, lavanderia, laboratório de ciências e bar. O último a permanecer praticamente intacto situa-se no subsolo do atual pavilhão de esportes. Nele, é possível verificar a preocupação de Mary Sue Brown com a segurança das alunas. Dividido em cinco pequenos quartos, este abrigo antiaéreo contava com mantimentos, camas e outros utensílios necessários para o caso de ataques aéreos a Porto Alegre. As paredes externas foram construídas com pedras, e as internas chegava a ter até 70 centímetros de largura. Idem. 22/06/2003. p.08.

³⁷⁹ Idem. 04/09/1942. p. 8.

³⁸⁰ Ibidem.

Auxiliadora Predial S.A. apresentava o “Refúgio Antiaéreo” existente no interior do prédio como um dos principais itens da nova construção.³⁸¹

Para alertar os porto-alegrenses sobre um eventual ataque aéreo a capital gaúcha, o Corpo de Bombeiros recuperou uma velha sirene de origem francesa adquirida pela prefeitura municipal anos antes. Composta de sete longas cornetas acionadas por um motor, ela foi instalada na torre da Hidráulica dos Moinhos de Vento, um dos pontos mais altos de Porto Alegre.³⁸² Para evitar qualquer tipo de confusão, Aurélio da Silva Py, chefe de Polícia do Estado, proibiu o uso do toque de sirene para qualquer fim que não fosse o alerta indicativo de ataque aéreo inimigo.³⁸³

Além dos abrigos antiaéreos, começaram a ser organizados exercícios de defesa contra ataques aéreos em Porto Alegre. Entre eles, destacava-se o *black-out*, muito utilizado pelos países diretamente envolvidos na guerra, como o objetivo de impedir que aviões inimigos tivessem condições de localizar possíveis alvos de ataque, tendo em vista que a maioria dos bombardeios aéreos ocorria durante a noite, para dificultar a ação da artilharia antiaérea.

O primeiro *black-out* de Porto Alegre restringiu-se apenas ao perímetro central. Através de nota divulgada pelos veículos de comunicação, a Comissão de Defesa Passiva Antiaérea informou aos porto-alegrenses que no dia 10 de setembro de 1942, entre as 22 e 23 horas, seria emitido um sinal de alerta dando início ao exercício. Em 5 minutos, a rede de iluminação pública do trecho em questão seria desligada. Após a emissão do primeiro sinal de alerta geral, todas as residências, estabelecimentos comerciais ou de diversão, deveriam tomar as medidas necessárias para a extinção completa de qualquer foco de luminosidade, vedando totalmente as aberturas e desligando as chaves gerais. Os indivíduos que estivessem na rua deveriam se dirigir imediatamente as suas residências ou a qualquer lugar que oferecesse abrigo. Motoristas e motorneiros deveriam parar imediatamente, extinguir todas as luzes e permanecer, o quanto possível, junto a seus veículos. Somente após a emissão de um segundo sinal de alerta geral, as luzes poderiam voltar a ser acesas.³⁸⁴

O exercício em questão teve início às 22 horas e 15 minutos, deixando o perímetro central de Porto Alegre por mais de 30 minutos às escuras. Durante o blecaute, integrantes da Comissão de Defesa Passiva Antiaérea saíram às ruas do trecho

³⁸¹ Idem. 25/04/1943. p.11.

³⁸² DE GRANDI, Celito. Op. Cit. p. 98.

³⁸³ *Correio do Povo*. 16/09/1942, p. 8.

³⁸⁴ *Diário de Notícias*. 10/09/1942, p.16.

em questão para verificar se as recomendações estavam realmente sendo seguidas. Ao que tudo indica, parte da população não levou muito a sério o exercício. De acordo com o *Diário de Notícias*, o *black-out* foi considerado apenas “satisfatório” pelas autoridades públicas, já que a “curiosidade popular nem sempre coopera eficientemente com as medidas dessa natureza”. Para o jornal, a “grande massa popular que se aglomerou na Praça da Alfândega [...] prejudicou de certo modo a execução do *black-out*”. Além disso, muitos fumaram livremente durante o exercício, sem compreender que “fósforos e cigarros são inimigos nessas ocasiões”.³⁸⁵

Ainda em setembro de 1942, ocorreu o segundo *black-out* de Porto Alegre. Dessa vez, abrangendo toda a capital gaúcha. Para simular uma situação concreta e verificar a conduta da população, a Força Aérea Brasileira (FAB) cedeu um avião para sobrevoar Porto Alegre durante o exercício. Além disso, foi proibido fumar nas vias públicas ou em qualquer lugar que tornasse as chamas visíveis.³⁸⁶

No ano seguinte, em 5 de março de 1943, outros dois exercícios de defesa contra ataques aéreos, até então inéditos, foram realizados em Porto Alegre. O primeiro deles, um alerta antiaéreo diurno, restringiu-se ao perímetro central. Já o segundo, um *black-out* sem aviso prévio, deixou toda a capital gaúcha por mais de 1 hora e 20 minutos na escuridão. Os dois exercícios foram acompanhados de perto pelo coronel Orozimbo Pereira, diretor-chefe do Serviço de Defesa Passiva Antiaérea, que se encontrava no Rio Grande do Sul para tomar conhecimento do que havia sido feito até então em matéria de defesa passiva antiaérea e orientar as autoridades locais sobre os procedimentos que deveriam ser adotados daquele momento em diante.³⁸⁷

No dia seguinte, em entrevista concedida à imprensa, o coronel Orozimbo Pereira mostrou-se “muito bem impressionado” com a conduta da população durante os dois exercícios. No entanto, fez algumas ressalvas, apontando falhas poderiam ter comprometido o trabalho geral. Segundo ele, durante o alerta antiaéreo diurno, muitas pessoas, “por espírito de curiosidade”, permaneceram junto às janelas de suas residências. Isto, para Orozimbo Pereira, era “um perigo incalculável”, já que “durante um bombardeio, por efeito do deslocamento de ar produzido pelas explosões, os vidros se espatifam, sendo muito sérios os efeitos do estilhaço”. Já durante o *black-out* sem aviso prévio, dois edifícios – um no centro e outro no bairro Independência –

³⁸⁵ Idem. 12/09/1942, p.8.

³⁸⁶ Idem. 18/09/1942, p. 8.

³⁸⁷ *Correio do Povo*. 05/03/1942. p.2.

permaneceram completamente iluminados. De acordo com o diretor-chefe do Serviço de Defesa Passiva Antiaérea, caso se tratasse de um ataque real, “Porto Alegre teria sido arrasada em poucos segundos, pagando a população inteira pelo desleixo e a falta de atenção de uns”.³⁸⁸

O coronel Orozimbo Pereira, em 1942, foi responsável pela publicação do principal manual de defesa civil do país, o *Alerta! Catecismo da Defesa Passiva Civil Antiaérea*. Segundo ele, o Brasil, sem a menor dúvida, era o país mais ameaçado da América do Sul, em função da atitude assumida após a agressão nipônica aos Estados Unidos, da grande extensão territorial e da posição estratégica que possuía dentro do continente americano. Por esses motivos, defendia a necessidade de

não apenas prever e organizar a proteção antiaérea coletiva, mas, paralelamente, instruir convenientemente a população a fim de que ela possa, não só enfrentá-los com o moral sempre elevado, como também, cooperando com as autoridades, reduzir ao mínimo seus efeitos danosos caso eles venham a ser desencadeados.³⁸⁹

Além da defesa passiva antiaérea, Orozimbo Pereira também tece nesse livro comentários sobre a defesa ativa antiaérea, responsável por repelir qualquer tentativa de invasão ou ataque aéreo inimigo, através de postos de vigilância, artilharia antiaérea, aviões de guerra, etc. No entanto, como as Forças Armadas Brasileiras não dispunham de equipamentos militares suficientes para proteger todo o território nacional, a defesa ativa antiaérea ficou restrita às principais cidades e centros industriais do país.³⁹⁰ O governo federal também deu uma atenção especial ao litoral brasileiro, rondado por submarinos alemães e italianos. Em 25 de setembro de 1942, através do decreto-lei 10.490-A, todo ele transformado em “Zona de Guerra”.³⁹¹

A organização da defesa civil em Porto Alegre, porém, não envolveu apenas indivíduos ligados à administração pública e aos círculos militares. Os médicos da capital gaúcha, por exemplo, também deram a sua contribuição. Mesmo antes da

³⁸⁸ Idem. 06/03/1942. p. 2.

³⁸⁹ PEREIRA, Orozimbo Martins. *Alerta! Catecismo da Defesa Passiva Civil Antiaérea*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942. p. 02.

³⁹⁰ Ibidem. p. 10.

³⁹¹ Anos mais tarde, após o final da Segunda Guerra Mundial, o governo federal, através decreto-lei nº 5.315, de 12 de setembro de 1967, determinou que todos os militares que prestaram serviço entre 1942 e 1945 em “Zona de Guerra” – ou seja, tanto no litoral brasileiro como nos campos de batalha da Itália –, passassem a gozar dos mesmos direitos a auxílios, pensões e promoções. Sobre esse assunto e sobre a situação dos expedicionários brasileiros após a Segunda Guerra Mundial, ver: FERRAZ, Francisco César Alves. *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000)*. Tese (Doutorado em História). São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História da USP, 2003.

entrada do Brasil na guerra e de a Comissão de Defesa Passiva Antiaérea criar a subcomissão de Socorro Médico, as primeiras medidas de defesa civil na área da saúde já tinham sido tomadas. Em 28 de junho de 1942, os *Anais da Faculdade de Medicina de Porto Alegre* noticiaram que o doutor Erwino J. Carlos Presser havia sido encarregado pelo Ministério da Guerra de organizar um Curso de Cirurgia de Guerra.³⁹² Este curso, aberto a todos os médicos civis da capital gaúcha, teve início em 2 de julho de 1942, sendo ministrado por médicos da 3ª Região Militar e por professores da Faculdade de Medicina de Porto Alegre.³⁹³ Depois de um pouco mais de três meses de aulas, concluíram-no 35 médicos civis, que logo foram incorporados à reserva dos serviços de saúde do Exército.³⁹⁴ A esse respeito, o doutor Carlos Carone, em setembro de 1942, publicou um artigo nos *Archivos Rio-Grandenses de Medicina* intitulado “A missão do médico, na hora atual”, defendendo a idéia de que, diante das ameaças que rondavam o país, fosse

encetada uma campanha de mobilização dos médicos, afim de preparar para qualquer eventualidade uma classe envolta pela bandeira da dignidade e do caráter. Além de socorrer os feridos e os enfermos, nos teatros da guerra ou nos hospitais de sangue, tomam medidas preventivas contra as epidemias, mantendo nas cidades, nas vilas e nas povoações envolvidas na luta, serviços sanitários indispensáveis.³⁹⁵

Por esse motivo,

sem dúvida que ao médico cabe um papel desvelado nessa árdua tarefa. Se o sacrifício, a renúncia e o desprendimento formam sua coroa de louros, não pode ele ficar indiferente à hora que estamos vivendo, já que a Pátria, ameaçada por influências estranhas aos nossos desígnios de paz e de trabalho, na sua estrutura moral e material, exige que cada um de nós forme na primeira fila de seus defensores, pois ninguém mais do que o médico conhece e sente melhor a vida.³⁹⁶

Em novembro de 1942, foi à vez dos *Archivos Rio Grandenses de Medicina* publicar as sínteses das aulas do doutor Guerra Blessmann, professor da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, sobre “Tratamento dos ferimentos de guerra”, ministradas

³⁹² *Anais da Faculdade de Medicina de Porto Alegre*. In: *Revista dos cursos da Faculdade de Medicina de Porto Alegre*. Porto Alegre: Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Vol. III, 1942. p. 84.

³⁹³ *Correio do Povo*. 28/06/1942. p. 06

³⁹⁴ *Idem*. 18/11/1942, p. 08.

³⁹⁵ CARONE, Carlos. *A missão do médico, na hora atual*. In: *Archivos Rio Grandenses de Medicina*. Ano XX, n° 9. Porto Alegre, setembro de 1942. p. 160.

³⁹⁶ *Idem*, p. 159.

durante o Curso de Cirurgia de Guerra.³⁹⁷ Tudo para que o maior número de profissionais pudesse preparar-se para prestar socorro a possíveis vítimas em caso de ataques aéreos inimigos.

Assim como a indústria, a enfermagem tornou-se um importante fator de mobilização das mulheres durante a guerra. A Cruz Vermelha foi a grande responsável por esse movimento em todo o país. No Rio Grande do Sul, a primeira sede da instituição foi inaugurada em Porto Alegre, na Avenida independência, em 16 de maio de 1940, fruto da iniciativa de um renomado grupo de damas e cavalheiros da sociedade local.³⁹⁸ Uma das primeiras iniciativas da Cruz Vermelha no estado foi à criação do Curso de Samaritana, destinado a mulheres que desejavam tornar-se aptas a colaborar na seção de socorros da instituição. No programa teórico, constavam ensinamentos sobre técnicas de enfermagem, anatomia, fisiologia, higiene, microbiologia, puericultura, nutrição e socorros médicos de urgência. A primeira turma, criada em 1941, contou com 32 alunas, das quais 17 receberam o diploma ao final do período letivo. Depois de formadas, as samaritanas passavam a prestar serviços à sociedade, sem por eles receber remuneração alguma. Muito pelo contrario, já que pelos dez meses de duração do curso, desembolsavam a quantia de 200\$000 Rs (duzentos mil Réis).³⁹⁹

Com o avanço da guerra sobre a América, intensificou-se a arregimentação de novas samaritanas. Em 1942, a Cruz Vermelha criou o Curso de Enfermagem de Guerra, que contou com 127 alunas. Tratava-se do Curso de Samaritana com algumas modificações, para atender as necessidades do momento. Nesse sentido, foram incluídas lições sobre serviços de campanha, tais como o uso de máscaras contra gases, medidas de defesa antiaérea, ataduras, recolhimento de soldados feridos, etc.⁴⁰⁰

Em 19 de novembro de 1942, mais um posto da Cruz Vermelha foi inaugurado em Porto Alegre. Dessa vez, nas imediações dos bairros Glória e Teresópolis. Durante a cerimônia de inauguração, Marieta Ramos, dirigente da nova instalação, proferiu um discurso elogiando o interesse das porto-alegrenses pelo Curso de Samaritana. Muitas delas, “trocando as macias e confortadoras peles por dignificantes uniformes de trabalho, ou substituindo as suas elegantes *toilettes* pelos aventais de caridosas samaritanas, na ânsia comum de atender, com seu desmedido ardor patriótico, ao

³⁹⁷ BLESSMANN, Guerra. *Tratamento dos ferimentos de guerra*. In: *Archivos Rio Grandenses de Medicina*. Ano XX, n° 11. Porto Alegre, novembro de 1942. p. 187-199.

³⁹⁸ *Correio do Povo*. 17/05/1940, p. 06.

³⁹⁹ *Revista do Globo*. Porto Alegre: Ano XIV, n° 323, 23 julho de 1943. p. 27-28.

⁴⁰⁰ *Ibidem*.

chamamento da Pátria”. Para Marieta Ramos, assim deveria agir a “mulher brasileira”, ciente do “primoroso papel que tem obrigação de desempenhar, ao lado de seus filhos, esposos ou irmãos, oferecendo, como estes, seu sangue em holocausto da Pátria”.⁴⁰¹ Este discurso ia de encontro ao utilizado pelo governo federal na tentativa de construção da imagem da pátria-mãe, que estendia os cuidados maternos à frente de batalha, tornando a guerra uma experiência coletiva.⁴⁰²

Nos comunicados publicados na imprensa é possível verificar esse discurso mobilizador. Em abril de 1943, ao anunciar a abertura das inscrições de mais um Curso de Samaritana em Porto Alegre, a Cruz Vermelha convocava: “Mulher brasileira! Não fique indiferente a tua pátria nem indiferente à luta que abate e sacrifica toda a humanidade. Vem ajudar o movimento salutar em prol da Cruz Vermelha do Brasil, te alistando no Curso de Samaritana”.⁴⁰³

Em janeiro de 1944, a 3ª Região Militar abriu inscrições para o Curso de Emergência, destinado a moças que desejavam ser incorporadas ao Quadro de Enfermeiras da Reserva do Exército. Segundo o coronel Romeiro Rosa, chefe do Serviço de Saúde Regional: “apesar das severas exigências para o ingresso no referido Curso de Emergência, o número de candidatas é bastante grande”.⁴⁰⁴ A esse respeito, em 30 de dezembro de 1943, Odila Gay da Fonseca e Wanda Álvares Crespo, presidente e secretária da Cruz Vermelha do Rio Grande do Sul, junto a outras 50 samaritanas, se inscreveram no Exército para seguir com a FEB.⁴⁰⁵

No entanto, não era apenas na indústria ou tornando-se apta a prestar socorro a possíveis feridos que a mulher brasileira cooperava com o país durante a guerra. De acordo com o coronel Armando Ararigbóia, primeiro adido da FAB, mulheres estavam ingressando junto aos homens em cursos de aviação em todo o Brasil, especialmente

⁴⁰¹ *Correio do Povo*. 22/11/1942. p. 7.

⁴⁰² CYTRYNOWICZ, Roney. Op. Cit. p. 100.

⁴⁰³ *Correio do Povo*. 07/04/1943. p. 5.

⁴⁰⁴ *Diário de Notícias*. ?/01/1944. p. ?

⁴⁰⁵ Eram elas: Flora Ferreira, Tereza Souza Pereira, Ercy Loureiro Rocha, Wilma Rodrigues Machado, Enize Maria Maia Cabral, Alda Melina, Adelina Strottmann, Suely Freitas de Prunes, Wladis Selistre, Lídia Carvalho, Helena da Silva, Sarita Strong, Alice Rodrigues, Alayde Mendonça Rosa, Maria Isolina Marques de Castilhos, Noemí Camargo, Ivonne Tavares Leal, Thethys Rocha Maciel, Eduardina dos Santos Souza, Ana de Souza, Lady Silva, Diamantina Nassur, Maria Vieira da Silva, Haydée Geyer Costa, Leontina Maciel Viana, Edy Guimarães Pinto, Aracy Jacobi, Consuelo Martinez, Noemia Jardim, Maria Jovelina de Souza, Josefa Maria Rozicki, Antonia Estela Rugisticki, Alda dos Santos, Cândida Alves, Manoela Diniz Araújo, Honorina Bittencourt dos Santos, Gilda Alves Castro, Clélia Diniz de Castro Alves, Vênus Mallmann, Ermelinda Schutz, Edir Belíssimo, Rosa Dias Rodrigues, Albertina Guimarães, Natalia dos Santos, Darcila Salvador, Marieta Coelho Rosa, Célia Lopes, Izaltina Andrade, Éster Ferreira Otero, Ernestina Mendonça, Maria de Castro. Idem. 30/12/1943. p. 08.

criados para formar pilotos aptos a desempenhar ações de combate.⁴⁰⁶ Em novembro de 1942, das 20 pessoas que se inscreveram no Curso de Planador promovido pelo Aeroclube do Rio Grande do Sul, 4 eram mulheres: Maria Amália, Maria de Lourdes Sampaio, Maria de Lourdes Salin e Carmela Contino.⁴⁰⁷ Esta última, também foi a primeira e única mulher a ingressar no primeiro Curso de Pára-quedismo do estado, criado logo após o Brasil declarar guerra à Alemanha e Itália. Em março de 1943, durante uma exibição pública na Base Aérea de Canoas, Carmela Contino participou junto com seus colegas de uma simulação de invasão pelo ar, saltando do avião de pára-quedas de uma altura de mais de 800 metros. O exercício em questão foi amplamente divulgado pela imprensa, em função da participação da primeira piloto e pára-quedista do Rio Grande do Sul.⁴⁰⁸

4.3 – Duas campanhas: mobilização dos veículos de comunicação em prol da defesa da população civil

Conforme o historiador Roney Cytrynowicz, além de orientar e proteger a população, as medidas de defesa civil implementadas em todo o país também eram uma forma de criar um clima de mobilização entre a população, tornando a guerra uma experiência coletiva, que deveria ser vivida por todos os brasileiros.⁴⁰⁹ Os principais veículos de comunicação do Rio Grande do Sul deram uma importante contribuição nesse sentido, promovendo duas campanhas que mobilizaram os gaúchos em prol da defesa da população civil.

A primeira delas foi lançada em 25 de agosto de 1942 pelo *Diário de Notícias*, como parte integrante de uma campanha nacional das Emissoras e Diário Associados de Assis Chateaubriand, voltada à doação de aviões de guerra à FAB, para o patrulhamento do litoral brasileiro. Não foi esta, porém, a primeira vez que Assis Chateaubriand utilizou seus veículos de comunicação espalhados por todo o país para contribuir com o setor aéreo nacional. Isso porque, em 1941, as Emissoras e Diários Associados haviam lançado a “Campanha Nacional da Aviação”, responsável pela doação de aviões civis a

⁴⁰⁶ *Correio do Povo*. 02/03/1943. p. 4.

⁴⁰⁷ *Idem*. 22/11/1942. p. 12.

⁴⁰⁸ *Idem*. 22/03/1942. p. 2.

⁴⁰⁹ CYTRYNOWICZ, Roney. *Op. Cit.* p. 18-19.

aeroclubes de todo o país, para a formação de novos pilotos.⁴¹⁰ No entanto, os ataques de submarinos alemães e italianos aos navios brasileiros motivaram Assis Chateaubriand a promover uma campanha paralela, que possibilitasse o fortalecimento da aviação de guerra do país. Assim, com o lema “Um avião de guerra por navio afundado”, cinco estados brasileiros em que as Emissoras e Diários Associados possuíam veículos de comunicação foram encarregados de doar aviões de guerra à FAB, que seriam batizados com os nomes dos navios afundados em águas territoriais brasileiras em agosto de 1942.

Ao Rio Grande do Sul coube doar o *Itagiba*; Pernambuco, o *Baependí*; São Paulo, o *Araraquara*; Minas Gerais, o *Aníbal Benévolo*; e o Rio de Janeiro, o *Arará*.⁴¹¹ O *Diário de Notícias* anunciava a campanha em prol da compra do avião de guerra *Itagiba* como um “movimento alta e nobremente patriótico, e, ao mesmo tempo, de inestimável utilidade concreta, prática e imediata para a defesa do país”. Para estimular os gaúchos a contribuir, o jornal afirmava: “O Rio Grande do Sul sempre marchou na vanguarda de todos os movimentos cívicos do Brasil. Neste, por certo, não desmerecerá as glórias do passado”.⁴¹²

Em 26 de agosto de 1942, dia seguinte ao lançamento da campanha do *Diário de Notícias*, o *Correio do Povo*, jornal de maior circulação do Rio Grande do Sul, lançou a sua própria campanha, com o objetivo arrecadar fundos para a construção de abrigos antiaéreos em Porto Alegre e no interior do estado. De acordo com o jornal, a Segunda Guerra Mundial havia colocado em “grande evidência a utilidade dos abrigos dessa natureza, os quais tornaram possível ao povo londrino escapar com vida aos sucessivos e violentos bombardeios da *Luftwaffe*”. Assim, tendo em vista a defesa da população contra a “extraordinária capacidade destruidora das modernas máquinas de guerra, especialmente dos aviões de bombardeio”, o *Correio do Povo* incitava a população a colaborar com a campanha em prol dos abrigos antiaéreos, sob a justificativa de que essas construções figuravam “entre os meios de proteção mais adequados e de nítida eficiência”, que, distribuídos pelos distritos urbanos, ofereceriam “asilo e segurança aos respectivos moradores durante os *raids* dos mortíferos aparelhos de ataque”. O jornal

⁴¹⁰ A “Campanha Nacional da Aviação” durou de 1941 até o início da década de 1950. Segundo dados divulgados pelo Ministério da Aeronáutica em julho de 1946, dos 963 aviões de recreio e treinamento existentes no Brasil, nada menos que 800 haviam sido doados pela campanha. Como resultado, dos 5.753 pilotos civis brasileiros, 5.000 haviam aprendido a pilotar com os aviões doados pela campanha. FAY, Cláudia Musa. *Crise nas alturas: a questão da aviação civil (1927-1975)*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, 2001. p. 64-67.

⁴¹¹ *Diário de Notícias*. 25/08/1942. p.8.

⁴¹² *Ibidem*.

assegurava que a campanha “era tarefa eminentemente patriótica”, pois colaborava com o poder público em um importante projeto, de “enorme benefício prático à segurança de milhares de patrícios, máxime às mulheres, velhos, crianças e enfermos”.⁴¹³

As duas campanhas também contaram com a colaboração de outros veículos de comunicação. A promovida pelo *Diário de Notícias*, teve o apoio da *Rádio Farroupilha*, a mais poderosa emissora do Rio Grande do Sul no período, com os mais potentes transmissores.⁴¹⁴ Já a promovida pelo *Correio do Povo*, contou com os apoios da *Folha da Tarde* (vespertino de propriedade do *Correio do Povo*), *Rádio Gaúcha* e *Rádio Difusora*. O envolvimento das três principais emissoras de rádio do estado dimensionou as duas campanhas, possibilitando que um maior número de pessoas tivesse oportunidade de tomar conhecimento delas, já que, como já foi dito, a partir da década de 1930, o rádio passou por um processo ininterrupto de crescimento, consolidando-se como um importante meio de difusão de informações em um país em que a maioria da população era analfabeta.

A concorrência entre os principais veículos de comunicação do Rio Grande do Sul, que já era grande, acirrou-se ainda mais depois que as duas campanhas foram lançadas. A partir de então, a disputa não foi mais apenas por leitores ou ouvintes, mas também pelo maior número de contribuições possíveis. Manchetes estampadas nas páginas do *Diário de Notícias* e do *Correio do Povo* exibiam com entusiasmo o envolvimento popular nas duas campanhas. Palavras de elogio das autoridades públicas também eram freqüentemente noticiadas. Todavia, o destaque principal era dado às listas de contribuições publicadas diariamente na última página dos dois jornais, apresentando o nome dos doadores junto às quantias doadas, como forma de estabelecer um comprometimento com a causa, bem como cooptar um número cada vez maior de colaboradores.

Logo após o *Diário de Notícias* dar início a sua campanha, a Associação Comercial de Porto Alegre e a Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul criaram comissões e subcomissões para angariar fundos entre os comerciantes de todo o estado, mesmo procedimento adotado pelo Centro da Indústria Fabril do Rio Grande do Sul em relação aos industriais.⁴¹⁵ Em Porto Alegre, membros do funcionalismo público municipal e estadual doaram um dia de seus vencimentos

⁴¹³ *Correio do Povo*. 27/08/1942, p. 8.

⁴¹⁴ DILLEMBURG, Sérgio. Op. Cit. p. 19.

⁴¹⁵ *Diário de Notícias*. 27/09/1942, p. 08.

mensais para colaborar com a compra do *Itagiba*.⁴¹⁶ No magistério, o Secretário da Educação Coelho de Souza lançou um apelo aos professores das redes pública e privada de todo o estado para que promovessem arrecadações de verbas junto às comunidades escolares.⁴¹⁷ Já a Delegacia do Trabalho se comprometeu a recolher as doações das entidades sindicais.⁴¹⁸ Já a *Rádio Farroupilha*, em meio a sua programação, convocava a população a colaborar.

Já a campanha promovida pelo *Correio do Povo* contou com listas de contribuições que passaram a circular pelos departamentos públicos, casas comerciais e indústrias de Porto Alegre. Piratini, famoso humorista da *Rádio Difusora*, promoveu uma série de espetáculos rádio-teatrais nos principais cinemas da capital gaúcha, revertendo integralmente os valores arrecadados nas bilheterias para a construção dos abrigos antiaéreos.⁴¹⁹ A renda de um jogo amistoso do S. C. Internacional contra o “Combinado dos Cinco” também teve o mesmo destino.⁴²⁰ Por iniciativa do Sindicato das empresas de Ônibus, Veículos de Carga e Garagem de Porto Alegre, todos os proprietários de veículos motorizados ou empresas que exploravam transportes coletivos ou de carga no Rio Grande do Sul se comprometeram a doar integralmente suas rendas de 1º de setembro de 1942 à campanha.⁴²¹ Esta iniciativa teve uma grande exposição nas páginas do jornal, tendo em vista a grande dificuldade financeira por que passava o setor de transportes na época, em função do racionamento de combustíveis líquidos em todo o Brasil. Já a SOGIPA, que semanas antes havia sido depredada durante as manifestações em repúdio aos ataques do Eixo a navios brasileiros, também deu sua contribuição, doando metade do valor arrecadado durante a festa de escolha da “Rainha da Primavera” para a construção dos abrigos antiaéreos.⁴²² Provavelmente, esta iniciativa, além de contribuir com a defesa da população de todo o estado, também visava melhorar a imagem da SOGIPA perante a opinião pública, já que o clube era constantemente acusado de ser um foco de difusão do nazismo.

Em 30 de setembro de 1942, o *Diário de Notícias* encerrou a campanha em prol da compra do avião de guerra *Itagiba*, com a arrecadação de 3.600:000\$000 Rs (três mil e seiscentos contos de Réis). De acordo com a lista final, o principal colaborador da

⁴¹⁶ Idem. 29/09/1942, p. 08.

⁴¹⁷ Idem. 01/09/1942, p. 12.

⁴¹⁸ Idem. 26/08/1942, p. 03

⁴¹⁹ *Correio do Povo*. 05/09/1942. p. 08.

⁴²⁰ Idem. 06/10/1942. p. 10.

⁴²¹ Idem. 01/09/1942. p. 12.

⁴²² Idem. 11/10/1942. p.20.

campanha foi a *Rádio Farroupilha*, arrecadando 41% do valor total. Logo na seqüência, figuravam a Associação Comercial de Porto Alegre, com 30%, e o Centro da Indústria Fabril do Rio Grande do Sul, com 5%.⁴²³ Assim, somente a principal emissora de rádio e duas das principais entidades representativas do estado foram responsáveis por mais de 3/4 do valor total arrecadado, mostrando que tanto as camadas mais populares como os setores economicamente mais ativos da sociedade gaúcha se mobilizaram.⁴²⁴

Apesar da elevada quantia arrecadada, a compra do *Itagiba* demorou a ocorrer. Isso porque era grande a dificuldade para se adquirir aviões de guerra no mercado internacional, já que toda a produção destes aparelhos estava voltada ao atendimento das necessidades dos países diretamente envolvidos nas frentes de batalha. O *Itagiba* pôde ser adquirido apenas em 1943, por meio de um acordo assinado em março de 1942 entre o governo brasileiro e norte-americano que permitia ao Brasil comprar dos Estados Unidos equipamentos militares com um desconto de 65% no valor real.⁴²⁵ Tratava-se de um *Consolidated PBY Catalina*, hidroavião bimotor com dois mil cavalos de potência, munido de compartimentos capazes de abrigar até quatro bombas de grande poder ofensivo. Produzido nos Estados Unidos, este modelo era muito utilizado por ingleses e norte-americanos em missões de patrulhamento, mesma função que teria no espaço aéreo brasileiro. Para homenagear a marinha nacional e os gaúchos que contribuíram com a campanha, foi escrito nas laterais do avião o nome *Itagiba* junto à frase: “Doado pelo Rio Grande do Sul”.⁴²⁶

A entrega do avião de guerra *Itagiba* à FAB ocorreu em meio a uma grande cerimônia pública, realizada na Doca nº 1 do Cais do Porto de Porto Alegre, no dia 20 de setembro de 1943, feriado estadual de comemoração do 108º aniversário da Revolução Farroupilha. Segundo o *Diário de Notícias*, cerca de 30 mil pessoas prestigiaram a cerimônia, que, além das autoridades públicas locais, contou com as ilustres presenças de Salgado Filho, ministro da Aeronáutica, Assis Chateaubriand, proprietário das Emissoras e Diários Associados, e José Ricardo Nunes, comandante do navio afundado *Itagiba*, que deu nome ao avião de guerra doado à FAB.⁴²⁷

Já a campanha promovida pelo *Correio do Povo*, em prol da construção de abrigos antiaéreos em Porto Alegre e interior do Rio Grande do Sul, foi encerrada em 11

⁴²³ *Diário de Notícias*. 01/10/1942, p. 10.

⁴²⁴ *Idem*. 01/10/1942, p. 10.

⁴²⁵ SEITENFUS, Ricardo. *Op. Cit.* p. 297.

⁴²⁶ *Diário de Notícias*. 19/08/1943. p.18.

⁴²⁷ *Idem*. 21/08/1943. p. 10.

de outubro de 1942, com a arrecadação de 460:521\$600 Rs (quatrocentos e sessenta contos, quinhentos e vinte e um mil e seiscentos Réis).⁴²⁸ Apesar de expressiva, esta quantia era cerca de sete vezes inferior à arrecadada pelo *Diário de Notícias*. Nem mesmo todo o prestígio do *Correio do Povo* junto à população e os apoios da *Folha da Tarde*, *Rádio Difusora* e *Rádio Gaúcha* foram suficientes para angariar uma soma mais elevada. O fato da campanha promovida pelo *Correio do Povo* não ter contado com os apoios da principal emissora de rádio e das principais entidades representativas do estado pode ser uma das explicações possíveis. Ainda assim, parece que os gaúchos acreditaram que a compra de um avião de guerra para combater os submarinos alemães e italianos que rondavam o litoral brasileiro (um fato concreto) fosse mais importante que a construção de abrigos antiaéreos para proteção contra ataques aéreos (uma possibilidade).

Após o encerramento da campanha, o *Correio do Povo* deparou-se com uma nova situação: a mudança no cenário do conflito. As notícias que dia-a-dia chegavam do outro lado do Atlântico sobre a guerra passaram a tornar cada vez mais remota qualquer possibilidade de agressões ao território nacional. A temida invasão das forças do Eixo ao Brasil tornou-se quase que inviável já final do ano de 1942, após as sucessivas vitórias impostas pelos Aliados às tropas alemãs no norte da África. No ano seguinte, a Batalha de Stalingrado foi definida em favor dos soviéticos que, desde então, começaram a recuperar posições perdidas no *front* oriental. As libertações de Roma e Paris em 1944, junto ao avanço dos Aliados rumo a Berlim, prenunciavam a derrota do Eixo, tornando o desfecho final da guerra apenas uma questão de tempo.⁴²⁹

Diante dessa nova situação, o *Correio do Povo* – em comum acordo com a *Folha da Tarde*, *Rádio Difusora* e *Rádio Gaúcha* – resolveu dar um novo destino à quantia arrecadada na campanha em prol da construção de abrigos antiaéreos em Porto Alegre e no interior do Rio Grande do Sul.

Na edição do dia 24 de janeiro de 1943, o *Correio do Povo* informou aos gaúchos que, afastada a “possibilidade de um ataque contra o território brasileiro”, a quantia recebida da população seria integralmente doada à Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, para a “aplicação em seus serviços de assistência hospitalar, cuja eficiência, atualmente, não pode ser aumentada devido à notória falta de espaço e de

⁴²⁸ *Correio do Povo*. 13/10/1942. p.10.

⁴²⁹ VIGEVANI, Tullo. Op. Cit. 41-69.

leitos”.⁴³⁰ Além da quantia, o jornal repassou ao hospital a lista dos colaboradores da campanha, que, se quisessem, tinham até 30 dias para reaver o dinheiro doado, mediante a apresentação da carteira de identidade.

A doação ocorreu logo após a mudança na administração da Santa Casa de Misericórdia. Em 1º de janeiro de 1943, Archymedes Fortini, jornalista do *Correio do Povo*, havia assumido o cargo de provedor, posto máximo hospital. Muito provavelmente, a influência que o novo provedor possuía dentro do jornal, no qual trabalhava desde 1908, foi um fator de peso para que a quantia arrecadada na campanha em prol da construção dos abrigos antiaéreos fosse destinada a Santa Casa de Misericórdia. De posse do dinheiro, Archymedes Fortini pôde dar início ao principal projeto de sua gestão: a construção do Hospital da Criança Santo Antônio, no bairro dos Navegantes, onde era “avultado e cada vez mais crescente o índice da população operária”.⁴³¹ O terreno destinado à construção do hospital – um grande quarteirão situado entre as avenidas Ceará, Maranhão, Paraná e Ernesto da Fontoura – foi doado à Santa Casa de Misericórdia pela empresa territorial Júlio Schilling Ltda. e pela Sra. Jacinta Ferreira Gertun.

O Hospital da Criança Santo Antônio, de grandes proporções para a época, levou dez anos para ser concluído, sendo inaugurado somente em 1953, já na gestão do provedor Ruy Cirne Lima.⁴³²

4.4 – O perigo se foi: a desmobilização em Porto Alegre

Inevitavelmente a mudança no cenário do conflito acabou gerando reflexos entre a opinião pública brasileira. A cada vitória militar dos Aliados aumentava a descrença na possibilidade de agressões dos países do Eixo ao território nacional. Ainda assim, integrantes do alto escalão da defesa nacional e alguns ilustres articulistas insistiam na necessidade de mobilização da população. Em julho de 1943, o *Correio do Povo* publicou uma reportagem em que o major Eugênio de Almeida Magalhães, vice-diretor do Serviço Nacional de Defesa Passiva Antiaérea, afirmava que o Brasil ainda não

⁴³⁰ Idem. 24/01/1943. p. 11.

⁴³¹ *Ata da mesa administrativa da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre*. Reunião do dia 23 de junho de 1943. Livro nº 15, p. 4.

⁴³² FRANCO, Sérgio da Costa. *Santa Casa 200 anos: caridade e ciência*. Porto Alegre: Ed. ISCMPA, 2003. p. 110.

estava totalmente livre do perigo: “É possível que, a qualquer hora, o Rio de Janeiro ou outra cidade do Brasil seja alvo de ataque aéreo, partido de algum ou de alguns aviões catapultados de navio inimigo corsário”. Para ele, “uma incursão aérea sobre o nosso território seria [...] apenas um ataque com finalidades psicológicas, para amedrontar a população civil, e não com objetivos bélicos propriamente ditos”.⁴³³

Um ano depois, em julho de 1944, o mesmo jornal publicou um artigo assinado por Mário Ferreira dos Santos, criticando o excesso de otimismo verificado em todo o país. De acordo com o filósofo, que escreveu diversos artigos para a imprensa durante a Segunda Guerra Mundial e que anos mais tarde, em 1957, criou um sistema filosófico conhecido como “Filosofia Concreta”:

Esse excesso de otimismo atingia em alguns casos formas que julgamos então assas perigosa, e que em muito se assemelhavam as que levaram a França a despreocupar-se de sua defesa, na convicção de que lhe estava assegurada uma vitória fácil sobre o adversário. (...). Julgar pelas vitórias obtidas que o nazismo tenha entrado em seu colapso final é uma excessiva subestimação das forças do adversário.

Nesse sentido, alertava:

Ainda estamos na batalha. Precisamos agora vencer. E para vencer é preciso estar em alerta com os inimigos, pois até depois de morto ainda nos poderá dar uma surpresa. Coloquemo-nos entre o otimismo e o pessimismo e nos preparemos para as grandes batalhas que ainda teremos que enfrentar.⁴³⁴

Apesar dos alertas, o inimigo já não assustava mais. Em Porto Alegre, se houve os que acreditaram que a capital gaúcha pudesse ser atacada ou invadida pelos países do Eixo, como o seu Simão, que vigiava o céu durante as noites temendo um ataque aéreo inimigo, houve também os que em nenhum momento acreditaram nestas possibilidades, como os que encaravam os exercícios de defesa civil com “curiosidade”, “descuido” e “falta de atenção”. À medida que o tempo passava, aumentava o número de incrédulos. Desse modo, enquanto a fase da mobilização econômica aproximava-se do ponto máximo, com aumento dos preços, escassez de uma série de produtos dos estabelecimentos comerciais e o surgimento do “mercado negro”, a mobilização em prol da defesa da população civil enfraquecia em todo o Brasil.

⁴³³ *Correio do Povo*. 01/07/1943. p. 4.

⁴³⁴ *Idem*. 07/07/1944. p. 04.

Em outubro de 1943, a prefeitura municipal de Porto Alegre colocou abaixo os muros de proteção das arcadas laterais do viaduto Otávio Rocha, na Avenida Borges de Medeiros, sob a justificativa de que o local vinha sendo utilizado “para fins bem outros que os legítimos”. Assim, “a par da estética, [...], da higiene e dos bons costumes”, o maior abrigo antiaéreo da capital gaúcha foi desativado.⁴³⁵ Já no Rio de Janeiro, em maio de 1944, João de Mendonça Lima, ministro da Viação e Obras Públicas, determinou que o regime de *black-out* permanente por que passava a orla marítima da então capital federal desde agosto de 1943 fosse cancelado, para colocar um fim aos assaltos e roubos que ocorriam durante os escurecimentos.⁴³⁶

Em 1945, já não era mais realizado nenhum tipo de exercício de defesa civil em Porto Alegre. No Rio Grande do Sul, a exceção era a faixa litorânea. Em janeiro de 1945, o *Correio do Povo* publicou uma reportagem intitulada “Vôos de guerra em zona de paz”, em que criticava as simulações de ataques aéreos ainda realizadas na praia de Tramandaí. Segundo o jornal, “aviões de guerra [...] voavam a meia dúzia de metros da areia branca, onde centenas, senão milhares de banhistas gozavam as delícias de um sol amenizado pela frescura de um mar muito verde e muito manso”. Mais adiante, acrescenta:

legítimos bombardeiros intranqüilizavam os banhistas, ameaçando suas vidas e pondo em perigo também as vidas dos pilotos. Em certos momentos, inesperadamente, assustadoramente, eles surgem, em “piques”, dando a impressão de que vão se projetar contra a praia ou que estão sendo forçados a uma aterrissagem imprevista. E os banhistas correm, apavorados, jogam-se ao chão, cheios de susto, como quem está na guerra, sujeito a bombardeios aéreos.⁴³⁷

As simulações de ataques aéreos, porém, não assustavam apenas os que se encontravam à beira da praia, mas também àqueles que se encontravam dentro de suas casas. “Voam baixo, muito baixo, barulhentos, assustadoramente. E as famílias saem pra rua, cheias de susto e indignação”, escreveu o *Correio do Povo*. Esta situação gerou um princípio de êxodo da praia de Tramandaí. Um grupo de veranista chegou a enviar um telegrama ao então comandante da 3ª Região Militar, general Salvador César Obino, pedindo que fosse colocado um fim aos abusos.⁴³⁸

⁴³⁵ Idem. 21/10/1943. p. 10.

⁴³⁶ Idem. 18/05/1944. p.10.

⁴³⁷ Idem. 20/01/1945. p. 08.

⁴³⁸ Ibidem.

Nessa reportagem a “indignação” dos banhistas no que se refere à manutenção do clima de mobilização era compartilhada pelo *Correio do Povo*, o mesmo jornal que dois anos antes havia ajudado as autoridades públicas a mobilizar os gaúchos através da campanha em prol da construção de abrigos antiaéreos em Porto Alegre e no interior do Rio Grande do Sul. No início de 1945, a mobilização em prol da defesa da população civil já se encontrava enfraquecida em todo o Brasil. Afinal, a guerra já estava praticamente ganha.

O desfecho final da Segunda Guerra Mundial não tardou a ocorrer. Em 1943 a Itália pediu o armistício. Em 2 de maio de 1945, os soviéticos tomaram Berlim. Cinco dias mais tarde, em 7 de maio, a Alemanha assinou a ata de rendição incondicional, colocando um fim à guerra na Europa. No Oriente, a guerra estendeu-se até 2 de setembro de 1945, data da assinatura da capitulação do Japão, após os ataques norte-americanos com bombas atômicas às cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki.⁴³⁹

Acabada a Segunda Guerra Mundial, acabaram os riscos de agressões ao território nacional. Assim, os projetos de defesa civil em todo o país começaram a ser abandonados, as comissões desfeitas, os exercícios cancelados, e, muitas das construções, paralisadas. Em 17 de junho de 1946, o governo federal, através do decreto-lei nº 9.370, extinguiu o Serviço de Defesa Civil no Brasil. Até então, a defesa civil ainda era vista no país como uma atividade estritamente ligada à guerra e suas conseqüências. Tanto que, como já foi visto, até 1943, ela era chamada de defesa passiva antiaérea.

Essa concepção só começou a mudar na Constituição Federal de 1946, quando a defesa civil começou a voltar-se para o atendimento às populações atingidas por calamidades públicas, já que o governo federal foi incumbido de organizar, de forma permanente, a defesa contra secas, epidemias rurais e inundações.

Apesar de durante o Regime Militar (1964-1985) terem sido tomadas várias medidas no sentido de estruturar a defesa civil no Brasil, foi somente na Constituição Federal de 1988 que seus encargos foram claramente definidos. Desde então o governo federal passou a ser responsável tanto por planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas – especialmente a seca e as inundações –, como por legislar sobre defesa territorial, defesa aeroespacial, defesa marítima, defesa civil e mobilização nacional. Ainda em 1988, o decreto-lei nº 97.274, de 16 de dezembro,

⁴³⁹VIGEVANI, Tullo. Op. Cit. 68-77.

sistematizou a defesa civil no Brasil, criando o Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC), articulado com os órgãos de defesa civil dos estados e municípios.⁴⁴⁰

⁴⁴⁰ Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. *Histórico*. Disponível em: <<http://www.defesacivil.gov.br/historico/brasil.asp>>. Acesso em: 12/01/2009.

Conclusão

Diante das informações apresentadas nesta Dissertação, chega-se à conclusão que realmente a Segunda Guerra Mundial, do início ao fim, se fez presente em Porto Alegre. Que ela invadiu a vida cotidiana da capital gaúcha. A guerra esteve nas conversas, no jornal, no rádio, nos anúncios, no cinema, na mesa, nas comemorações, nas depredações, na alegria, na tristeza, no medo, etc., etc.

Porto Alegre, uma cidade em transformação nas décadas de 1930 e 1940, foi transformada pela guerra. Muitos dos hábitos mais tradicionais tiveram que sofrer mudanças durante esse período de exceção. Provavelmente, os imigrantes e descendentes dos países do Eixo – especialmente os alemães – tenham sido os que mais sofreram com a guerra. Aliás, antes mesmo da guerra começar, muitos deles já eram intimidados e hostilizados pelas autoridades públicas, fato que se estendeu à população de uma forma geral depois que navios brasileiros começaram a ser atacados por submarinos alemães e italianos no Oceano Atlântico. A partir de então, imigrantes e descendentes dos países do Eixo passaram a ser responsabilizados pelos crimes cometidos por seus países, como se tivessem alguma relação com eles. O ponto máximo deste clima de intimidação e hostilidade em Porto Alegre ocorreu nos dias 18 e 19 de agosto de 1942, quando tudo que fazia referência ao Eixo foi atacado e depredado. Agressões que não se restringiram apenas aos bens materiais.

A guerra também atingiu em cheio a economia gaúcha e, por conseguinte, a porto-alegrense. A escassez de transportes de mercadorias durante a guerra, em função do bloqueio naval do Oceano Atlântico e dos combates em alto-mar, provocou a diminuição tanto das exportações como das importações gaúchas. A diminuição das exportações, no entanto, não resultou em uma diminuição dos valores adquiridos. Muito pelo contrário, já que os produtos exportados pelo Rio Grande do Sul tiveram uma valorização expressiva no mercado internacional durante a guerra. Já a diminuição das importações, apesar de ter proporcionado o surgimento de novas indústrias e a adaptação de outras para o atendimento das necessidades do mercado local, causou uma série de transtornos. Isso porque, nem o estado nem o país dispunham de tecnologia para produzir uma série de produtos que eram comprados do exterior. Sem dúvida, as dificuldades de importação de combustíveis derivados do petróleo tiveram os maiores

impactos no cotidiano de Porto Alegre, atingindo, especialmente, o setor dos transportes, tanto públicos como privados. Milhares de veículos tiveram que deixar de circular na capital gaúcha. Como consequência, inúmeras atividades tiveram que mudar de horário, para dar tempo que todos conseguissem chegar aos seus destinos. Fontes alternativas de energia receberam uma grade atenção nesse período, como o álcool-motor e o gasogênio. Este último, abandonado logo após o final da guerra.

Conforme foi visto, a guerra foi tanto a causa como o alibi para uma série de ocorrências. A alta dos preços e o aumento do custo de vida em Porto Alegre são exemplos disto. Logo nos primeiros dias após o início da guerra, os preços de uma série de produtos no comércio em geral foram elevados. Assim, mesmo distante e no início, a guerra já era utilizada por especuladores para elevar abusivamente suas margens de lucro. A partir de então, teve início uma luta encabeçada pelas autoridades públicas para combater a tendência altista, que durou toda a guerra. As medidas tomadas acabaram não obtendo êxito. Ainda por cima, causaram o surgimento de novos problemas, como a escassez de produtos dos estabelecimentos comerciais e o surgimento de um “mercado negro”. Nessa história toda quem sempre saiu perdendo foram os porto-alegrenses. Principalmente os de menor renda.

Não bastassem todos os problemas, os porto-alegrenses ainda conviveram com o medo durante a guerra. O medo de que a cidade pudesse ser atacada ou até mesmo invadida pelos países do Eixo, depois que embarcações brasileiras começaram a ser atacadas por submarinos alemães e italianos no Oceano Atlântico. Diante de uma guerra “total”, que aboliu todas as distinções entre alvos civis e militares, em agosto de 1942, começaram a ser colocadas em prática em Porto Alegre uma série de determinações tendo em vista a defesa da população civil. Abrigos antiaéreos começaram a ser construídos, exercícios de blecautes realizados, etc, etc. Todo um clima de mobilização foi estruturado pelas autoridades públicas, com grande colaboração dos veículos de comunicação. No entanto, à medida que a guerra avançava, os países do Eixo perdiam espaço. Em 1943 a guerra já estava bem encaminhada a favor dos Aliados e, em 1944, praticamente definida. Assim, o clima de mobilização começou a enfraquecer. O perigo gradativamente se afastava da capital gaúcha e, com ele, o medo. Com isso, teve início a desmobilização.

Dessas e de inúmeras outras formas Porto Alegre foi atingida pela guerra. Dessas e de inúmeras outras formas seus habitantes vivenciaram a guerra e foram marcados por ela.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Luciano Aronne. *Um olha regional sobre o Estado Novo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.
- ABREU, Marcelo de Paiva. *O Brasil e a economia Mundial (1929-1945)*. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1986.
- BAKOS, Margaret Marchiori. *Porto Alegre e seus eternos Intendentes*. Porto Alegre: Edipucrs, 1996.
- BENTO, Cláudio Moreira. *História da 3ª Região Militar (1889-1953)*. Vol. II. Porto Alegre: Qualidade – Impressão Gráfica, 1995.
- BLESSMANN, Guerra. *Tratamento dos ferimentos de guerra*. In: *Archivos Rio-Grandenses de Medicina*. Ano XX, n° 11. Porto Alegre, novembro de 1942.
- BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As Escolas Históricas*. Lisboa: Fórum da História, 1983.
- BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- CAMARGO, Aspácia e GÓES, Walder de. *Meio século de combate: diálogos com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- CARNEIRO, Luiz Carlos. *Porto Alegre: da aldeia à metrópole*. Porto Alegre: Marsiaj Oliveira, 1992.
- CARONE, Carlos. *A missão do médico, na hora atual*. In: *Archivos Rio Grandenses de Medicina*. Ano XX, n° 9. Porto Alegre, setembro de 1942.
- CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro – São Paulo: Difel, 1976.
- _____. *A República Velha: instituições e classes sociais*. São Paulo: Difel, 1970.
- _____. *A Terceira República (1937-1945)*. Rio de Janeiro – São Paulo: Difel, 1976.
- CASTRO, Maria Helena Magalhães.; SCHWARTZMAN, Simon. *Tecnologia para a Indústria: a História do Instituto Nacional de Tecnologia*. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/int/int1.htm#N_21>. Acesso em: 15/10/2008.
- CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Geração, 2000.

DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*. São Paulo: Nobel, 1989.

DE GRANDI, Celito. *Loureiro da Silva: o charrua*. Porto Alegre: Literalis, 2002.

DILLENBURG, Sérgio Roberto. *Os anos dourados do rádio em Porto Alegre*. Porto Alegre: ARI/CORAG, 1990.

FARIAS, Oswaldo Cordeiro de. *Nacionalização*. Porto Alegre: Ed. Globo, [1942].

_____. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Dorneles Vargas. DD. Presidente da República, pelo General Oswaldo Cordeiro de Farias, Interventor federal do Rio Grande do Sul, durante o período 1938-1943*. Porto Alegre: Oficina Gráfica Imprensa Oficial, 1943.

FAY, Cláudia Musa. *Aviação Comercial na América do Sul (1920-1941)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, 1990.

_____. *Crise nas alturas: a questão da aviação civil (1927-1975)*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, 2001.

FERRAZ, Francisco César Alves. *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000)*. Tese (Doutorado em História). São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História da USP, 2003.

FIGUEIREDO, Sérgio. *O carro a álcool: uma experiência de política pública para a inovação no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Brasília: Programa de Pós-Graduação em Políticas em Ciência e Tecnologia da UnB, 2006.

FLORES, Moacyr. *Dicionário de História do Brasil*. 3º ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

FORTES, Alexandre. *“Nós do quarto distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas”*; Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/ UFRGS, 1988.

_____. *Santa Casa 200 anos: caridade e ciência*. Porto Alegre: Ed. ISCMPA, 2003.

GERTZ, René. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. Da Universidade de Passo Fundo, 2005.

_____. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1991.

_____. *O Rio Grande do Sul e a Segunda Guerra Mundial*. In: AXT, Gunter (Org.). *As guerras dos gaúchos*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

GOMES, Ângela de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

_____. *O redescobrimento do Brasil*. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia poder*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982.

GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

GUIMARAES, Rafael. *A enchente de 41*. Porto Alegre: Liberetos, 2009.

HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HILTON, Stanley. *O Brasil e a crise internacional (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

_____. *O Brasil e as grandes potências: os aspectos políticos da rivalidade comercial (1930-1939)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Recenseamento Geral do Brasil (1º de setembro de 1940)*. Série Nacional . Vol. II. Rio de Janeiro: Serviço gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

_____. *Recenseamento Geral do Brasil (1º de setembro de 1940)*. *Censos Econômicos: Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços*. Série Nacional. Volume III. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

_____. *Recenseamento Geral do Brasil (1º de setembro de 1940)*. Série Regional. Parte XX – Rio Grande do Sul. Tomo 1. Rio de Janeiro: Serviço gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

LE GOFF, Jacques. *A história nova*. In: LE GOFF, Jacques (Org.). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LINK, Arthur e CATTON, William B. *História Moderna dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1985.

MARTINS, Denise. *Ipiranga: a trajetória de uma refinaria em Rio Grande (RS) rumo a consolidação de um grupo empresarial (1930-1967)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, 2008.

MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre e suas escritas: histórias e memórias da cidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. *Sucessos e Ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

_____. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultura americana*. 8º ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. In: *Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP*. São Paulo: EDUC, nº 10, 1993.

NUNES, José Luiz Martins. *Censura e Imprensa no Estado Novo: os articulistas do Correio do Povo*. Tese (Doutorado em História) Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, 2001.

OLIVEIRA VIANNA, Francisco José. *O Idealismo da Constituição*. Rio de Janeiro: Terra do Sol, 1927.

PEREIRA, Orozimbo Martins. *Alerta! Catecismo da Defesa Passiva Civil Antiaérea*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História da Indústria Sul-Rio-Grandense*. Guaíba: Riocell, 1985.

PETRY, Andréa. “*É o Brasil gigante, liberto do estrangeiro, uno, coeso e forte, o Brasil do brasileiro!...*” *Campanha de Nacionalização no Estado Novo*. Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo: Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos, 2003.

PIMENTEL, Fortunato. *Charqueadas e frigoríficos: aspectos gerais da indústria pastoril do Rio Grande do Sul*. [S.l.: S.n.], [1950].

PY, Aurélio da Silva. *A Quinta-Coluna no Brasil: a conspiração nazi no Rio Grande do Sul*. Ed. Globo, 1942.

ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. *Quando Vargas caiu no samba: um estudo sobre os significados do carnaval e as relações sociais estabelecidas entre os poderes públicos, a imprensa e os grupos de foliões em Porto Alegre durante as décadas de 1930 e 1940*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, 2008.

SANDER, Roberto. *O Brasil na mira de Hitler: a história dos afundamentos de navios brasileiros por nazistas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

SCHATZ, Thomas. *O Gênio do Sistema: A era dos estúdios em Hollywood*. São Paulo: Ed. Cia. das Letras, 1991.

SILVA, José Loureiro; PAIVA, Evaldo Pereira. *Um plano de urbanização*. Porto Alegre: Globo, 1943.

SZMRECSÁNYI, Tamás. *O planejamento da agroindústria canavieira no Brasil: 1930-1975*. São Paulo: HUCITEC, Universidade Estadual de Campinas, 1979.

SEITENFUS, Ricardo. *A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

SEYFERTH, Giralda. *Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo*. In: PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

SILVA, José Loureiro; PAIVA, Evaldo Pereira. *Um plano de urbanização*. Porto Alegre: Globo, 1943.

SOARES, Eduardo de Souza. *A Máscara e o rosto de Chaplin: o anticomunismo na repercussão da filmografia política de Carlitos em Porto Alegre (1936 – 1949)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, 2008.

TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VESCOVINI, Luciano Chemello. *Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial: Projeto Nacional, Indústria e Qualificação Profissional durante o Estado Novo (1937-1945)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, 2009.

VIGEVANI, Tullo. *A Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Ed. Moderna, 1986.

VITOR, Mário. *A batalha do petróleo brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

Lista de Fontes

Anais da Faculdade de Medicina de Porto Alegre. Porto Alegre: 1942. Biblioteca da Faculdade de Medicina da UFRGS.

Ata da mesa administrativa da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Porto Alegre: 1942-1943. Centro de Documentação e Pesquisa da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.

Boletim Municipal. Porto Alegre: 1939-1945. Arquivo Municipal de Porto Alegre Moisés Velinho.

Correio do Povo. Porto Alegre: 1939-1945, 2003, 2006. Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa e Arquivo Municipal de Porto Alegre Moisés Velinho.

Civil Defence Measures. Britannic Majesty's Government. War Cabinet. The National Archives. 485-487. Disponível em: <<http://filestore.nationalarchives.gov.uk/pdfs/small/cab-65-2-wm-39-121-55.pdf>>. Acesso em: 23/03/2008.

Diário de Notícias. Porto Alegre: 1939-1945. Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 1942. Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

Documentação dos Governantes. Porto Alegre: 1939-1945. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Jornal do Estado. Porto Alegre: 1939-1942. Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. *Histórico.* Disponível em: <<http://www.defesacivil.gov.br/historico/brasil.asp>>. Acesso em: 12/01/2009.

Orientação Econômica e Financeira. Porto Alegre: 1942-1946. Biblioteca Central da PUCRS.

Revista 4 Rodas. São Paulo: 1980. Coleção Particular.

Revista dos cursos da Faculdade de Medicina de Porto Alegre. Porto Alegre: 1942. Faculdade de Medicina da UFRGS.

Revista do Globo. Porto Alegre: 1942-1945. Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.